



PUC
RIO

CÁTIA CRISTINA ALMEIDA MARTINS

DA CONTRATRANSFERÊNCIA AO DESEJO DO ANALISTA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2002

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

Cátia Cristina Almeida Martins

Da Contratransferência ao desejo do analista

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Ana Maria Rudge

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2002

120262

BC 10



Cátia Cristina Almeida Martins

Da Contratransferência ao desejo do analista

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Ana Maria Rudge

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2002

Ao meu pai e à minha mãe (*in memoriam*),
por terem me transmitido, desde muito
cedo, a alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

A Ana Maria Rudge, pela sua forma adorável de transmitir a psicanálise, além do acolhimento e incentivo recebidos desde o início da construção deste trabalho que eram reforçados a cada preciosa orientação;

A todos os colegas do grupo de pesquisa, pelo nosso convívio solidário e produtivo, que muito me enriqueceu;

A Marise e Vera, que conseguem aliar calor humano e eficiência no trabalho que realizam;

A Maria Inês França, pela proficua interlocução e sensibilidade de sua escuta que fizeram germinar esta pesquisa;

A CAPES, pelo apoio financeiro;

A Carmen, irmã e amiga, pela colaboração dedicada na revisão e edição do texto;

A André, pelo apoio e paciência ao longo do percurso deste trabalho;

A Joana e Luíza, pela presença vitalizante de cada uma delas em minha vida;

Resumo

A história da noção de contratransferência, formulada por Freud, embora não muito desenvolvida em sua obra, é apresentada. As idéias dos principais autores que abordaram o tema são resenhadas. Acompanha-se as teorias dos pós-freudianos em suas formulações a respeito das diferentes maneiras de se encarar a contratransferência, com ênfase nas conseqüências da adoção de cada uma destas concepções para a clínica psicanalítica. As relações entre a contratransferência e o conceito lacaniano de desejo do analista são cuidadosamente examinadas, identificando-se aspectos de confluência entre ambos, como o reconhecimento do papel fundamental do analista como parte do campo transferencial. As diferenças são também ressaltadas: Lacan não focaliza a pessoa do analista, mas principalmente a função ocupada por ele no processo analítico, através da história do movimento psicanalítico.

Abstract

The history of the notion of counter-transference formulated by Freud, although not much developed in his work, is presented. The concepts of the main authors who presented contributions on this theme are reviewed. We covered the post-freudians theories in their formulations about different ways of understanding counter-transference, with emphasis on the consequences of the adoption of each one of the different concepts for the direction of the treatment. Relations between counter-transference and Lacan's concept of the analyst desire were carefully examined, and aspects of confluence between them are identified, such as the recognition of the analyst as being a fundamental part of the analytic field. Differences are also highlighted: Lacan does not focus on the analyst as a person, but on the function occupied by him in the analytic process, during the history of the psychoanalytical movement.

SUMÁRIO

1 – Introdução	1
2 – Capítulo I: A temática da contratransferência em Freud e Ferenczi	
I.1. – Dificuldades na clínica.....	6
I.2. – A contratransferência na obra freudiana.....	8
I.3. – Ferenczi e a metapsicologia dos processos psíquicos do analista	22
3 – Capítulo II: Os pós-freudianos e a instrumentalização da contratransferência	
II.1. – Contextualizando a temática da contratransferência	34
II.2. – Paula Heimann e a contratransferência como fruto da interação mais profunda com o analisando.....	39
II.3. – Margareth Little e a resposta total do analista.....	49
II.4. – Racker e a neurose da contratransferência.....	59
4 – Capítulo III: Lacan, da contratransferência ao desejo do analista	
III.1. - A crítica de Lacan à contratransferência.....	70
III.2. Contextualizando a concepção de desejo do analista.....	83
III.3. - Sócrates e o desejo como desejo do Outro.....	88
III.4. -- A questão do saber do analista: a doura ignorância	95
III.5 – As operações de alienação e separação.....	99
III.6. – Operar com a perda: o luto do analista.....	113
III.7. – O desejo do analista - o ato analítico.....	118
5 – Conclusão	122
6 – Bibliografia	133

INTRODUÇÃO

A psicanálise constituiu sua prática clínica e de investigação do inconsciente baseada numa condição muito específica que é a situação analítica. Nesta, fazem parte analista e analisando em presença. Apesar da técnica analítica delimitar os contornos desta peculiar relação que se dá sob transferência, sabemos que a dimensão inconsciente nos obriga a considerar que a técnica em psicanálise não pode se ater a prescrições e previsões. A ética em psicanálise é reflexiva, uma vez que só num tempo *a posteriori* o analista pode encontrar a justificativa para os seus atos. Assim, ao analista cabe sustentar o inusitado que pode lhe ocorrer na clínica, mesmo quando cabe a ele a condução da análise.

A questão do que toca ou afeta o analista clínico durante o seu trabalho e do que ele deve fazer para sustentar sua função analítica é a causa do nosso trabalho de pesquisa. Percebemos que o lugar do analista não o deixa imune à intensidade dos afetos despertados no campo transferencial.

O próprio Freud, depois do fracasso da análise de Dora, viu-se levado a admitir o quanto o analista não sai ileso do que se passa no campo transferencial. Dessa maneira, passou a preocupar-se com a contratransferência nas análises que empreendia. Ele reconhecia seu papel de obstáculo ao trabalho, e entendia os sentimentos contratransferenciais como resistência por parte do analista. Sua sugestão era a superação ou ultrapassagem do que era afeto imediato, ou seja, os afetos que podiam irromper do lado do analista em seu encontro com os ditos do analisando em transferência. Ele torna pública esta temática pela primeira vez em 1910 no Congresso

de Nürenberg, em seu texto denominado *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica*.

O analista não pode se defender do efeito do dito do analisando sobre sua subjetividade. Porém, como fazer, quando seus referenciais identificatórios são mobilizados, para que isto não comprometa sua condição de trabalho? Esta é a fonte de inspiração de inúmeros trabalhos de Ferenczi, que foi um legítimo questionador da implicação do analista na condução do processo de análise. Motivado por sua relação transferencial com Freud e por sua sensibilidade clínica, este autor nos trouxe uma interessante proposta de elaboração da metapsicologia dos processos psíquicos do analista durante o tratamento. As colocações de Freud e Ferenczi, com toda a sua riqueza, foram revisitadas e se encontram no capítulo I.

Historicamente, o termo contratransferência no sentido original que assumiu em Freud, ou seja, como obstáculo ao trabalho analítico, foi se modificando. Inicialmente, designava os sentimentos patológicos do analista causados por “restos” não analisados, seus aspectos neuróticos não elaborados e que indicava somente a necessidade de mais análise pessoal. Com o decorrer do tempo, várias contribuições foram dadas por diversos autores, que davam lugar à possibilidade de que a sensibilidade alteritária do analista fosse preservada, face à contratransferência, sem que esta resultasse necessariamente em “atuações”.

Entre os mais importantes autores que contribuíram para se pensar a contratransferência como instrumento para o analista, as divergências a respeito ao que deve ser feito com os sentimentos contratransferenciais são grandes. Assim, abordaremos as contribuições destes autores, como Heimann, Money-Kyrle, Margareth Little e Racker, mapeando suas respectivas posições sobre a contratransferência em suas

convergências e divergências, enfatizando as novas propostas que trazem e contribuindo com uma reflexão crítica sobre estas elas.

Embora assumindo pontos de vista diversos, todos estes autores concordam que os sentimentos contratransferenciais impõem ao analista uma elaboração sobre o que estes sentimentos estariam informando ao analista a respeito daquela cena analítica. Para tanto, se faz necessário que o analista possa acolher a sua contratransferência, assim como os efeitos de estranhamento e surpresa despertados na relação analítica devem ser dignos de atenção.

A importância do *boom* da contratransferência entre os pós-freudianos é que surge uma nova ênfase na responsabilidade que o analista tem sobre o processo analítico, e a impossibilidade de se eximir da sua implicação na relação analítica fica estabelecida a partir de então. As teorizações destes autores são apresentadas no capítulo II da dissertação, onde são focalizados os efeitos das diferentes posturas clínicas.

Compartilhamos da idéia de que nenhuma regra técnica pode dispensar o analista de assumir a responsabilidade por seu ato à sua maneira. O fazer psicanalítico não comporta prescrições, porque as situações não se reproduzem. Esta característica da clínica psicanalítica a distingue de uma concepção neo-positivista da ciência, que privilegia a observação e a verificação empírica.

Este saber do singular que é a psicanálise, nos faz demandas específicas. O nosso testemunho, enquanto analistas, é que nos encontramos a sós na prática clínica, e, em decorrência disto, buscamos o apoio para nossa função na teoria, enquanto um saber adquirido para compreender a demanda que o analisando nos faz.

Observamos que quanto maior o desejo de saber, de compreender e de curar, mais o analista irá tentar buscar uma técnica que garanta o seu bem-fazer

analítico. Decididamente não é isso que o possibilita sustentar esta inquietante função de analista. Freud assinalava e Lacan veio a aprimorar a idéia de que o desejo de curar é uma das faces da resistência que opera o lado do analista, dificultando o percurso analítico. Esta resistência é, segundo Lacan, a que realmente devemos ter em conta no processo de análise.

O que faz um analista querer freqüentar este lugar, se não é o desejo de curar, de sentir-se competente, generoso, bom? O desejo do analista é a categoria com a qual Lacan vai explicitar este estranho desejo que impulsiona um tratamento a partir do momento que o analista pode deslocar-se de seu eixo imaginário e narcísico. O desejo do analista indica o caminho contrário à complacência com o lugar idealizado em que é posto pelo analisando. No Capítulo III, veremos o caminho percorrido por Lacan para a formulação desta categoria de desejo do analista. Entretanto, antes disso, para compreendermos a necessidade desta concepção do desejo do analista como o que impulsiona a análise, fez-se necessário esclarecer qual era a crítica que Lacan fazia à temática da contratransferência tal como vinha sendo desenvolvida pelos pós-freudianos.

Não pretendo esgotar com essa dissertação a complexidade da questão do lugar do analista e sua importância como o determinante da direção que tomam as análises. Apenas gostaria de sugerir o quanto caminhamos por um terreno importante, porém delicado e, por vezes, perturbador. A contratransferência é uma questão que toca a todos os psicanalistas. O momento da formação psicanalítica é um entre tantos outros, posto que aqui se confronta com o tornar-se analista. Não há uma regra para todos. A solução não é simples, passando necessariamente pela singularidade de cada um. Ou seja: qual é a relação entre ser analista e o ser do analista? Talvez, desde Freud, todos os autores, dos ingleses aos franceses, passando pelos latino-americanos e americanos,

estejam às voltas com esta questão. A resposta dada a ela será determinante para o que podemos esperar como final de análise.

Capítulo I:

A TEMÁTICA DA CONTRATRANSFERÊNCIA EM FREUD E FERENCZI

I.1. - DIFICULDADES NA CLÍNICA

As dificuldades no que tange ao manejo transferencial não tardaram a acontecer na história da psicanálise. Assustado com os efeitos transferenciais e tentando distingui-los da sugestão, Freud nos adverte: "... O analista deve cuidar para que nem os sentimentos amorosos nem os hostis atinjam um grau excessivo. Ele consegue isto colocando, logo que possível, o paciente em guarda contra essas eventualidades não deixando despercebidos seus primeiros indícios. O cuidado com que vela o manejo transferencial é uma garantia segura de sucesso"¹. Este comentário só mostra o quanto é angustiante para o analista manter o controle da situação analítica uma vez instaurada a força do amor de transferência. Contudo, diferentemente de Breuer, Freud não recuou diante do que a histeria trazia de surpreendente. Seu ato analítico se deu justamente quando foi capaz de sustentar o seu desejo frente ao seu não saber. Assim, desde o início do século, vemos a questão do que toca o analista ser posta em cena pelo pai da psicanálise.

Freud foi arrojado quando rompeu com o saber médico para apostar no saber inconsciente. Há um saber que não sabe a si mesmo. Somente através de um endereçamento ao outro é que o sujeito recebe sua mensagem sob a forma invertida. Fomos, enquanto sujeitos falantes, constituídos a partir de demandas que fizemos a

¹ FREUD, S. (1938), *Esboço de Psicanálise*.

outros e que estes nos fizeram. O saber inconsciente é constituído, causado por aquilo a que não se tem acesso. É a partir de um engajamento discursivo no mundo, em busca de significação, que o sujeito é colocado em movimento desejante. O desejo é fruto de um apelo à satisfação numa demanda de amor.

Na situação analítica a demanda de amor é posta em ato. Assim, a transferência é um campo privilegiado das manifestações inconscientes. Este ponto gerou a idéia de que o analista era alvo de amores e ódios do analisando que eram atualizados na transferência.

Como nos primórdios da experiência psicanalítica, deparamo-nos com os efeitos amorosos despertados pelo campo transferencial que pareciam ameaçar o caráter objetivo e científico desta prática, Freud viu-se impelido a condenar e criar mecanismos que evitassem a interferência indevida do analista na análise. “Como se espantar com isso uma vez que a tradição científica de que Freud era herdeiro o fazia tomar como ideal a eliminação mesma do desejo do analista em proveito do seu olhar desembaraçado de qualquer erro de “equação pessoal”². O que M. Safouan nos diz nesta frase traz a dificuldade de pôr em debate um conceito delicado como o da contratransferência numa época em que o que se visava neutralidade e assepsia do cientista e do analista. Com isto, Freud, muitas vezes, antecipava-se em regras contratuais defensivas como, por exemplo, a que pedia aos analisandos que não tomassem nenhuma atitude decisiva em suas vidas no primeiro tempo do tratamento.

Freud estava muito atento aos inúmeros perigos do uso que se podia fazer da técnica psicanalítica. Preocupava-se com os riscos que o mau uso desta traria para a credibilidade da psicanálise como um saber que estava tentando ganhar reconhecimento público e científico.

² SAFOUAN, M., *A transferência e o desejo do psicanalista*, p. 172

Frente à expansão do saber psicanalítico, era premente que os possíveis desvios fossem prevenidos. Esta era uma tarefa muito difícil, pois era cada vez maior o número de psicanalistas que se reuniam em nome de uma “verdadeira psicanálise”. Na história do movimento psicanalítico, observamos que houve a divisão ou a dissolução de vários grupos em função da discordância acerca da forma de conduzir os tratamentos. Nos dias de hoje, as discordâncias quanto à maneira de se posicionar frente ao lugar do analista são ainda responsáveis por diversas cisões institucionais. Será que as questões contratransferenciais não estão envolvidas, participando neste processo?

A questão permanece atual: como articular uma prática que por excelência tem como direção a valorização do único e do singular, para que não se torne algo próximo a um “empirismo leviano”, quero dizer, onde cada analista faz a sua experiência clínica de acordo com preceitos próprios, sem o compromisso de estabelecer um diálogo sobre o que está fazendo com a comunidade psicanalítica.

I.2. - A CONTRATRANSFERÊNCIA NA OBRA FREUDIANA

O fato de Freud não ter dedicado muito de seus escritos ao tema da contratransferência pode sugerir para alguns autores que ele não se interessou por essa temática. No entanto, um estudo mais cauteloso de sua obra nos fará perceber que a questão não é tão simples. Ao analisarmos detalhadamente alguns de seus textos, vamos perceber uma ambigüidade ao tratar deste assunto. Esta ambigüidade é revelada quando, por um lado, tenta estabelecer regras técnicas a serem seguidas pelos aspirantes a psicanalistas e, por outro, está sempre a lembrar que não podemos negligenciar o fato de que fatores da individualidade de cada analista têm influência direta na forma como este conduz a sua clínica. A contratransferência põe em cena o quanto da subjetividade do

analista pode intervir na condução de um tratamento. Esta questão é muito complexa e requer um manejo delicado, pois não há como propor, simplesmente, a eliminação dos traços da individualidade de cada analista. Daí a descrença de Freud em elaborar algo que pudesse ser tomado como um guia para iniciantes. Neste sentido, a contratransferência é problemática por motivos éticos, e não somente técnicos.

Neste capítulo, iremos situar em que momento da história do movimento psicanalítico se deu a emergência da temática da contratransferência. Para isso, percorreremos alguns textos freudianos com o fim de extrair as poucas passagens em que o autor se refere explicitamente a este conceito. Vamos tentar deduzir os efeitos desta conceituação por um Freud que tinha a determinação de inserir a psicanálise em um campo de saberes de notório reconhecimento, como a medicina. Neste contexto, a questão da contratransferência trazia problemas na medida em que o lema era que o campo psicanalítico fosse o mais puro possível, ou seja, sem interferências na precisão dos resultados.

Em toda a obra freudiana, são três as passagens em que o termo contratransferência é citado. Houve, ainda, uma outra vez numa carta a Biswanger em 1913. Este fragmento da carta nos mostra que, embora Freud não tenha jamais negado a presença de afetos irrompendo no analista em seu encontro com os fenômenos transferenciais, ele jamais orientou que estes fossem utilizados como instrumento no dispositivo analítico. Sua indicação era reconhecê-los e ultrapassá-los.

“Ela está entre os problemas técnicos mais complexos da psicanálise. Teoricamente, eu considero que ele é mais facilmente solucionado. O que se dá ao paciente não deve jamais ser afeto imediato, mas sempre afeto conscientemente dado, e isso mais ou menos segundo as necessidades do momento. Em certas circunstâncias, pode-se dar muito, mas, jamais indo buscar em seu próprio inconsciente. Para mim aí está a fórmula. É

preciso, então, a cada vez, reconhecer a sua contratransferência e ultrapassá-la.”³

A primeira referência foi na ocasião da Conferência preparada para o Congresso de Nüremberg (1910), de título *As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica*.

Neste momento, Freud ainda acreditava na eliminação da neurose quando se desse o acesso a uma idéia recalcada no inconsciente. A neurose obtinha sua força à medida em que tais conteúdos tornados inconscientes surgiam em forma de sintomas, ou seja, a técnica se empenhava em tornar cada vez mais irrestrito o acesso do analisando ao seu inconsciente. Diz Freud:

“À época do tratamento catártico, o que almejávamos era a elucidação dos sintomas; afastamo-nos, depois, dos sintomas e devotamo-nos, em vez disso, a desvendar os “complexos” para usar uma palavra que Jung tornou indispensável; agora, no entanto, nosso trabalho objetiva encontrar e sobrepujar, diretamente, as “resistências”, e podemos confiar em que venham à luz, justificadamente, sem dificuldade, os complexos tão logo se reconheçam e se removam as resistências.”⁴

Neste artigo, Freud estava muito empenhado em nos falar das modificações da técnica psicanalítica e no quanto ele estava entusiasmado com o avanço desta em direção a um procedimento clínico com maior grau de precisão e certeza de sucesso. Estava preocupado em eliminar qualquer obstáculo, resistência, que se interpusesse no caminho de maior credibilidade à psicanálise. É neste terreno que ele traz a conceituação da contratransferência pela primeira vez em sua obra. Refere-se a ela como uma inovação que se relacionava ao que ocorria, no tratamento, ao “próprio médico”. Ele nos diz neste artigo:

³ Esta carta se encontra numa publicação da editora francesa Calmann-Lévy, em 1995, sob o título *Correspondance 1908 – 1938*.

⁴ FREUD, S. (1910), *As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica*, p. 130

“Tomamo-nos cientes da contratransferência, que, nele, surge como resultado da influência do paciente sobre os seus sentimentos inconscientes e estamos quase inclinados a insistir que ele reconhecerá a contratransferência em si mesmo, e a sobrepujará. Agora que um considerável número de pessoas está praticando a psicanálise e, reciprocamente trocando observações, notamos que nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas; e, em consequência, requeremos que ele deva iniciar sua atividade por uma auto-análise e levá-la, de modo contínuo, cada vez mais profundamente, enquanto esteja realizando suas observações sobre seus pacientes.”⁵

Como vimos, a contratransferência está, na obra freudiana, relacionada a pontos obscuros no analista, restos de complexos psíquicos que não foram bem elaborados ou dissolvidos. Esses “pontos cegos” o deixariam vulnerável. Uma manifestação contratransferencial era vista exercendo um papel de obstáculo ao trabalho e, assim, como fonte de equívocos. Ao analista, caberia poder reconhecer seus aspectos contratransferenciais para ultrapassá-los através de um trabalho de reflexão e conscientização. Caso contrário, impasses contratransferenciais poderiam comprometer o curso do processo psicanalítico.

Uma expressão dessa inquietação sobre como abordar aspectos da condução da análise por parte do analista, verifica-se, através da nota do editor que abre a série dos artigos sobre a técnica. Ele nos apresenta um Freud, que, há anos, estava às voltas com o projeto de escrever um relato que tratasse do procedimento psicanalítico. Embora tenha sido esta a sua intenção, não foi exatamente o que podemos encontrar ao longo de sua obra. É somente através de suas observações, fragmentos clínicos ou ainda em seus três principais casos clínicos publicados, que temos acesso aos procedimentos técnicos. Segundo Jones, havia um projeto de Freud desde 1908 de elaborar uma exposição geral da técnica psicanalítica.

⁵ *Id., ibid.*, p. 130

“A relativa escassez de trabalhos de Freud sobre a técnica, bem como hesitações e demoras para produzi-los, sugere que havia de sua parte um sentimento de relutância em publicar esse tipo de material.”⁶

Convém destacar que um dos motivos de tal relutância era ele não achar conveniente que seus pacientes se detivessem em saber pormenores da técnica psicanalítica. Àquela época, as publicações sobre o assunto causavam enorme curiosidade. A psicanálise estava em expansão como um saber inovador e de considerável repercussão no meio médico.

Em 1912, Freud elaborou um texto intitulado *Recomendações aos Jovens Médicos*, onde enumerou uma lista de cuidados a serem tomados pelo psicanalista, dando sugestões de como enfrentá-los.

Vale ressaltar que, já neste texto, Freud inclui, no primeiro parágrafo, a advertência de que aquele elenco de condutas técnicas esperadas de um psicanalista estava, e só podia estar, baseado na sua experiência clínica. Assim, considera que são condutas apropriadas a sua individualidade. Diz ele:

“Devo, contudo, tornar claro que o que estou asseverando é que esta técnica é a única apropriada a minha individualidade. Não me arrisco a negar que um médico constituído de forma inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhes apresenta.”⁷

Freud deixa em aberto a possibilidade da emergência de outras técnicas a partir de diferentes organizações subjetivas. Sem dúvida, como nos mostra Figueira, o discurso freudiano nos oferece dois pólos de entendimento da técnica. Em um dos pólos estaria a burocratização máxima da técnica, onde haveria um modelo a ser seguido. No

⁶ FREUD, S. (1911), *Introdução do editor inglês aos artigos sobre a técnica*, vol. XII, p. 113

⁷ FREUD, S. (1912) *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, p. 149

outro pólo, estaria a idiossincratização máxima da técnica, onde esta seria o reflexo da personalidade do analista.

Em seu artigo *Sobre o início do tratamento* (1913), Freud é mais cauteloso que no texto de 1912. Ele já inicia o artigo enfatizando que vai tratar de “recomendações” e não de regras, por considerar que estas não são apropriadas ao campo psicanalítico. Neste campo, estão envolvidas as mais diversas configurações psíquicas no que se refere à estruturação psíquica do analisando e do analista. Esta especificidade de cada encontro analista e analisando no campo psicanalítico não permite qualquer técnica que se apóie em uma uniformização de condutas. Entretanto, ele esclarece que vai desenvolver alguns itens que julga importantes, baseado em sua experiência clínica que, neste momento, já se encontra referendada na troca com alguns colegas de trabalho.

Um dos primeiros conselhos de prudência que nos traz diz respeito à memória. Diz ele:

“Ele (analista) deve conter todas as influências conscientes de sua capacidade de prestar atenção e abandonar-se inteiramente à memória inconsciente”.⁸

Propõe o que chama de atenção uniformemente suspensa como forma do analista proteger-se de dirigir atenção a um material específico.

Outra importante advertência se refere ao desejo de pesquisa e à ambição terapêutica. Nessas situações, o analista pode desejar alcançar mérito e prestígio através de intervenções terapêuticas bem sucedidas. O que Freud recomenda, neste caso, é seguir o modelo do cirurgião, que coloca os sentimentos de lado com o fim de concentrar-se no objetivo principal que é de realizar o procedimento médico o mais competentemente possível. Freud faz alusão às palavras de um cirurgião de tempos

remotos, quais sejam: “Fiz-lhe os curativos, Deus o curou”.⁹ Assim, Freud está fazendo uma advertência do quanto os analistas iniciantes poderiam ficar embevecidos com os resultados do novo método terapêutico e narcisicamente gratificados com seus efeitos.

A próxima recomendação da série é para que os médicos não se ofereçam como ideais de conduta ao utilizarem revelações de sua vida pessoal. Freud recusa qualquer atitude que se assemelhe a influências ou sugestões. Assim, indica o modelo ou a metáfora do espelho, onde:

“o médico deve ser opaco aos seus pacientes e, como um espelho, não mostrar-lhes nada exceto o que lhe é mostrado.”¹⁰

Outra metáfora utilizada por Freud, neste texto, é a do receptor telefônico, com a qual busca mostrar como o analista devia se posicionar na clínica em relação a sua escuta. A partir do reconhecimento de que há uma inclinação da escuta do analista estar permeada por um crivo de valor e consideração pessoal, ou seja, ser contaminada pelos valores do analista e, em virtude desta possibilidade,:

“o médico deve voltar o seu próprio inconsciente como um órgão receptor na direção do inconsciente do paciente. Deve ajustar-se ao paciente como um receptor telefônico se ajusta ao microfone transmissor.”¹¹

Por fim, Freud nos adverte que a ambição educativa é tão prejudicial ao procedimento analítico quanto a ambição terapêutica. Ele chama de ambição educativa qualquer atitude, deliberada ou não, que tente guiar os passos do analisando. Nesta mesma vertente, o analista não deve se deixar levar por um debate intelectual que, por ventura, seja suscitado por algum analisando. Afirma que toda e qualquer via

⁸ *Id., ibid.*, p. 180

⁹ *Id., ibid.*, p. 154

¹⁰ *Id., ibid.*, p. 157

¹¹ *Id., ibid.*, p. 154

intelectualizada ou racionalizada desvia a riqueza do processo da análise que se dá através da experiência da dinâmica transferencial.

Desta forma, a contratransferência designa os complexos da personalidade do analista que podem interferir na compreensão do que o analisando lhe traz. Logo, podemos dizer que ela é equivalente à resistência do analista. Então, assim como a regra fundamental da associação livre como recurso técnico busca permitir ao analisando fazer face às suas resistências, as regras técnicas advêm do reconhecimento da resistência do analista. Elas visam evitar que o trabalho analítico seja impedido.

A partir do momento em que Freud elaborou a sua contratransferência no trabalho com Dora, ele não pode mais deixar de enfatizar que a análise encontra-se alicerçada na relação transferência-contratransferência. Ele entendeu que o analista não pode deixar de ser tocado pelo material inconsciente do analisando, embora os conflitos que possam surgir daí não devam se transformar em impasses contratransferenciais. Para tanto, Freud recomenda a análise pessoal como fundamental na formação de um psicanalista. Sua indicação a esse respeito é clara. Todos os esforços devem ser feitos, para que seus conflitos inconscientes não interfiram na sua função de espelho.

É neste contexto que o tema da contratransferência vai estar presente no artigo *Sobre o amor transferencial* (1914). Neste texto, a palavra contratransferência aparece numa referência explícita em duas ocasiões, conquanto essa temática percorra todo o texto.

Freud abre o capítulo *Sobre o amor transferencial* dizendo:

“Todo principiante em psicanálise provavelmente se sente alarmado de início pelas dificuldades que lhe estão reservadas quando vier a interpretar as associações do paciente e lidar com a reprodução do reprimido. Quando chega a ocasião, contudo, logo aprende a encarar estas dificuldades como insignificantes e, ao invés, fica convencido de que as

únicas dificuldades realmente sérias que tem de enfrentar residem no manejo da transferência.”¹²

O autor propõe neste texto uma situação de enamoramento da paciente pelo médico como cenário para pensarmos o quanto as questões transferenciais são reveladoras de algo fundamental e primordial do psiquismo. A esse respeito, diz ele:

“O psicanalista sabe que está trabalhando com forças altamente explosivas e que precisa avançar com tanta cautela e escrúpulo quanto um químico.”¹³

Apesar de a contratransferência surgir articulada com a questão amorosa, o que importa é a intensidade das resistências mobilizadas pela transferência. Sendo que estas podem ocorrer sob a face de sentimentos menos ternos.

A mensagem do texto é que esta questão deve também ser avaliada sob o ponto de vista do analista, valorizando-se sua implicação como fundamental para o desenrolar desta situação. Freud reconhece que se trata de uma experiência difícil para o analista devido ao fascínio amoroso e, simultaneamente, pela hostilidade advinda da não-satisfação da demanda amorosa do analisando. Diz ele:

“Para o médico, o fenômeno significa um esclarecimento valioso e uma advertência útil contra qualquer tendência a uma contratransferência que pode estar presente em sua própria mente. Ele deve reconhecer que o enamoramento da paciente é induzido pela situação analítica e não deve ser atribuído aos encantos de sua própria pessoa...”¹⁴

O analista não deve se deixar dominar por forças, em sua própria mente, que o desviariam de sua função. A tarefa analítica tem como princípio a impossibilidade de se conduzir a vida sob o princípio do prazer. Há de se abrir mão de qualquer

¹² FREUD, S. (1914), *Sobre o amor transferencial*, p. 208

¹³ *Id., ibid.*, p. 221

¹⁴ *Id., ibid.*, p. 210

satisfação imediata que o amor, equivocadamente, pode oferecer, a favor do adiamento das satisfações em nome de um trabalho.

Ao nosso ver, Freud está marcando que esses efeitos amorosos são induzidos pela situação analítica onde, na pessoa do analista, está sendo depositada uma série de ideais. Logo, o lugar de onde o analista fala é tão relevante quanto aquilo que ele fala. Freud mostra o quanto é importante que o analista possa sustentar esta situação sem satisfazer a demanda do analisando. Porém, deve fazer isto sem reprimir tais manifestações transferenciais por meio de interpretações intelectualizadas. Ele traz a seguinte imagem, para expressar que tal atitude do analista seria o mesmo que:

“... após invocar um espírito dos infernos mediante astutos encantamentos devêssemos mandá-lo de volta para baixo, sem lhe haver feito uma única pergunta.”¹⁵

Na experiência analítica devemos nos responsabilizar pelo que é suscitado. Freud aborda a questão amorosa naquilo que ela tem de encantador e encobridor, observando o quanto seus efeitos amorosos podem nos seduzir de maneira pouco produtiva. É neste sentido que se refere à contratransferência, novamente, neste texto.

“...a experiência de se deixar levar um pouco por sentimentos ternos em relação à paciente não é inteiramente sem perigo. Nosso controle sobre nós mesmos não é tão completo que não possamos subitamente, um dia, ir mais além do que havíamos pretendido. Em minha opinião, portanto, não devemos abandonar a neutralidade para com a paciente, que adquirimos por manter controlada a contratransferência.”¹⁶

Ele propõe que o amor seja entendido como algo que se deve atravessar pela via do simbólico. Dito de outra forma, o analista deve considerar o amor

¹⁵ *Id., ibid.*, p. 214

¹⁶ *Id., ibid.*, p. 214.

transferencial como encobridor de algum conflito inconsciente mais profundo. Ao longo do texto, Freud tem o cuidado de deixar claro que, embora a psicanálise mobilize afetos intensos, isto não representa um perigo à seriedade do método analítico. Com certeza, isto reforça a necessidade da atenção que o analista deve ter sobre o que nele foi mobilizado.

Os artigos sobre a técnica de 1911 a 1915 tentam estabelecer os procedimentos cabíveis para que o analista possa empreender um trabalho de análise. Freud tinha em mente que a comunidade psicanalítica estava de acordo com os objetivos terapêuticos. Porém, sabia que a forma como esta terapêutica se processaria, dependeria tanto da subjetividade do analisando quanto da forma pela qual o analista conduziria a sua subjetividade.

Sobre este ponto, em seu artigo *Linhas de progresso da terapia psicanalítica* (1918), Freud, apesar de não se referir ao tema da contratransferência, ao discorrer sobre procedimento terapêutico, coloca em cena a sua inevitável articulação com a contratransferência, na medida em que assevera que cada um faz o que faz de acordo com suas possibilidades psíquicas.

Neste artigo, ele aborda a proposta ferencziana da “atividade” por parte do analista. Freud não se encantava com esse tipo de proposta por perceber que elas poderiam dar margem ao que ele chamou de abuso de poder, onde o analista se colocaria como mestre. Alerta para o risco de a psicanálise ser colocada como uma doutrina:

“Na minha opinião, em última análise, isto é usar de violência ainda que se revestida dos motivos mais honrosos.”¹⁷

¹⁷ FREUD, S. (1918), *Linhas de progresso da terapia psicanalítica*, p. 208

Todo o movimento de Freud é orientado pela certeza de que toda ação do psicanalista devia ser cautelosa, tendo em vista a força e o poder que a transferência lhe confere. Esta era a sua principal objeção à atividade na técnica analítica.

Depreendemos que o cerne da temática da contratransferência para Freud prende-se à necessidade de que o analista se interrogue de que lugar ele está falando, que ele reflita se este lugar está contaminado por preconceitos que dificultem a sua escuta, por interesses narcísicos de sua parte que possam envolver seu analisando.

Assim, Freud vai percebendo a necessidade de tratamento dos analistas, na medida em que se preocupa com o preparo dos futuros analistas que o procuram. Esta preocupação aparece refletida em seus textos, onde é cada vez maior a ênfase dada à análise dos psicanalistas. Em 1910, indica a auto-análise dos próprios sonhos aos analistas, com a finalidade de auto-conhecimento. Em artigo de 1912, ele esclarece que a auto-análise não é suficiente para os que exercem a psicanálise. Afirma que não há possibilidade dessa compreensão de si próprio ser encontrada através de livros ou participação em palestras. Valoriza o ganho que os analistas terão ao se disporem a um trabalho de auto-conhecimento. É mais enfático ao alertar que aquele que:

“...não tiver se dignado a tomar a precaução de ser analisado, não só será punido, por ser incapaz de apreender um pouco mais em relação a seus pacientes, mas correrá também perigo mais sério, que pode tornar-se perigo também para os outros. Cairá na tentação de projetar para fora algumas das peculiaridades de sua própria personalidade, que indistintamente percebeu, no campo da ciência, como uma teoria de validade universal; levará o método psicanalítico ao descrédito e desencaminhará os inexperientes.”¹⁸

Freud parecia estar bastante surpreso com o quanto o desenvolvimento da técnica psicanalítica dependia do modo como os médicos conduziriam os tratamentos.

Uma série de desejos inconscientes, ou até mesmo conscientes, poderiam comprometer

todo o processo. Neste sentido, a temática da contratransferência nos remete a uma articulação com a formação dos analistas naquilo que ela nos confronta com o tornar-se analista. A dificuldade da formação é que não há uma regra a ser seguida. A solução não é simples, passando, necessariamente, pela singularidade de cada um.

Figueira (1994), que trabalhou o tema da contratransferência nos artigos sobre a técnica, alerta-nos para o fato de estes terem sido publicados no momento em que não havia a chamada formação psicanalítica, com a exigência formal de análise do futuro analista. Logo, não havia nenhum modo de saber o que estava sendo realizado em nome da psicanálise.

De acordo com Figueira, a preocupação de Freud surgia na medida em que ia percebendo que:

“... o maior inimigo da psicanálise podia ser o próprio psicanalista, propondo, assim, um meio para controlá-lo na ausência de controles formais”¹⁹

Segundo Figueira, Freud optou, temporária e estrategicamente, por um patrulhamento constante do analista através do que denomina de desenvolvimento de um superego técnico. Destarte, a contratransferência estava sendo o alvo de suas atenções. Parece, de fato, que, sendo a contratransferência tida como pura resistência ou advinda de resíduos não analisados dos analistas, impulsionava a elaboração de regras técnicas rigorosas com o fim de purificar o campo, tentando evitar e eliminar tais obstáculos. A esse respeito nos fala Serge Viderman:

“Temos aí um conjunto preciso e coerente de regras técnicas, todas elas, na aparência, perfeitamente racionais, isto é, justificadas por razões defensáveis (e defendidas), todas elas inscritas em um plano de conjunto que visa criar as condições ideais da busca da construção ou da reconstrução da história do paciente. Na regra fundamental unem-se de novo as duas

¹⁸ FREUD, S., *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912), p. 156

¹⁹ FIGUEIRA, S. (1994), *Contratransferência - de Freud aos contemporâneos*, p. 8

correntes de sensibilidade inconsciente do paciente e do psicanalista: associações livres, lado do divã; atenção fluante, lado poltrona. Parecia simetria perfeita: para a palavra de um e para que essa palavra se fizesse se entender melhor, o silêncio do outro...”²⁰

O que o autor declara é que, mesmo que as intenções sejam as mais puras, não há como aplicar o método racional para um objeto irracional. As condições ideais deviam ser criadas para dar liberdade às associações do paciente e tentar diminuir ao máximo a presença do analista, visando purificar o material que emerja deste campo. Tentava-se eliminar o que da presença do psicanalista pudesse perturbar o campo. Havia que se controlar os efeitos da contratransferência, para que o analista se tornasse uma figura quase virtual, acreditando-se que assim ele poderia prestar-se à pura projeção, como tela ou espelho da fantasia do analisando.

A intenção dessa concepção era eliminar o que uma possível intervenção contratransferencial pudesse causar. A esse respeito, vale lembrar que o próprio Freud, no início de seu trabalho com as histéricas, foi extremamente participativo e excessivo em suas falas. Certa vez, recebeu de uma de suas clientes a advertência de que para um falar é preciso que o outro se cale. Chega a ouvir desta mesma paciente, que não devia lhe perguntar sempre de onde provinha isto ou aquilo, pois bastava que a deixasse contar o que ela tinha a dizer. Aí estava uma manifestação contratransferencial motivada pelo lugar de pesquisador do fundador da psicanálise. Logo, o que havia de ser suprimido não era a presença do psicanalista, a questão era mais complexa. Não podemos suprimir os efeitos da presença do analista, pois são estes que impulsionam e que causam o desenrolar do tratamento. Entretanto, é fundamental que o analista tenha constantemente o lugar de onde ele fala em mente. Na relação transferencial, ele ocupa o lugar destinatário de uma demanda de saber sobre o desejo. Dessa forma, qualquer

²⁰ VIDERMAN, S. (1990), *A construção do espaço analítico*, p. 41

palavra proferida pelo analista carrega dimensão de uma verdade. Imaginem se o analista ainda as proferir do lugar de mestre, doutor, professor! Como disse o nosso grande pequeno Hans a Freud, ao perceber seu tom pedagógico: “o senhor falou como bom Deus?”

Não basta propor ao psicanalista a regra técnica da neutralidade, pois o seu papel é de extrema complexidade. Há uma atividade na neutralidade, um trabalho psíquico se impõe ao analista para que se dê a abstinência. Caso contrário, seria uma mera obediência à regra e, por conseguinte, não traria liberdade e flexibilidade de escuta. O princípio da neutralidade, apesar de sugerir uma idéia de imparcialidade passiva, na verdade, exige do analista muito trabalho subjetivo de reflexão. Só então é que se alcança uma posterior ultrapassagem da resposta imediata à situação transferencial e domínio de questões contratransferenciais. Se não houver reflexão, irromperá a atuação do analista. Logo, pode-se concluir que a neutralidade não implica em mero controle emocional ou ausência de reações ao que é dito pelo analisando. Trata-se de um trabalho de elaboração visando o ato interpretativo.

Diversos autores e correntes de pensamento tentaram responder à questão que Freud levantou com a contratransferência, o que demonstra sua relevância. Eis a questão: qual é a implicação do psicanalista, quais são os seus determinantes e o que ela determina na clínica?

I.3. FERENCZI E A METAPSICOLOGIA DOS PROCESSOS PSÍQUICOS DO ANALISTA

Sandor Ferenczi, nascido em 1873, numa família judaica que emigrou da Polônia e se estabeleceu na Hungria, era o oitavo filho dentre onze irmãos. Foi médico neuro-psiquiatra até o momento de seu encontro com a psicanálise, encontro que

determinou seu ingresso na prática analítica. Sua contribuição para o movimento psicanalítico foi muito produtiva até a sua morte, em 1933, de anemia perniciosa - enfermidade que o levou a ter sintomas de debilidade física e psíquica.

Nosso interesse pela produção teórica de Ferenczi é grande, porque ele foi o primeiro discípulo de Freud a levantar importantes indagações acerca da implicação do analista na sua ação terapêutica. Neste sentido, considera o exame da contratransferência e a análise pessoal do analista como recursos imprescindíveis ao bom desenvolvimento do tratamento.

O motivo do primeiro encontro, em 1908, que iniciou o longo e intenso relacionamento Freud/Ferenczi, foi uma orientação que Ferenczi pediu a Freud sobre uma conferência em que apresentaria as descobertas psicanalíticas a uma sociedade de médicos. A partir daí, Freud ficou encantado com a inteligência de Ferenczi e percebeu que não se tratava de um novato, porque já pesquisava sobre temas que interessavam a ele próprio, como os estudos sobre a transmissão de pensamento, e já tinha, inclusive, publicado diversos artigos. Este foi o início de um intercâmbio de idéias mantido ao longo de 25 anos.

No texto *História do Movimento Psicanalítico* (1914), Freud manifesta profunda admiração e reconhecimento pelo trabalho do psicanalista, dizendo: “A Hungria, geograficamente tão próxima da Áustria e cientificamente tão distante, produziu um único colaborador, S. Ferenczi, mas um colaborador que, por si só, vale toda uma sociedade.”

Em 1909, Ferenczi escreve *Transferência e Introjeção* - texto que o introduz no campo da produção psicanalítica propriamente dito. Em 1910, é convidado a elaborar os estatutos da fundação da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). Ele

prepara um texto que já expressa sua preocupação com os efeitos daquela associação para a causa psicanalítica. Diz ele:

“Como todos os inovadores, devemos não somente trabalhar, mas também lutar por nossa causa. (...) os analistas são como apóstolos da paz eterna, obrigados por seu ideal a travar a guerra!”²¹

Ferenczi foi um discípulo com características muito peculiares, tendo sido o único que Freud convidava para visitá-lo nas férias. Era um interlocutor privilegiado de Freud, pois, mesmo com a crescente divergência teórica e diferentes estilos clínicos, os dois autores não romperam o laço de trabalho e de reconhecimento que os uniu até a morte de Ferenczi em 1933.

Vale ressaltar que anos mais tarde, Ferenczi se afastou da Associação Psicanalítica Internacional que ajudou a fundar, exatamente para lutar pela causa psicanalítica. Ele julgou que esta Associação corrompeu o ideal psicanalítico com suas sistematizações e com a concepção da análise-didática.

Sua participação na Associação mudou, no final dos anos 20, em função da adoção de posturas clínicas que se opunham radicalmente ao que era proposto institucionalmente. Assim sendo, o seu discurso não era bem aceito, recebendo inclusive críticas pejorativas, e encontrando o empenho de muitos para invalidar sua vasta contribuição. Jones foi um dos que colaborou para o seu esquecimento por algumas décadas, criticando Ferenczi duramente. Por que tanta crítica? Seria fruto da relação transferencial entre eles, já que Jones havia sido seu analisando?

Após anos de silêncio, vemos novamente reconhecido o valor de uma obra que o próprio Freud destacou por ocasião da morte de Ferenczi: “*É impossível acreditar que a história de nossa ciência irá esquecê-lo.*”²²

²¹ KUPPERMAN, D., *As transferências cruzadas*, p. 50

²² FREUD, S., *Sandor Ferenczi* (1933), p. 279

A sua peculiar relação com Freud foi repleta de percalços transferenciais, onde Ferenczi buscava ser amado pelo seu analista idealizado e, por outro lado, sentia-se inibido em se sobrepor ao substituto paterno intelectualmente. Tal situação foi uma fonte interminável de motivação para suas elaborações.

A importância e complexidade da relação Freud-Ferenczi nos remete aos efeitos da transmissão nesta história de encontros e desencontros e traz diversos elementos que alimentam o interesse de vários pesquisadores. Muitos autores defendem a tese de que Ferenczi desenvolve aquilo que constituía um núcleo recalcado da obra freudiana.

Os efeitos de uma transmissão, muitas vezes, são surpreendentes, justo porque aquele que ensina não percebe tudo o que efetivamente está transmitindo. Isto sucede porquanto aquilo que dizemos carrega algo que nos escapa por efeito de recalcamientos. A relação Freud-Ferenczi é um exemplo do quanto uma transmissão comporta vários níveis de comunicação. Figueira²³ (1994) constatou-os em um texto freudiano, qual seja, um parágrafo do artigo *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, reproduzido a seguir:

“Minha esperança é que a observação delas (as regras técnicas) poupe aos médicos que exercem a psicanálise muito esforço desnecessário e resguarde-os contra algumas inadvertências. Devo, contudo, tornar claro que o que estou asseverando é que esta técnica é a única apropriada à minha individualidade; não me arrisco a negar que um médico constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhe apresenta.”²⁴

O que queremos focalizar na assertiva citada, é que Freud jamais pretendeu autorizar a existência de uma diversidade de técnicas tantas quantas fossem

²³ Figueira desenvolve um minucioso estudo que sublinha a presença de um substrato recalcado em algum enunciados freudianos.

os analistas, mas sim que tivéssemos a noção de quanto uma padronização de condutas na prática analítica é, no mínimo, ingênua.

O que se transmite nas entrelinhas? Embora no nível mais óbvio, a citação valorize um campo regrado e codificado, fazendo apelo ao superego técnico do analista²⁵, há um outro nível em que se admite ser a clínica algo que carrega os traços de organização subjetiva do analista, quando Freud assevera que sua técnica é apropriada à sua individualidade. Logo, a valorização da implicação do analista na direção do tratamento está presente, e recebe do autor sua devida atenção, embora não a desenvolva.

Assim como outros discípulos e analisandos de Freud, Ferenczi também sinalizava que havia diferenças entre o que Freud fazia e o que recomendava. Destarte, podemos entender muitas concepções ferenczianas como tendo sido calcadas em indícios transmitidos pelo próprio Freud de forma denegada e dissociada, ou seja, de forma inconsciente.

O conceito de contratransferência é um dos campos em que Freud tanto trouxe uma concepção predominantemente negativa, em seu aspecto de obstáculo, como deixou indicações, em alguns de seus textos, que permitem extrair o valor operativo desta noção.

A famosa metáfora freudiana para ressaltar o nível inconsciente de comunicação na relação transferencial é a do telefone, onde o inconsciente do médico é capaz, a partir de derivados do inconsciente que lhe são comunicados, de reconstruir o inconsciente do paciente. Poderia o paciente fazer o mesmo com o seu analista a partir

²⁴ FREUD, S. (1912), *op. cit.*, p. 149

²⁵ Esta formulação é desenvolvida por Figueira (1994) para expressar a força que conduz o analista a seguir as normas técnicas.

da captação de mensagens transmitidas inconscientemente? Será que isto sucedeu com Ferenczi em relação a Freud?

A respeito da sensibilidade do analisando às características do analista na relação transferencial, diz Ferenczi:

“Cheguei pouco a pouco à convicção de que os pacientes percebem com muita sutileza os desejos, as tendências, os humores, as simpatias e antipatias do analista, mesmo quando este está inteiramente inconsciente disso...”²⁶

Ferenczi estava buscando respostas para o que resiste nos tratamentos. Como considera a forma de engajamento do analista na sessão um elemento essencial no processo analítico, ele toma a noção de contratransferência sua aliada nesta tarefa. Por este viés, Ferenczi vai entender como contratransferência tudo o que se passa do lado do analista, e que deve ser considerado para posterior exame e compreensão analítica.

A fineza clínica de Ferenczi possibilitou-lhe precoces e sofisticadas elaborações sobre a participação do analista naquilo que fazia deslanchar um processo analítico e, sobretudo, naquilo que paralisava os tratamentos. É somente através do exame da contratransferência que o analista poderá conduzir uma análise, retificando sua função analítica de acordo com o campo transferencial. Esta posição clínica visa evitar a emergência de situações de impasse transferencial, onde possíveis interrupções abruptas ocorrem a fim de convocar o analista a assumir a sua posição nesta relação analítica. São os chamados “acting-out”, que endereçam ao analista um pedido de interpretação que, por algum motivo, não foi possível.

²⁶ FERENCZI, S., *Escritos Psicanalíticos* (1933), p. 348

O encontro dos dois psicanalistas, segundo Françoise Samson²⁷, desenvolveu-se como uma relação de oposição e complementariedade. A história pulsional de Freud o conduzia a dedicar-se mais à pesquisa e teorização do aparelho psíquico, enquanto o movimento pulsional de Ferenczi fazia com que ele se detivesse nos meandros da relação com o seu analisando, tentando construir uma metodologia do campo transferencial e do lugar do analista. Na correspondência entre os dois, observamos que Freud se diz saturado da terapia, enquanto Ferenczi se debruça, cada vez mais, sobre as novas formas de intervenção do analista em momentos de paralisação ou cristalização do processo analítico.

No desenvolvimento da obra ferencziana, constatamos que cresce a ênfase atribuída à relevância do funcionamento psíquico do analista no desenrolar do processo analítico. Este movimento culmina, em 1928, com a proposta de uma metapsicologia dos processos psíquicos do analista durante o processo analítico. Para dar fundamento à sua proposta, Ferenczi denuncia o quanto a capacidade terapêutica e a ação do analista estão intimamente ligados ao seu narcisismo ou à sua busca da gratificação narcísica.

Ferenczi foi um legítimo questionador do lugar do analista. No artigo *Técnica Psicanalítica* (1919), ele descreveu com detalhes o terreno delicado pelo qual transita o psicanalista. Ele define a complexidade deste lugar e sustenta que, para o analista fazer operar sua função com liberdade e sem inibição, ele dependerá de sua capacidade de manter uma oscilação permanente entre o entregar-se à imaginação e, simultaneamente, preservar a liberdade clínica que somente uma atitude reflexiva pode propiciar. Ele afirma:

²⁷ Notas extraídas de sua conferência ministrada no colóquio sobre o Desejo do Analista em agosto de 2001, organizado pela Sociedade Letra Freudiana/RJ.

“A terapêutica analítica coloca, assim, ao médico, exigências que parecem se contradizer radicalmente. Ela pede que deixe correrem livremente suas associações e fantasmas, que deixe agir o seu próprio inconsciente; Freud ensinou-nos, com efeito, que é para nós a única maneira de captar intuitivamente as manifestações do inconsciente, dissimuladas no conteúdo manifesto do discurso e comportamento do paciente. É preciso, por outro lado, que o médico submetta a um exame metódico o material liberado, tanto pelo paciente como por ele próprio, e somente esse trabalho intelectual deve guiá-lo em seus propósitos e ações.”²⁸

Já em 1919, Ferenczi enfatizava a responsabilidade do analista com relação ao manejo da transferência, abrindo, portanto, o caminho para Lacan desenvolver a concepção de “desejo do analista” como o que faz operar uma análise.

Ferenczi traz ótimas questões, mas, a partir de determinado ponto de sua obra, suas respostas são criticadas por incluírem a proposta de que o analista deve satisfazer a demanda de amor do paciente, consertando o erro do adulto. É aí que se supõe que intervieram sua demanda de amor e sua necessidade de transparência, como dificuldades decorrentes de sua pouca análise com Freud. Esta análise, efetivamente, durou apenas algumas semanas em 1911 e outro breve período em 1913, apesar de pedir explicitamente, em suas cartas, que Freud lhe concedesse mais algum tempo de análise. Algumas de suas cartas, aliás, são verdadeiros registros de sua demanda de análise. Na carta de 27.12.1912, por exemplo, após o relato rico e angustiado de um sonho, ele diz: “Perdoe-me por esta análise gratuita que lhe extorqui (mesmo que apenas por escrito).”²⁹

Ressalte-se que esta observação não invalida nem desvaloriza sua produção teórica, pois só criamos a partir de nossas vivências psíquicas. Desta forma,

²⁸ FERENCZI, S., *A Técnica Psicanalítica* (1919), p. 120

²⁹ Correspondência entre S. Freud e S. Ferenczi, vol. I, tomo 2, p. 173

permanece o valor inestimável de sua rica experiência clínica que tanto nos provoca indagações sobre os limites do analista e, também, da própria psicanálise.

No artigo *Elasticidade da Técnica Analítica* (1928), Ferenczi reconhece a complexidade do trabalho psíquico exigido ao analista:

“Pouco a pouco, vai-se percebendo até que ponto o trabalho psíquico desenvolvido pelo analista é, na verdade, complicado. Deixam-se agir sobre si as associações livres do paciente e, ao mesmo tempo, deixa-se a sua própria imaginação brincar com esse material associativo: nesse meio tempo, comparam-se as novas conexões com os resultados anteriores da análise, sem negligenciar, por um instante sequer, o exame e a crítica de suas próprias tendências.”³⁰

Nos últimos anos do percurso teórico de Ferenczi, dá-se o que podemos chamar de confronto com o saber psicanalítico. Nos textos do final de sua obra, questiona de forma insistente e original o papel do trauma na constituição do psiquismo. Afirmado uma experiência real de sedução que se realizaria por um adulto agressor, considera que cabe, então, ao psicanalista empreender a reparação do trauma originário do infante, reconhecendo o testemunho de uma experiência traumática de sedução para restabelecer a verdade de sua história. Seu pensamento radicaliza-se, levando-o a escrever em 1933³¹, ano de sua morte, um riquíssimo artigo sobre a postura dos analistas, que propõe como sendo análoga à postura de insinceridade dos pais que favorece efeitos traumáticos.

O próprio Ferenczi sabia que os recursos técnicos por ele desenvolvidos poderiam ser utilizados de maneira abusiva, na qual os objetivos seriam distorcidos. Ele exemplifica com sua técnica ativa, que utiliza de forma cada vez mais prudente, e adverte que poderá servir para atender satisfações sádicas de alguns analistas. Do

³⁰ FERENCZI, S., *Escritos Psicanalíticos* (1928), p. 308.

³¹ O referido texto foi apresentado no XII Congresso Internacional de Psicanálise em Wiesbaden em 1932 e recebeu originalmente o título: *As paixões do adulto e sua influência no desenvolvimento do caráter da*

mesmo modo, as suas posições terapêuticas, que ele denomina de “sentir com” ou “tato”, poderiam vir a ser compreendidas como um privilégio do aspecto intuitivo e subjetivo em detrimento de qualquer outra avaliação.

As divergências, que vão marcar a ruptura com a comunidade psicanalítica, ocorrem por ocasião de inovações metodológicas como a análise mútua e a técnica da neocatarse, propagadas com a publicação de seu artigo *Princípio de Relaxação e Neocatarse* (1929). Nosso objetivo não é o de indicar as implicações do que esta postura terapêutica trazia para o campo psicanalítico, nem de avaliar estas propostas.

O interesse pela produção do autor se justifica, aqui, pela constatação de que, ao longo de toda sua obra, sua preocupação girou em torno da circunscrição do que era o lugar do analista. Através de intuições precisas sobre a relação transferencial, ele aprofundou o que Freud já havia indicado, ou seja, que o analista ocupa o lugar de catalisador de um processo que lhe transcende. Com sua perspicácia clínica, Ferenczi nos mostra que a delimitação do lugar do analista nos remete, necessariamente, a interrogar os limites e possibilidades da prática psicanalítica e, com isso, nos conduz a uma delimitação do campo da ética em psicanálise. Este campo de pesquisa perpassa por questões fundamentais, como a transmissão do saber psicanalítico e, conseqüentemente, a buscar formular quais as bases da formação do analista. Por outro lado, esta pesquisa do campo transferencial pode ter sido o caminho pelo qual Ferenczi chega a dar a ênfase à importância fundamental do Outro na constituição do psiquismo do sujeito, que é assinalada por Birman³².

sexualidade da criança. Atualmente, é conhecido sob o título: *Confusão de linguas entre os adultos e as crianças*.

³² Esta observação consta do prefácio ao livro *Escritos Psicanalíticos*, que reúne os principais textos de Ferenczi sob a organização de Joel Birman (p. 18).

Ao acompanharmos o percurso da obra de Ferenczi, observamos que sua preocupação com a metodologia do processo analítico era recorrente e proporcional a seu interesse pela relação analista-analisando e seus efeitos na direção do tratamento. Ele sustentava o seu lugar de analista sob um permanente questionamento sobre os limites e possibilidades da psicanálise diante de cada analisando. A riqueza das nuances teórico-clínicas expostas nos inúmeros artigos sobre a participação do analista, permitenos decantar uma formulação sobre o que seria a ética em psicanálise, uma ética que está sempre buscando delimitar o lugar do analista no processo psicanalítico.

Por conseguinte, é muito curioso o quanto sua sensibilidade foi capaz de valorizar prematuramente questões que foram silenciadas e que vemos retornar através da obra de autores da geração de 40 e 50, como, por exemplo, aqueles que pesquisam a influência do analista no tratamento e o domínio da contratransferência.

Lacan, em 1953, no texto *Variantes do tratamento-padrão*, refere-se a Ferenczi como “o autor da primeira geração mais pertinente para questionar o que é requerido da pessoa do analista, particularmente para o fim do tratamento.”³³

É neste sentido que Ferenczi é retomado pela modernidade, exatamente no momento em que somos convocados a ampliarmos nossa escuta, à medida em que nossa clínica denuncia os limites da prática analítica. Devemos buscar inspiração naquele que fez operar o seu desejo de analista e não cedeu diante de casos que eram considerados não analisáveis. Ele acreditou que os limites de analisabilidade estão relacionados à disponibilidade do analista a escutar o que cada experiência clínica traz de inédito. Com isto, ele afirma que resistências no analista podem impedir a escuta da singularidade do desejo.

³³ LACAN, J., *Variantes do tratamento-padrão* (1953), p. 342 .

Podemos concluir que a forma como Ferenczi conduzia os atendimentos estava inteiramente condizente com o que é mais genuíno no pensamento freudiano. Estamos nos referindo a enunciados do próprio Freud que nos mostram a importância do papel do analista na direção do tratamento, como o já citado, de 1912³⁴, em que afirma que o processo analítico é conduzido de forma singular, posto que os analistas possuem “organizações psíquicas” diferentes.

Ferenczi estava, mais uma vez, muito afinado com Freud, quando não esperava que a padronização da técnica poupasse o analista do impacto que o processo analítico causava. Ao analista, não cabe proteger-se, mas, submeter-se à análise para sustentar o permanente e inquietante desejo de saber sobre o desejo. De tal forma, estamos de acordo com Birman, quando este considera que:

“... Ferenczi foi um discípulo autêntico de Freud no sentido pleno da palavra, pois se permitiu viver o risco de respeitar não apenas a singularidade de sua experiência analítica como também a de seus analisantes, no que isto implicava em romper com os padrões estabelecidos de escuta nos primórdios do movimento analítico.”³⁵

³⁴ FREUD, S., *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*.

Capítulo II:

OS PÓS-FREUDIANOS E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CONTRATRANSFERÊNCIA

II.1. CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA DA CONTRATRANSFERÊNCIA.

Para compreendermos o porquê da valorização da temática da contratransferência em meados do século, impõe-se uma breve contextualização histórica do movimento psicanalítico.

Ao longo de 20 anos de evolução da psicanálise, desde os primeiros escritos de Freud com Breuer até os artigos sobre técnica, algo na prática analítica precisava ser revisto, pois alguns impasses transferenciais se instalavam.

No entanto, a necessidade de um melhor entendimento do campo transferencial foi deixado de lado, uma vez que, nos anos 20, julgou-se necessário o estabelecimento de uma sistematização da psicanálise para que a transmissão de sua técnica se realizasse da forma mais eficiente e o menos distorcida possível. Houve todo um empreendimento de institucionalização da formação de analistas baseada numa lista de atributos a ser preenchida pelo candidato. Uma padronização da formação, que visava o “candidato-normal”, passou a ser a referência.

“Com a padronização da formação e, conseqüentemente, a regulamentação das análises por uma instância superior, tentou-se resolver o impasse colocado pelo não-resolvido da relação transferencial, tirando-o de cena.”³⁶

³⁵ BIRMAN, J., *Introdução à cotânea de artigos de Ferenczi*, p. 14

Com a morte de Freud, houve um clima de apreensão em relação ao destino da psicanálise. Este susto só não foi maior, porque seus seguidores já haviam passado por um “aviso prévio” quando da notícia de seu câncer em 1923.

Nos anos 40, além da morte de Freud, já se haviam passado duas décadas de funcionamento de um modelo de formação de analistas, e a avaliação crítica dos efeitos desse sistema estava sendo feita. Agora, os analistas poderiam refletir sobre o seu lugar enquanto analisandos, avaliar os efeitos das análises-didáticas e sugerir modificações a partir de sua própria prática clínica.

Esta trilha de questionamentos já havia sido percorrida por Ferenczi, precursor no estudo sobre o desenvolvimento e a evolução da técnica psicanalítica. A obra de Ferenczi já nos aponta um dos aspectos mais complexos e difíceis de lidar na formação de analistas, que é a interferência da subjetividade ou personalidade do analista na clínica. É o que alguns autores chamam de “derivação pessoal da técnica”³⁷.

Nos anos 40 e 50, houve o retorno do que havia sido recalcado desde a internacionalização, institucionalização e sistematização da psicanálise. Por recalcado, designamos aquilo que, na história do movimento psicanalítico, dizia respeito ao campo das transferências (incluindo as contratransferências). Onde existiam questões em aberto, vieram as regras e normas de conduta das instituições de formação. Portanto, não poderíamos deixar de vermos ressurgir os efeitos desses anos de silêncio na produção dos autores pós-freudianos. Nela, podemos perceber as conseqüências e os efeitos transferenciais de uma análise didática nos moldes então estabelecidos.

O tema da contratransferência emerge para trazer à tona impasses do campo transferencial que haviam sido marginalizados, desde então. Destarte, podemos

³⁶ KUPPERMANN, D., *Transferências Cruzadas*, p. 83

³⁷ Denominação proposta por Figueira em seu artigo, onde explicita que há nos artigos de Freud sobre a técnica três níveis de comunicações. Em um dos níveis, Freud admite a influência da organização psíquica do analista no seu trabalho.

observar claramente uma mudança da forma de compreender e abordar a situação analítica, que passa a enfatizar as forças constituintes do campo transferencial. Sobre esta alteração de enfoque, Edna O'Shaughnessy nos assinala:

“Durante os últimos cinquenta anos, os psicanalistas mudaram a visão de seu próprio método. Agora é amplamente sustentado que, ao invés de ser sobre a dinâmica intrapsíquica do paciente, as interpretações devem ser sobre a interação de paciente e analista (...).”³⁸

Havia um momento em que Freud estava tão preocupado com a transmissão da psicanálise que só se dedicava à análise de futuros analistas. Para tanto, determinava *a priori* um período de duração para os tratamentos. Este prazo costumava ser bastante breve, logo, os desdobramentos da relação transferencial com sua face imaginária de idealização e posterior desidealização ficava seriamente comprometida. Nesta ocasião, Freud estava muito atento à difusão da psicanálise e não se detinha nos problemas transferenciais. Tem-se notícia que, devido à enorme admiração que causava em seus analisandos, alguns como, por exemplo, Reik, tomavam-no como modelo, chegando a imitar seu comportamento e até o seu modo de vestir.

Esta situação favorecia a concepção de que a análise teria como objetivo a identificação imaginária ao ideal do analista. A disseminação desse modo de pensar chegou ao ápice com a psicologia do ego e a apropriação americana da psicanálise.

A preocupação com o futuro e o destino da psicanálise fazia com que os analistas e analisandos, herdeiros simbólicos do legado freudiano, se dedicassem a sistematizar de maneira superegóica o que deveria ser feito nas análises. A obrigatoriedade e o enquadramento da análise tentavam evitar que houvesse um desvio em sua idéia original. A fundação da IPA (*International Psychoanalytical Association*)

³⁸ O'SHAUGHNESSY, 1983, *apud* FIGUEIRA, S. (1994), *Contratransferência de Freud aos contemporâneos*, p. 111

acaba por se especializar em modos coercitivos de controle com o fim de impedir que ocorressem transgressões. Entretanto, a difusão da psicanálise se fazia a passos largos, o que tornava inevitável as futuras dissidências.

É compreensível que a inserção da psicanálise se dê de forma diferenciada de acordo com o contexto cultural em que ele é difundida. Esta é a tese de Kupperman, quando observa que:

“... nos EUA, onde a psicanálise teve sua inserção social estreitamente ligada à medicina psiquiátrica, sendo rapidamente difundida e articulada ao ideal adaptativo do “american way of life”, encontramos uma cultura psicanalítica bastante diversa da francesa, onde a psicanálise teve sua penetração social fortemente marcada pela literatura e pelo movimento de vanguarda artística, como o surrealismo.”³⁹

A tendência a uma psicanálise “adaptativa” e à idealização do analista numa atitude próxima à de reverência se impôs. Dessa maneira, o objetivo da psicanálise ficou marcado por um ideal, assim como a concepção da formação de analistas passou a girar em torno da possibilidade de se enquadrar o candidato em certas definições sobre o que o analista faz, como faz, o que ele tem. A esse respeito, nos diz Lacan:

“Para se transmitir (a posição do didata), na falta de dispor da lei de sangue que implica a geração, ou mesmo a da adoção que supõe a aliança, resta-lhe a via da reprodução imaginária que, por um modo de fac-símile análogo à impressão, permite, se se pode dizer, a tiragem de um certo número de exemplares, em que o único se pluraliza.”⁴⁰

A questão fundamental da transmissão da psicanálise se perde, quando ela toma este viés adaptativo. É uma degradação da análise a tendência a tomar, como sua finalidade última, a identificação ao ego do analista. Podemos aceitar que a

³⁹ KUPPERMAN, D., *op. cit.*, p. 92

⁴⁰ LACAN, J., (Escritos) *Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956*, p. 207

dinâmica transferencial compreende uma face imaginária, porém, esta jamais pode ser o seu objetivo, o que traria, inevitavelmente, efeitos clínicos nocivos como a sujeição do analisando e a alienação de seu próprio desejo. Esta forma de abordar os fenômenos clínicos, liderada pela corrente identificada como psicologia do ego, corrompe o ideal freudiano de psicanálise.

É justamente por antever os efeitos drásticos dessa proposição, que Lacan, propondo variações de enquadramento no dispositivo analítico, manifesta sua oposição ao modo como esta corrente de pensamento estava encaminhando as questões relativas à psicanálise. Assim, ele quebra a aliança de fidelidade e de irmandade com os colegas da IPA (*International Psychoanalytical Association*). O pacto de que a técnica não seria mudada, como forma de controle da formação, era de fundamental importância nesta Associação. Esta forma defensiva de reger o modo de conduzir os tratamentos, almejando eliminar possíveis alterações na direção da cura, é contestada por Lacan com suas sessões de tempo variável e sua valorização da experiência discursiva.

A concepção da Sociedade Psicanalítica como uma irmandade só é possível através do recalque das diferenças individuais ou singularidades. Pois, como reconhecer e incluir diferenças sem que isso ameace o sistema de filiação? Mais ainda, como reconhecer um trabalho analítico onde o objetivo seja, justamente, a emergência da diferença do outro e não a reprodução da personalidade do analista?

Neste contexto político-institucional de meados do século é que uma série de autores encontra um campo fértil para propostas sobre o encontro analítico. Parece-nos, no entanto, que seu intuito é mais o de adquirir uma habilidade técnica mais eficiente do que uma reflexão sobre os efeitos clínicos que o lugar ocupado pelo analista possa produzir.

II.2. PAULA HEIMANN E A CONTRATRANSFERÊNCIA COMO FRUTO DA INTERAÇÃO MAIS PROFUNDA COM O ANALISANDO

A produção da autora Paula Heimann merece ser explorada, pela sua importância na história do movimento psicanalítico na década de 50 no tocante ao tema da contratransferência.

A autora ficou sendo conhecida como aquela que introduziu uma modificação de monta no entendimento e no manejo clínico das manifestações contratransferenciais. Ela subverteu a idéia, originária de Freud, de que elas representavam uma interferência indevida do inconsciente do analista no tratamento. Na proposição de Heimann, os sentimentos contratransferenciais despertados no decorrer do processo analítico não deveriam ser considerados como obstáculos ao trabalho, pois sua emergência era fruto necessário da interação mais profunda com o analisando.

A nova forma de conceber o fenômeno da contratransferência foi trazida para o cenário de legitimidade institucional da psicanálise com o polêmico artigo apresentado em 1949 no Congresso Internacional de Psicanálise de Zurique. Este artigo produziu o efeito de desmistificar o medo de contaminação que o analista sentia face a seu paciente.

Não havia o que temer, já que a sensibilidade do analista poderia ser colocada a serviço da clínica e não a serviço de interesses narcísicos. Logo, não há que controlar aquilo que o analisando desperta no analista, há que perceber, para ter acesso ao que eles estariam informando ao analista sobre seu paciente.

A ênfase da formulação de Heimann sobre a contratransferência, é colocada na criação ou projeção do paciente sobre o analista, não considerando que as

marcas históricas do analista, assim como fatores de sua vida pessoal podem determinar suas atitudes e sentimentos quanto ao analisando.

Filha de pais russos, a psicanalista nasceu na Polônia em 1899. Tem-se notícia que seu nascimento se deu após a morte de uma sua irmã mais velha e, por este motivo, sua mãe encontrava-se, à época, muito deprimida. Médica, especializou-se em Psiquiatria. Casou-se com Franz Heimann e teve uma única filha em 1925, em Berlim.

Iniciou sua formação em Psicanálise em 1928, na Sociedade Psicanalítica de Berlim, onde Theodor Reik foi indicado para seu analista-didata. Tendo, talvez, como referência sua história pessoal e familiar, ela pretendia dar mais destaque à agressividade e à pulsão de morte nos quadros de comprometimento psíquico. Já atenta às questões técnicas, encontrou ressonância às suas idéias em professores da formação, dentre os quais muitos se dedicavam ao tema da relação médico-paciente, como, por exemplo, Fenichel, Sachs, Alexander e Horney. Seu próprio analista, Theodor Reik, desenvolvia uma pesquisa em que defendia a intuição do analista como instrumento para a melhor compreensão dos pacientes, o que permite supor que efeitos transferenciais estiveram semeando aquilo que, posteriormente, viria a ser a principal tese da autora, qual seja: a contratransferência como um instrumento valioso de acesso ao inconsciente do paciente.

Sua trajetória foi repleta de percalços trágicos, pois, com a ascensão do nazismo em Berlim, sua carreira profissional ficou extremamente vulnerável. Ela sofreu na própria pele a perseguição aos judeus; era vigiada em seu trabalho, chegando a ser detida em decorrência de sua participação política.

Devido ao seu bom relacionamento com Max Eitingon, seu nome foi indicado para exercer a atividade profissional em Londres. Foi assim que ela emigrou para Londres juntamente com o primeiro grupo de analistas de origem judia em 1933.

Foi na Sociedade Psicanalítica de Londres que se deu o seu relacionamento com Melanie Klein. O domínio da língua alemã que ambas possuíam, assim como a sensibilidade de Heimann às questões de luto, aproximou-as por ocasião da morte do filho de Klein. Deste encontro, surgiu um grande e surpreendente investimento por parte de Melanie Klein, no sentido de torná-la uma de suas colaboradoras.

Nessas circunstâncias, devido ao luto que Heimann também experimentava, entre outras razões, Klein aceitou-a para tratamento a um preço simbólico. Sua condição social, então, foi aos poucos sendo restabelecida, assim como sua situação profissional foi saindo da clandestinidade e suas idéias sendo valorizadas.

Na história do movimento psicanalítico, Heimann é conhecida como defensora das idéias kleinianas, mas poucos sabem que a relação entre as duas foi interrompida por ocasião do Congresso Internacional de Psicanálise de Zurique, em 1949. Na oportunidade, Paula Heimann apresentou um trabalho sob o título "*On countertransference*". O estranho é que, apesar do tema da contratransferência ser facilmente associado à corrente Kleiniana até os dias de hoje, a própria Melanie Klein só o utilizou publicamente em duas ocasiões. Segundo os analisandos e supervisionandos de Klein, ela levava em conta os sentimentos contratransferenciais não apenas como algo a ser descartado, mas a ser valorizado.

Contextualizando historicamente a razão do rompimento, ele teve como pano de fundo o fato de que as idéias kleinianas estavam sendo questionadas no cenário psicanalítico da época. Klein temia que, com a publicação deste artigo, incrementasse as críticas em relação às suas teorias. Pois, Heimann pertencia ao grupo de Klein que afirmara publicamente que a contratransferência interferia negativamente no processo analítico. Conquanto o relato de seus supervisionandos testemunhasse que Klein

utilizava as vivências contratransferenciais como fonte de informação sobre os analisandos, ela temia que suas interpretações fossem acusadas de se basearem unicamente na subjetividade do analista.

O fato é que, guardadas as devidas proporções, podemos entender este rompimento como carregando questões transferenciais e contratransferenciais originárias da relação analista-analisanda que inevitavelmente atravessavam a condição de colegas de trabalho. Afinal, toda a produção teórica tem como referência a maneira de o analista lidar com os seus processos psíquicos, suas angústias, seus lutos, a sua relação com o outro.

A questão da contratransferência realmente diz respeito ao quê o analista deveria fazer com a sua subjetividade. Paula Heimann, através de seus supervisionandos, observou que os iniciantes sentiam-se assustados e culpados quando tomavam consciência de seus sentimentos em relação ao seu paciente. O que fazer? Negar, repudiar e reprimir estes sentimentos, ou valorizá-los? Diz ela em seu texto apresentado em 1949 no Congresso de Zurique:

“Esta nota sucinta sobre a contratransferência foi incitada por algumas observações que eu fiz no decurso de seminários e de controles. Eu fui tocada pelo que é amplamente difundido entre os candidatos, que a contratransferência é apenas uma fonte de perturbação. Eles se culpam e se inquietam quando tomam consciência de seus sentimentos em relação a seus pacientes e tentam evitar qualquer resposta emocional e procuram ficar insensíveis e afastados. Pesquisando qual a origem desse ideal de análise, eu achei na literatura descrições de trabalhos analíticos onde efetivamente tentam induzir a questão de que um bom analista não experimenta nada mais que uma benevolência morna em relação aos pacientes e que qualquer ruga emocional perturbando essa superfície lisa é o sinal de algo que deve ser ultrapassado.”⁴¹

⁴¹ HEIMANN, P. (1950), “On countertransference”, *Int. Journal of Psycho-Analysis*, 31:81-84

Este artigo é considerado fundamental na história do movimento psicanalítico, pois coloca em cena o lugar da subjetividade do analista na técnica psicanalítica. Até então, a presença de reações contratransferenciais remetia à necessidade de elaboração pelos analistas através de suas análises, assim como nas supervisões que eram chamadas de sessões de controle. A autora pretende colocar a sensibilidade do analista a serviço da percepção e posterior compreensão do que acontece a nível inconsciente no paciente. Diz ela:

“Defenderei a tese de que a resposta emocional do analista do interior da situação analítica constitui seu instrumento de pesquisa mais importante. A contratransferência do analista é um instrumento de pesquisa no interior do inconsciente do paciente.”⁴²

É através da sensibilidade do analista que ele pode captar aquilo que não pode ser dito de outra forma, antecipando, muitas vezes, o acesso a conteúdos que não são verbalizados. Esta sensibilidade, vibrando livremente para acompanhar o conteúdo latente de fantasias inconscientes, tem uma estreita relação com a atenção flutuante.

Este modo de conceber o fenômeno da contratransferência se aproxima do que Freud descreveu sobre o funcionamento mental do analista na metáfora do telefone. Vejamos a semelhança das proposições, e como ambos nos advertem do perigo de ruídos subjetivos na captação desta comunicação inconsciente. Diz Freud, em *Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise*⁴³:

“Assim como o paciente deve relatar tudo o que sua auto-observação possa detectar e impedir todas as objeções lógicas e afetivas que procuram induzi-lo a fazer uma seleção dentre elas, também o médico deve colocar-se em posição de fazer uso de tudo o que lhe é dito para fins de interpretação e identificar o material inconsciente oculto, sem substituir, com sua própria censura, a seleção de que o paciente abriu mão. Para melhor formulá-lo: ele deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do

⁴² *Id., ibid.*

⁴³ FREUD, S., *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912), p. 154

inconsciente transmissor do paciente. Deve ajustar-se ao paciente como um receptor telefônico se ajusta ao microfone transmissor.

(...) Ele não pode tolerar quaisquer resistências em si próprio que possam ocultar de sua consciência o que foi percebido pelo inconsciente.”

Aqui Freud levanta a questão da resistência do analista como algo a ser combatido pelos que exercem a psicanálise, advertindo para a importância da utilização do inconsciente do analista nesta forma de comunicação. Freud fez referência ao que podemos chamar de comunicação entre inconscientes também em outros momentos de sua obra. Entretanto, ele suspeitava que esta formulação poderia permitir a aproximação da psicanálise com o ocultismo do qual ele queria, definitivamente, afastar-se em sua construção metapsicológica.

Paula Heimann apóia esta formulação freudiana, quando nos diz:

“Nosso postulado de base é que o inconsciente do analista compreende aquele de seu paciente. Esta relação ao nível profundo emerge na superfície sob forma de sentimentos, cujo analista leva em conta na sua resposta emocional ao paciente na contratransferência. É, para ele, o modo mais dinâmico de ser atingido pela voz de seu paciente.

(...) Dito de outra forma, sua percepção inconsciente do inconsciente do paciente é mais fina e ultrapassa sua concepção consciente da situação.”⁴⁴

Paula Heimann ressalta que não é a ausência de sentimentos que distingue os parceiros da relação analítica.

“A situação analítica foi estudada e descrita sob vários ângulos e é concebida sob o seu caráter excepcional, mas eu tenho um sentimento que não sublinhamos o bastante que se tratava de uma relação entre duas pessoas.”⁴⁵

⁴⁴ HEIMANN, P., *op. cit.*

⁴⁵ *Id.*, *ibid.*

Heimann tem o cuidado de discernir que é preciso lidar com os sentimentos de modo a direcioná-los a serviço de uma ação terapêutica.

“A aproximação da contratransferência, como demonstrei aqui, não é sem perigo. Ela não deixa de mostrar as imperfeições do analista. Se o analista, na própria análise, trabalhou os seus conflitos infantis e suas angústias paranóicas e depressivas a ponto de poder facilmente receber o contato com seu próprio paciente, ele não imputará ao paciente o que lhe pertence. Ele terá ganho um equilíbrio durável que lhe permitirá suportar os papéis que lhe fazem representar o eu, o super eu e os objetos transferenciais que o paciente lhe atribui e projeta sobre ele.”⁴⁶

Cabe perguntar: a relação analítica se fundamenta no encontro entre duas pessoas? Não é necessário justamente que haja renúncia narcísica a fim de que o analista opere enquanto função?

Pensamos poder haver a renúncia narcísica sem que haja a negação da subjetividade do analista. É, efetivamente, a assunção de sua responsabilidade e sua implicação no processo terapêutico que permite ao analista ampliar o seu campo de escuta e sua sensibilidade alteritária. Esta posição do analista se constitui numa postura que não pretende satisfazer exigências superegóicas de controle, tampouco evitar a emergência de situações que toquem emocionalmente o analista. Para tanto, é necessário que o analista possa acolher sentimentos, por vezes, angustiantes, sem atuá-los na análise.

Esta parece ter sido a opinião de Heimann, de acordo com Oliveira:

“(...) acreditava que os afetos contratransferenciais deveriam poder ser livremente experienciados pelo analista, mas contidos até que pudessem se transformar em interpretações sobre o funcionamento do paciente. Para tanto, torna-se fundamental para o analista saber distinguir entre o que é produzido pelo paciente e o que deriva de si mesmo.”⁴⁷

⁴⁶ *Id., ibid.*

⁴⁷ BLEENDA, Marcelletti Oliveira, autora de um artigo sobre Paula Heimann na coletânea sobre contratransferência organizada por S. Figueira, S.P., Ed. Casa do Psicólogo, p. 93

Paula Heimann, ao trazer para o campo de debate oficial a temática da contratransferência, insiste sobre uma questão que é de fundamental importância e que já havia sido levantada por Ferenczi, ou seja, a implicação da subjetividade do analista nas análises que empreendia. Entretanto, ela o faz de forma paradoxal, como sugere Oliveira:

“A personalidade do analista parece ter aqui um peso bastante pequeno: os sentimentos do analista são, para Heimann, criados pelo paciente, independentemente de uma contratransferência anterior do analista. O que o analista é, o que pensa, o que sente, o que deseja, antes de encontrar-se com seu paciente são aspectos aos quais Heimann parece desconsiderar.”⁴⁸

Ao “permitir” que o analista reaja a seu analisando, ela propõe a libertação de um estilo clínico rígido direcionado pelo que Figueira chamou de “superego técnico do analista”. Entretanto, se seu artigo pôde ser acolhido pela comunidade psicanalítica, nesta ocasião, foi por conta de dois pontos, assinalados por alguns autores⁴⁹, de importância crucial neste reconhecimento, posto que amenizam e apaziguam as resistências ou defesas dos analistas a se sentirem expostos em sua subjetividade. O primeiro ponto é que Heimann define como contratransferência todos os sentimentos experimentados pelo analista em relação a seu paciente:

“No presente artigo, eu utilizarei o termo contratransferência para exprimir a totalidade de sentimentos que o analista experimenta com relação a seu paciente.”⁵⁰

Com isto, ela amplia o leque de sentimentos que compõem a contratransferência, tirando-lhes a pecha de infantis, reprimidos, etc. O segundo ponto, e

⁴⁸ BLENDA, O., *op. cit.*, p. 94

⁴⁹ THOMÄ E KACHELE. *Teoria e Prática da Psicanálise* (1992).

⁵⁰ HEIMANN, P., *op. cit.*

que é o que mais merece destaque em sua definição, é a proposta de encarar a contratransferência como sendo uma criação do paciente. Com isto, ela retira toda a responsabilidade do analista sobre o que se passa na contratransferência:

“Do ponto de vista que eu sublinho, a contratransferência não é somente parte integrante da relação analítica, ela é a criação do paciente, ela faz parte da sua personalidade.”⁵¹

Em seu entendimento, a contratransferência é reativa, ou seja, os pensamentos e sentimentos evocados no analista são provocados pelo paciente e dizem algo sobre ele. O que o analista é, sente ou pensa, independentemente daquele encontro com o paciente, não tem valor, para ela, na concepção de contratransferência. Ele é um preciso instrumento de captação, mas seus próprios complexos não estão em questão. O que é bastante tranquilizador.

Contraditoriamente, em outro artigo apresentado em 1959 por ocasião de Congresso sobre Contratransferência promovido pela Sociedade de Psicologia Britânica, apresenta um exemplo clínico em que fatores exteriores à relação com a paciente interferiram na disponibilidade de escuta da analista.

Eis o fragmento clínico: pouco antes do seu atendimento a uma jovem analista, ela é informada sobre a morte de um amigo. Como não havia tempo para desmarcar o encontro, foi para o atendimento bastante mobilizada com a notícia. Por este motivo, ela não consegue prestar atenção ao relato da analisanda, chegando a pedir que esta repita o que estava dizendo por duas vezes. Ao perceber que a moça começa se angustiar por não conseguir expressar seus sentimentos, Paula Heimann resolve lhe contar sobre a morte do colega. A partir daí, surgem questões relativas ao luto, tema bastante relevante na história da paciente. Como observa Oliveira:

⁵¹ *Id., ibid.*

“É interessante notar que, diferentemente de sua definição teórica de contratransferência como sendo um fenômeno reativo, nesse exemplo clínico, sua perturbação se dá em função de um acontecimento independente e anterior à sessão com aquela paciente (ou seja a morte de um analista conhecido). Este aspecto, entretanto, é desconsiderado por ela(...)”⁵²

Outro aspecto importante da contribuição de Heimann é o fato dela não defender a revelação, ao paciente, dos pensamentos e sentimentos despertados no analista. O contato e a valorização dos sentimentos contratransferenciais são válidos apenas se forem transformados em uma interpretação sobre a dinâmica do funcionamento psíquico do paciente. Para a autora, a revelação ao paciente de alguma comunicação pessoal não auxilia o tratamento, podendo, inclusive, trazer conseqüências prejudiciais ao mesmo:

“Na minha opinião, tal honestidade é da natureza de uma confissão e constitui um fardo para o paciente.”⁵³

Isto marca uma diferença radical entre o pensamento da autora e a proposta de Ferenczi quanto à utilização dos afetos despertados na situação contratransferencial. O que ela preconiza é a sensibilidade do analista seja utilizada apenas como um recurso técnico dos mais valiosos, na informação sobre o que se passa no inconsciente do paciente.

As posições conflitantes e a imprecisão conceitual são muito comuns nas pesquisas sobre o campo complexo da contratransferência; isto se deve às próprias características do tema. Podemos perceber as dificuldades de delimitar este campo nas palavras de Viderman:

“É por causa da contratransferência que as coisas nos escapam; é graças à contratransferência que percebemos todas as outras.”⁵⁴

⁵² OLIVEIRA, B., *op. cit.*, p. 101

⁵³ HEIMANN, P., *op. cit.*

Mesmo quando concebemos a contratransferência como um obstáculo a ser eliminado do processo analítico, isto não exclui a possibilidade de que ela seja tomada como “ferramenta de trabalho”.

Por Heimann conceber que a manifestação contratransferencial representa uma antecipação de aspectos inconscientes no analisando, ela relega a um segundo plano as considerações sobre a participação do imaginário do analista na análise e, conseqüentemente, sua responsabilidade na condução da cura. Já Margareth Little, apesar de fazer uso da contratransferência na clínica, enfatiza o quanto a pessoa do analista intervém na interpretação, reforçando a responsabilidade do analista sobre o tratamento. Eis o que está exposto a seguir.

II.3. MARGARETH LITTLE E A RESPOSTA TOTAL DO ANALISTA

A importante contribuição de Margareth Little sobre a contratransferência nos é imprescindível por uma dupla via. A primeira delas, é porque traz o tema da contratransferência como efeito das reações inconscientes do analista, e admite que aquilo que é próprio ao analista provoca, inevitavelmente, efeitos na sua clínica. A segunda, porque, ao mesmo tempo em que ela reconhece o “ser” do analista com seus “deslizes”, ela propõe que o analista se disponibilize a responder de forma total às necessidades do paciente.

Little foi uma autora da geração de Paula Heimann que também entendia a contratransferência como instrumento de trabalho e desejava empreender modificações no modo como os analistas conduziam as análises. Ela escreveu dois

⁵⁴ VIDERMAN, S., *A Construção do Espaço Analítico*, p. 48

artigos sobre o tema da contratransferência, em 1951 e 1956. No primeiro, denominado “A contratransferência e a resposta que traz o paciente”, ela nos alerta para os riscos da negação e da repressão da contratransferência. Como exemplo, ela nos traz o relato de um caso em que o analista fez uma interpretação atribuindo a seu paciente um sentimento que, na realidade, era o seu. Ela sustenta que esse equívoco do analista decorre da desconsideração de sua contratransferência.

Ao proceder a um levantamento da diversidade de sentidos que o termo contratransferência pode assumir na literatura, ela arrola:

- a) atitude inconsciente do analista com relação a seu paciente;
- b) os elementos reprimidos não analisados, que fazem com que o analista transfira para seus pacientes os seus “Affeckte”;
- c) atitude pela qual o analista encontra a transferência de seu paciente;
- d) todas as atitudes e comportamentos conscientes e inconscientes do analista em relação ao paciente.

A autora acrescenta que utilizará em seus textos a definição de contratransferência correspondente a letra b.

Ao falar da multiplicidade de sentidos que as palavras podem tomar de acordo com cada pessoa que a utiliza, ela faz referência a um personagem de Louis Carroll. Cita um episódio no qual Humpty Dumpty diz a Alice que, quando ele se serve de uma palavra, ela quer dizer exatamente aquilo que ele decidiu que ela quer dizer. Neste momento, Alice lhe interpela perguntando como fazer para decidir qual o sentido. Ele responde: “A questão é saber quem é o professor. É tudo.”

Para reduzir a confusão, Little propõe usar o símbolo “R” (resposta total do analista) para designar o que ela define como “resposta total do analista às

necessidades de seu paciente”, quaisquer que sejam as respostas, quaisquer que sejam as necessidades. Para se referir ao posicionamento do analista na relação analítica, ela diz:

“Eu utilizo o termo resposta total para agrupar tudo o que o analista faz, pensa, sente ou imagina durante a análise relativamente a seu paciente.”

Ao pesquisar os motivos pelos quais a contratransferência é tão dificilmente definida, constata que ela só pode ser observada *a posteriori* e que sua manifestação convoca o analista “em toda a sua psiquê: seu isso, restos de seu supereu e de seu eu” numa relação onde transferência e contratransferência são inseparáveis. Ela considera que o fator mais relevante a gerar dificuldades para a aceitação e definição do papel da contratransferência é a atitude paranóica ou fóbica do analista em relação a seus sentimentos contratransferenciais, ante o risco de ter sua subjetividade exposta. Dito de outra forma, a contratransferência convoca a uma interpretação, e Little considera tudo quanto exige uma interpretação do próprio inconsciente como “comparável à tentativa de perceber a própria nuca, onde é bem mais fácil ver a do outro.”

O analista pode não ter acesso ao sentido de determinadas reações contratransferenciais cuja motivação é inconsciente. Por isso, muitas vezes um paciente capta o sentimento do analista antes mesmo que este tenha se tornado consciente. O problema, para Little, está na capacidade do analista poder aceitar a sua contratransferência. Sua atitude dependerá de sua relação com as exigências de seu próprio inconsciente que poderá acarretar negação, condenação, angústia paranóica ou fóbica. Disso dependerá o desenrolar da análise de seu paciente, podendo surgir efeitos de interrupção do tratamento ou até de um prolongamento indevido.

“(…) assim como a transferência, a contratransferência não deve ser temida ou evitada, de fato ela não pode ser evitada. Só podemos tomar cuidado, controlar sua

extensão e, talvez, nos servirmos dela. Mas, é apenas por isso que a análise é para o analista uma verdadeira sublimação e não uma perversão ou mania.”⁵⁵

Aqui, a autora adverte que, ao analista, cabe um certo cuidado com o uso que dará aos conteúdos mobilizados durante um processo analítico. Em certos momentos, a maneira como Little articula transferência e contratransferência, parece resultar, inevitavelmente, numa análise recíproca, ainda que seja à revelia do analista. Isto é exemplificado em um fragmento clínico que ela nos traz para abrir o seu texto, apresentado em 1951, denominado *A contratransferência e a resposta que o paciente traz*. Eis o fragmento clínico: o paciente vai dar uma conferência numa rádio pouco dias após a morte de sua mãe, sobre um assunto que é do interesse de seu analista. No dia seguinte da apresentação, chega muito angustiado à sessão. Seu analista que, segundo Little, é alguém muito experiente, interpreta sua dor como fruto do temor de que o analista esteja com inveja de seu sucesso na apresentação. O paciente aceita a interpretação e o sofrimento cede prontamente.

Dois anos mais tarde, quando já havia se dado o término da análise, o paciente, que não havia sentido prazer algum numa situação de lazer, percebeu que esta determinada situação havia se passado durante a semana do aniversário da morte de sua mãe. Neste momento, ele se deu conta de que a sua angústia por ocasião da conferência na rádio deveu-se ao fato de sua mãe não estar ali para ter conhecimento de seu sucesso. A culpa impediu o seu prazer. Ele pensa que agiu de forma maníaca, negando o seu luto. A interpretação recebida na época, portanto, havia sido incorreta, e o paciente a aceitou em decorrência de sua identificação com o analista. O que podemos extrair desse relato é que o fato do analista não ter podido entrar em contato com seus

⁵⁵ LITTLE, M., *R-la réponse totale de A'analyste*, In: *Le contre-transfert*, Paris, Ed. Navarin (a tradução é de minha responsabilidade).

sentimentos contratransferenciais, levou-o a atuar a sua contratransferência, atribuindo ao paciente um sentimento que era o seu.

Safouan⁵⁶ revela que o referido caso se deu com a própria Little em sua análise didática com Ella Sharpe. Este episódio ocorreu por ocasião da sua candidatura à Sociedade Psicanalítica de Londres, uma semana após a morte de seu pai e não de sua mãe. Para Safouan, a proposta de Little de que o analista reconheça sua contratransferência, representa uma reivindicação à sua analista. Vale notar que, mais uma vez, nos deparamos com o quanto nossas construções teórico-práticas são produtos de efeitos transferenciais.

Os analistas não devem repetir o comportamento dos pais que, muitas vezes, não revelam o que pensam, criando um clima de hipocrisia e insinceridade. Dessa forma, Little defende que, em alguns casos, é importante que os sentimentos contratransferenciais sejam revelados ao paciente. Neste ponto, suas teorizações parecem se aproximar das de Ferenczi, quando este adverte que os analistas podem, muitas vezes, repetir a atitude paterna de desvalorização dos sentimentos infantis, desmentindo o que foi percebido pelos analisandos.

Em seu segundo artigo intitulado *'R' – resposta total do analista às necessidades de seu paciente*, Little insiste na importância dos conflitos inconscientes do analista na sua prática, atribuindo à carga emocional que a contratransferência carrega o papel de dificultar a compreensão do que ocorre no campo transferencial. Por isto mesmo, ela vai preconizar que o analista se responsabilize pelo que acontece no seu encontro com o paciente.

⁵⁶ SAFOUAN, M., *A transferência e o Desejo do Analista*, p. 118

A autora pretende reforçar a responsabilidade do analista, pois acredita que a capacidade do paciente em se responsabilizar dependerá de sua identificação com o analista como pessoa responsável e confiável. E continua:

“As palavras, os sentimentos, os atos, as reações do analista, suas decisões, seus sonhos, suas associações lhe pertencem, e ele deve assumir sua responsabilidade por isso, mesmo que daí resultem processos inconscientes. Ele não pode delegá-los de jeito nenhum.”

“Para a totalidade de sua resposta às necessidades do paciente, a responsabilidade do analista é de cem por cento.”⁵⁷

Little é de opinião de que é desumano e inútil que o analista não manifeste reações emocionais. Acredita que a expressão de sentimentos reais do analista torna o paciente mais acessível à interpretação e à identificação, e quase solicita a manifestação do analista como pessoa real, com seus defeitos e qualidades.

“Por este viés, um ser humano é descoberto, apreendido, comido imaginariamente, digerido, absorvido e construído no eu, e não introjetado magicamente. O contato com essa pessoa que pode assumir responsabilidades, se engajar, experimentar e expressar espontaneamente seus sentimentos, que pode suportar tensão, limite, fracasso ou satisfação, fará com que o paciente se engaje, ele próprio, na sua análise (...). Ele começa a encontrar a realidade e ser capaz de suportar a fusão e a separação (...).”⁵⁸

A nosso ver, esta afirmação traz um paradoxo, pois é claro que é da responsabilidade do analista a sustentação do seu lugar e isto é, por vezes, angustiante e bastante árduo em diversos aspectos. Se temos em mente o que Little nos esclarece no início de seu texto, que ela trata de pacientes com comprometimento psíquico muito grave, podemos imaginar o quanto estar à frente desses tratamentos deve ser extremamente pesado e penoso. Parece-nos, no entanto, que comunicar ou confidenciar

⁵⁷ LITTLE, M., *op. cit.*

a própria responsabilidade pode ser defensivo. Este peso do lugar de analista é justamente o que ele não deve dividir com o paciente. Porém, isto não é o mesmo que dizer que ele deva arcar com tudo ou responder por tudo.

Muitas vezes, a questão da análise gira em torno daquilo que nos falta e que também falta ao outro. Caso contrário, estaríamos dentro da lógica binária, onde há aqueles que têm e outros que não têm (seja o que for). É o que se passa sob o domínio do imaginário e da lógica fálica. Lacan, em seu seminário sobre a angústia, vai criticar esta forma de conceber a relação analítica, dizendo que Little não se refere a uma questão de falta de manejo técnico, mas que seu relato clínico nos remete a como manejar a falta na clínica.

A função do analista é sustentar uma demanda de saber endereçada, no primeiro tempo da análise, ao sujeito-suposto-saber. Esse saber é atribuído ao lugar do analista, não à sua pessoa, visto que lhe é suposto. O analista não tem que responder ao sujeito com o seu saber. Caso o analista se identifique com este lugar, ele se colocará como critério ou modelo de verdade e se destituirá do seu lugar de analista. Essa é a base onde Lacan se apóia para refutar um certo entendimento da contratransferência, que considera a relação analítica como relação entre dois sujeitos. Todo o esforço de Lacan era de insistir na função do simbólico na cura, pois é o papel deste terceiro termo que destrói a ilusão de reciprocidade de uma relação dual.

Lacan, no Seminário X, solicita a alguns analistas que façam suas colocações no tocante à função da falta nas análises. Aulagnier, em sua participação, vai manifestar perplexidade em relação à proposição de M. Little. Ela focaliza o quanto a posição da autora vai na direção de dar ao paciente o que lhe falta, suas interpretações pretendem suprir, obturar aquilo que falta. Little, assim, impede que da falta se faça

⁵⁸ *Id., ibid.,*

perda, da perda se faça luto e do luto se faça causa. Aulagnier enfatiza que o termo usado por Little para caracterizar a posição do analista - resposta total - é o de alguém que tem algo *to spare*, que significa “algo de que possa dispor”, algo a mais.

A definição nessas bases do encontro analista-analisando vai conduzir a uma problemática idealização do analista, além de impasses em momentos cruciais do processo analítico. É o que podemos constatar com uma ilustração clínica relatada por Little. Trata-se de sua paciente Frieda, que, na época, já estava sob seus cuidados há muitos anos. Sua história era marcada por situações trágicas. Seu pai era arrogante e prepotente e sua mãe, muito possessiva, a maltratava fisicamente. A onipotência de seu pai o levava a crer, magicamente, que nenhum mal o atingiria. Assim, acabou por morrer no campo de concentração, pois havia se recusado a emigrar com a família. Os pais se utilizavam dos filhos como se estes fossem prolongamentos de seu próprio corpo.

Os primeiros sete anos de análise foram marcados por uma extrema dificuldade de sentir avanços no tratamento. Entretanto, Frieda desenvolveu o sentido de realidade, pois suas relações eram fundamentadas em sentimentos ilusórios e paranóicos. Descobriu que podia amar e odiar a mesma pessoa sem com isso destruí-la. Contudo, analista e analisanda percebiam que havia algo que estava impedindo que ultrapassassem uma angustiante paralização na relação transferencial.

Um dia, Frieda entra na sessão completamente desfigurada de angústia, toda de preto e em prantos. Diz que Ilse, uma amiga de quem ela gostava muito, havia morrido, após uma cirurgia, na Alemanha. Era a Ilse que a paciente recorria e por quem era acolhida em momentos de conflito com seus pais. Little conclui que parte essencial da transferência havia sido deslocada para Ilse.

Diversas intervenções foram realizadas com a finalidade de dar sentido à angústia de Frieda. Será que ela resultava da culpa por sentimentos homossexuais? Nada a tocava. Sua vida corria perigo. Então, a analista resolve confessar que se sente impotente e revelar seus sentimentos de piedade à paciente. Tem-se um efeito imediato. Frieda se recupera e, apesar de experimentar a dor do luto, pode cuidar de si, de sua casa e sua família.

Para Little, foi o fato de poder se defrontar com uma pessoa com sentimentos humanos e verdadeiros, o que permitiu com que sua paciente os introjetasse através da identificação com a analista. Lacan entende que esta forma de conceber a relação analítica se aproxima da psicologia do ego, já que esta forma de analisar, de ego a ego, visa apenas a reeducação emocional do paciente.

O que Little preconizava, como vimos, era um maior comprometimento, engajamento, responsabilidade e implicação do analista no processo. Essa disponibilidade de cem por cento é que permitiria que as intervenções do analista fossem internalizadas. No caso de uma paciente que não parava de se colocar em perigo através de seu sintoma cleptomaniaco, tendo sido detida por um policial, a analista se vê dando um atestado médico que retira a responsabilidade da paciente pelos seus atos. As situações de risco permanecem. É aí que Little vai lhe dizer algo que muda totalmente o curso do tratamento. Ela lhe declara que será obrigada a interromper o tratamento, caso as coisas não se modifiquem.

No entender de Little, foi a sua manifestação afetiva ao demonstrar-se humana e com limites que causou este efeito. Para Lacan, é aí que ela fala do lugar de analista e é a função do corte que entra em cena, dizendo ao sujeito que algo pode lhe faltar e que à analista também podem faltar recursos de lidar com esta situação, por exemplo. As faltas precisam ter espaço dentro da cura analítica, caso contrário elas

serão trazidas nas situações de impasses transferenciais. Em outras palavras, este é o pivô em torno do qual gira uma análise. Devemos conduzir o sujeito ao ponto onde ele:

“(...) é o sujeito de uma falta, que é marcado pelo selo da castração como todos nós, e que é a separação que é necessário assumir.”⁵⁹

Concluimos que a ação do analista definida como a resposta total “R” é concebida por Little como uma tentativa de se opor ao excesso de reserva por parte do analista. Porém, acaba por solicitar que este se disponibilize demais, numa implicação total e sem reservas. As técnicas que se opunham à atitude distante, por vezes fria e não comprometida, que se via no campo transferencial-contratransferencial, acabaram por produzir um efeito radical. Ocorreu que, onde deveria haver presença-ausente do analista, passa-se a preconizar a onipresença do analista, que passa a penetrar no psiquismo alheio, aí sim, sem nenhuma reserva e sem nenhuma cerimônia. As interpretações do “aqui e agora”, onde tudo o que é dito é sobre o analista e tudo o que é vivido é com o analista, são invasivas. O pior é que tudo isto é autorizado pela “comunicação entre inconscientes”, onde a captação de mensagens se dá através dos sentimentos contratransferenciais.

Dito de outra forma, a questão que perpassa diversos momentos da história do movimento psicanalítico diz respeito ao que se deve requerer da pessoa ou do “ser” do analista para que ele assuma sua função. Não encontraremos esta resposta na pessoa do analista, tampouco na livre expressão de seus atributos. É neste sentido que Lacan afirma que a questão da contratransferência gira em torno da relação do analista com o lugar que ele ocupa e não da sua relação com seu analisando.

Parafraseando Figueiredo, a valorização do enlaçamento de respostas transferenciais e contratransferenciais traz novas exigências à teorização sobre a técnica

e a coloca em um novo patamar. Entretanto, houve um desvirtuamento na riqueza e complexidade que a temática da contratransferência trazia para o próprio Freud, que:

“ao defender uma entrega do analista ao seu próprio inconsciente, já supunha que a implicação pessoal do analista no processo de cura em termos afetivos e intelectuais era uma necessidade.”⁶⁰

Concordamos com o fato de que as análises realmente põem em cena os traços da pessoa do analista, porém, isto não é o mesmo que afirmar que o analista deva operar sobre o efeito de seu inconsciente.

A sensibilidade clínica de Little com pacientes gravemente perturbados permitiu-lhe perceber o que Freud já havia notado desde sua experiência com as histéricas, ou seja, o quanto o campo transferencial é repleto de intensidades, também para o analista. O que ela não percebeu é que não basta ter consciência e instrumentalizar esses afetos. A questão é saber em que lugar os analistas vão se colocar para fazer frente às angústias despertadas na situação analítica, de modo a preservar a função terapêutica com todo o seu vigor e eficácia. Para tanto, é imprescindível que não se trate de uma relação dual, entre duas pessoas. O lugar de onde cada um (analisando e analista) fala é diferenciado. É essa dissimetria de posições que Lacan vai valorizar. É o apelo ao saber do outro que inaugura a transferência.

Vejamos, agora, a contribuição de Henrich Racker, outro importante autor da contratransferência.

II.4. RACKER E A NEUROSE DA CONTRTRANSFERÊNCIA

⁵⁹ LACAN, J., *Seminário X: A angústia*, p. 187

⁶⁰ FIGUEIREDO, L. C., *A técnica e a ética em Psicanálise*, p. 11-30.

Heinrich Racker era um psicanalista polonês de origem judaica que, por ocasião da guerra e da perseguição aos judeus na Europa, emigrou para a Argentina, onde residiu até sua morte em 1961, aos cinquenta e um anos. Foi analisando de Marie Langer e participou ativamente da Associação Psicanalítica Argentina (APA), como professor, supervisor e analista didata.

Segundo os seus contemporâneos, era tido como um analista de grande sensibilidade e capacidade criativa, que se destacou por sua produção sobre a contratransferência.

Em 1948, com o artigo "A neurose da contratransferência", avança no tema tão controvertido da contratransferência. Ele a entende como instrumento técnico, mas não deixa de destacar sua parte "patológica", que ele denomina de neurose de contratransferência. Com esta conceituação, ele pretende dar conta de um saber sobre os mecanismos defensivos ou infantis do analista que, uma vez sendo ativados, produzirão efeitos, determinando reações na dinâmica contratransferência-transferência. Convém destacar o caráter inovador e ousado do texto. Sua publicação antecedeu à série de artigos famosos que surgiram sobre o tema (Winnicott em 1949, Paula Heimann em 1950, Annie Reich em 1951, Margareth Little em 1951, entre outros), o que sugere o quanto ele deve ter vencido resistências para expor o papel dos sentimentos do próprio analista.

Para Racker, era sintomático o fato do conceito da contratransferência - formulado por Freud em 1910 que, segundo aquele, deu origem à instituição da análise didática - ter sido tão pouco comentado nos anais clínicos ao longo dos anos. Somente após quase quarenta anos, volta a ser tratado com frequência, extensão e profundidade merecidas. Devemos considerar os esforços de Ferenczi que dedicou grande parte de

sua obra, não especificamente sobre a temática da contratransferência, mas asseverou a importância da influência do narcisismo do analista na cura.

O autor abre uma crítica em relação à função e à eficiência da análise didática como eixo central da formação dos analistas, ao atribuir a ela a promoção de um “círculo vicioso” que impede que a contratransferência seja tocada. Considera, assim, que a resistência dos analistas em assumir suas contratransferências provem de problemas contratransferenciais não resolvidos com seus analistas didatas. Há uma manutenção da idealização, um mito do analista ideal transmitido de geração a geração, que nos faz lutar contra a aceitação da contratransferência e do fato de que “somos meninos e neuróticos, embora sejamos adultos e analistas.”⁶¹ Admitir a contratransferência exige que o analista possa admitir seus aspectos infantis e neuróticos, e portanto, ter acedido à desidealização das figuras parentais e, conseqüentemente, do analista.

“A insuficiente dissolução das idealizações e das angústias e sentimentos de culpa subjacentes leva a dificuldades especiais, ao converter-se a criança em adulto e o paciente em analista, dada a exigência dirigida a si mesmo de ter realizado amplamente a identificação com aqueles ideais. Creio que daí provém o fato de terem tratado muito mais o complexo edípico da criança com os pais do que o dos pais com filhos, e muito mais o complexo edípico do paciente com o analista do que o do analista com o paciente. Por isso, tratou-se muito mais de transferência que da contratransferência.”⁶²

Racker foi um autor que iniciou um questionamento acerca do lugar de onde o analista fala, considerado um elemento fundamental para que se possa operar um processo de análise. Safouan enfatiza o seu mérito em não responder fazendo apelo a uma lista de qualidades sublimes que o analista deveria possuir. Para ele, a obra de

⁶¹ RACKER, H., *Os significados e usos da contratransferência*. In: Estudos sobre a Técnica Psicanalítica, p. 121

Racker revelava um sintoma que era efeito do modo como as análises estavam sendo conduzidas, mas este aspecto não foi aquele que a história do movimento psicanalítico destacou em sua obra. Diz Safouan:

“Ao invés de reconhecer o sintoma, quando Racker morreu em 1961, aos 51 anos de idade, fizeram-no entrar na história que se redige na literatura psicanalítica sobre a contratransferência como o fundador da nova psicanálise, concebida como um *transactional process* entre duas pessoas. Os discursos sobre como deve ser o analista para desempenhar seu papel na *relationship* analítica aumentaram cada vez mais, sem que por isso se renunciasse à suposição de que ele tornou-se analista graças a sua análise didática, cuja indústria era preciso salvar.”⁶³

Dessa maneira, a proposta de Racker é que seja desmascarado o modelo de que a situação analítica se sustenta numa relação entre uma pessoa sadia com outra pessoa doente. Propõe tratar-se da interação entre duas personalidades, onde cada qual carrega suas angústias, defesas e limitações internas. Qual seria, então, a diferença que faria operar o processo analítico já que se tratava da interação de duas personalidades igualmente constituídas? A diferença estaria naquilo que o analista faria com a sua subjetividade. Ao analista, caberia uma posição que lhe permitisse uma contínua observação de sua subjetividade e contratransferência, de modo a lhe permitir um procedimento analítico-objetivo, sem, para tanto, recorrer ao modelo do analista sem angústia. Faz-se necessário, portanto, que se especifique o que habilita o analista para o exercício de sua função para que se não banalize o processo analítico, tomando-o como uma mera relação entre duas pessoas.

Racker coloca que, na situação analítica, o analista, além de intérprete, é objeto de manifestações inconscientes. A sua percepção destas situações é fundamental, ou seja, a sua contratransferência pode ajudar ou dificultar a sua capacidade

⁶² *Idem, A neurose de contratransferência. In: Estudos sobre Técnica Psicanalítica, p. 101.*

interpretativa. Como isto pode ocorrer? O autor considera que, assim como no analisando, no analista também vibra uma personalidade total com suas partes sã e neurótica.

Embora seus conflitos endopsíquicos tenham sido tratados, o analista não está a salvo de mecanismos patológicos de defesa que permaneceram e que estão dispostos a serem transferidos. Com isso, pode haver a manifestação neurótica da *contratransferência* que ele denomina de “neurose de *contratransferência*”. Assim, o interessante é observar que o que está em jogo na neurose da *contratransferência* são aspectos infantis do analista que o analisando, sem o saber, ativa e desperta sintomaticamente.

“E assim, como o conjunto de imagens, sentimentos e impulsos do paciente para com o analista, enquanto determinados pelo passado, é chamado *transferência*, e sua expressão patológica denominada *neurose de transferência*, assim também o conjunto de imagens, sentimentos e impulsos do analista para como o paciente, enquanto determinados pelo passado é chamado *contratransferência* e sua expressão patológica poderia ser denominada *neurose de contratransferência*.”⁶⁴

Seguindo este raciocínio, o autor desenvolve a idéia de que, tal como a *transferência* está centrada no Édipo, a *contratransferência* também deve estar. Com intenção de demonstrar isto, ele mostra diversos fragmentos clínicos onde, na relação analítica, foram revividos alguns aspectos do conflito básico edipiano do analista. Tomemos uma destas vinhetas clínicas⁶⁵: uma paciente havia sido mandada ao candidato por um “analista-pai”. O apreço à capacidade do futuro analista era para este muito importante. A paciente tinha muita angústia e muita “fome”. O candidato dava-lhe de “comer” quanto podia, e, no final de alguns meses, ela havia até melhorado

⁶³ SAFOUAN, MOUSTAPHA (1991), *A transferência e o desejo do analista*, p. 128.

⁶⁴ RACKER, H., *op.cit.*, p. 101

consideravelmente. Mas, a angústia da paciente produzia intensa angústia no candidato, pois enquanto ela continuasse enferma, este não teria cumprido os desejos do objetivo introjetado e reprojetoado, isto é, do analista-pai. Seu esforço era um entregar-se, abandonar-se, um “desfazer-se”, um “quebrar-se todo”, um “matar-se” por ela. Todos estes termos refletem fielmente a situação do ego submetido ao superego arcaico perseguidor.

Finalmente o próprio candidato adoeceu. Sabia que sua doença estava relacionada com a análise desta paciente. Culpava-a, internamente, por seu “vampirismo” e a odiava, até que compreendeu que ele projetava, e que era, na realidade, sua própria “fome” e o perigo das frustrações correspondentes o que causava seu mal-estar. “Sua própria ‘fome’ correspondia à voracidade de seu superego. Em outras palavras: admitia que ela ‘comesse’ dele, para ele poder ‘comer’ também; ‘castrava-se’ e ‘se matava’ um pouco, para não ser castrado e morto de todo.”⁶⁶

Fica claro neste fragmento clínico o quanto o analista estava aprisionado em questões transferenciais com seu analisanda, o que provavelmente contribuiu para que ele ultrapassasse seus limites ao tentar atender a demanda voraz da referida paciente.

Para Racker, cada situação transferencial negativa ou positiva vai provocar como efeito correspondente uma reação contratransferencial negativa ou positiva. Estas reações podem ser reprimidas ou bloqueadas. O precioso para o trabalho do analista é que ele não evite tais reações a ponto de impedir a compreensão e a interpretação sobre elas, pois isto o colocaria aprisionado no círculo vicioso das repetições inconscientes do paciente. A interpretação desta dinâmica transferencial-

⁶⁵ *Idem, A Neurose de Contratransferência*, p. 109

⁶⁶ *Id., ibid.*, p. 110

contratransferencial é imprescindível, já que, caso contrário, o analista se torna suscetível a atuar, regido inconscientemente pela força da reação contratransferencial.

Debruçando-se sobre a fenomenologia da neurose de contratransferência, Racker vai tentar distinguir as diversas formas das manifestações contratransferenciais se apresentarem na clínica. Ele vai ordená-las, classificando-as de acordo com o significado que o analista lhes atribui. São duas as perguntas que propõe como ponto de partida para seus estudos. São elas: o que faz um analista durante a sessão e o que acontece dentro dele?

O que acontece ao analista diante deste paciente? A princípio, a resposta deve considerar tudo o que acontece com uma personalidade diante de outra. Porém, isso não é o bastante, pois não estabelece uma diferença operativa entre analista e paciente. Então, o analista escuta e esta é uma escuta orientada na direção de compreender o que se passa com o paciente. Esta intenção de compreender predispõe o analista a identificar-se com o paciente. Para ele, a identificação é a base da compreensão.

O autor estabelece uma diferenciação entre dois tipos de identificação por parte do analista. Na identificação concordante, que proporciona a contratransferência concordante, o analista é capaz de um reconhecimento do alheio como próprio. Este tipo de identificação pode ocorrer em decorrência da possibilidade do analista refletir sobre a dinâmica transferencial-contratransferencial.

Já a identificação complementar se dá quando o paciente trata o analista como um objeto interno e o analista se identifica com este. Cabe ao analista avaliar como esta identificação está intervindo em sua capacidade interpretativa. Alguns autores pensam que Racker precisou fazer uso dessa forma de identificação, porque não podia se valer do conceito de identificação projetiva desenvolvido por Melanie Klein.

“A percepção da situação contratransferencial por parte do analista e a compreensão dela como resposta psicológica a determinada situação transferencial lhe possibilitará captar esta última, no momento preciso em que for vivenciada. Estas situações e a conduta do analista diante delas e em especial as interpretações que ele faz a esse respeito são de importância decisiva para o processo terapêutico, pois são os momentos em que o círculo dentro do qual o neurótico costuma mover-se - por projetar seu mundo interno para fora e reintrojetá-lo - é ou não interrompido. E, digo mais, nestes pontos decisivos, o círculo vicioso pode-se reforçar pelo analista, se ele não tiver consciência de que entrou em tal círculo.”⁶⁷

Destaque-se que esta compreensão só virá se o analista levar em conta a angústia, raiva, sonolência, tédio, digo, os sentimentos que lhe são suscitados no decorrer do processo analítico. Racker adverte que o perigo, aqui, está em não prestar a devida atenção a sentimentos e fantasias que, porventura, ocorram ao analista durante o trabalho analítico.

Vale notar que o autor se empenha em mostrar o valor que as reações contratransferenciais podem ter para a compreensão que o analista sobre o paciente durante o trabalho. Com este propósito, cabe diferenciar com mais clareza quando ela é útil à compreensão de quando ela interfere negativamente, muitas vezes, impedindo o analista de realizar sua função interpretativa. Aqui, ele vai, mais uma vez, estabelecer diferenças do modo em que se dão as vivências contratransferenciais, dividindo-as em duas categorias: as posições contratransferenciais e as ocorrências contratransferenciais.

Ele aproxima as chamadas ocorrências contratransferenciais daquelas que o próprio Freud valoriza, ao recomendar ao analista o exercício da atenção flutuante. Estas reações contratransferenciais não retiram o analista da sua posição analítica e não interferem em seu distanciamento crítico. Neste caso, ao contrário das outras, elas ajudam a compreensão e devem ser úteis para uma eventual interpretação. Já as

⁶⁷ *Id., ibid.*, p. 131

posições contratransferenciais, oferecem maior perigo por serem vividas pelo analista com maior intensidade e como realidade, levando-o a confundir-se, o analista perde a sua disposição de perceber seus próprios conflitos, o que pode propiciar uma atuação por parte deste.

O que vai marcar a diferença entre estas duas classes é o nível de comprometimento do ego do analista nestas situações e, conseqüentemente, a conscientização, a capacidade de elaboração e a disponibilidade para perceber suas fantasias ou não.

“Em outras palavras, se um ou outro acontece, depende da própria neurose do analista, de suas disposições para a angústia, de seus mecanismos de defesa e, em especial, de suas tendências a repetir (atuar) em vez de tornar consciente.”⁶⁸

No que se refere às manifestações contratransferenciais, não se trata apenas de mera projeção dos conflitos inconscientes do analisando. Vale lembrar que a situação analítica, em si, pode mobilizar intensas angústias arcaicas no analista que não são, necessariamente, provenientes de complexos mal resolvidos. Nestas ocasiões, cabe ao analista poder sustentar tais sentimentos, a fim de submetê-los a um entendimento posterior de seu significado.

Na medida em que determinados conflitos inconscientes no analista são mobilizados, determinadas defesas são ativadas, provocando reações contratransferenciais. É a aceitação e o entendimento desta dinâmica que dá liberdade interpretativa ao analista. Alguns analistas supõem que ao reprimir a contratransferência estariam se protegendo da mobilização de conflitos inconscientes. A repressão da contratransferência como defesa à mobilização de conflitos inconscientes é ilusória e enganosa e só dificulta a compreensão da situação transferencial.

⁶⁸ *Id. Ibid.*, p. 134

“Em termos mais gerais, afirmaria que a reação terapêutica negativa é uma reação transferencial do paciente, adequada a uma contratransferência negativa, imaginada ou real, do analista.”⁶⁹

Dada a estreita relação entre o que se dá na contratransferência e na transferência, Racker supõe possível deduzir, a partir das reações contratransferenciais, o que se passa na situação transferencial. Nesta direção, ele estabelece um estudo sistemático dos significados de determinadas reações contratransferenciais, tentando criar uma correspondência entre estas reações com a expressão de determinados conflitos pelo analisando.

Um exemplo desta tentativa é a proposta de que a sonolência e o tédio podem ser respostas inconscientes do analista a um distanciamento ou abandono afetivo do paciente. No entanto, ele adverte que as reações contratransferenciais podem ter origem diversa, já que nem toda espécie de distanciamento produz tédio ou sonolência no analista. Toda e qualquer inferência como esta deverá levar em conta uma série de aspectos do analisando em questão, só assim alguma relação terá valor.

É claro que o autor defende a idéia de que, qualquer que seja a vivência do analista, suas reações estão sempre em relação com os processos psíquicos do paciente e, por isso, podem indicar algo sobre as fantasias inconscientes dele. Porém, constata que não devemos transformar as reações contratransferenciais em um guia para a compreensão do paciente, esperando delas a verdade sobre as situações psicológicas do paciente. A esse respeito, ele diz que “é evidente que nosso inconsciente é um “receptor” e “emissor” muito pessoal e que devemos contar com freqüentes falsificações da realidade objetiva.”⁷⁰ Dessa maneira, devemos contar com deformações ou desfigurações da situação objetiva. As inferências sobre os processos do paciente

⁶⁹ *Id. ibid.*, p. 145

⁷⁰ *Id. ibid.*, p. 155

feitas a partir da percepção da contratransferência devem ser examinadas cuidadosamente antes de utilizadas.

Dessa maneira, podemos concluir que a transferência é uma função das transferências do analisando e das contratransferências do analista. Assim, é importante analisar a influência de expressões da contratransferência sobre a transferência. Sabemos que os analisandos percebem através do tom de voz do analista, por exemplo, seu fastio, sua angústia, seu descrédito, e que, com isso, sua confiança diminui, suas resistências aumentam, seus mecanismos de defesa são ativados.

Depreende-se dessas colocações que a contratransferência pode interferir na transferência do paciente sobre o analista, uma vez que o paciente pode perceber as reações contratransferenciais.

Nessas observações se percebe o quanto este autor vai, neste ponto, mais além das considerações de Paula Heimann, que é sua contemporânea. Como ela, ele entende a contratransferência como a reação do analista aos processos psíquicos do paciente e a utiliza como instrumento técnico. Entretanto, ele acrescenta que, nesta estreita correlação entre contratransferências e transferências, não é somente o analista que pode servir de tela de projeção que reflete aspectos internos (edípicos) do paciente. Existem situações em que o paciente se torna esta tela de projeção para o analista. Pode-se dizer que é preciso o analista se valer de sua capacidade de ser tocado e de elaborar sua angústia sem atuar, para que a contratransferência seja realmente valiosa para o clínico. É fundamental que ele possa não confundir o que é seu com o que é do outro. Caso esta função diferenciadora estiver por algum motivo ofuscada, maior será a tendência a atuações.

“A consciência de nossa relativa inconsciência, quanto aos próprios processos neuróticos da contratransferência, deve ser um motivo para observar-se amplamente o cumprimento da regra de

“abstinência”, com respeito ao *acting out*. Refiro-me não somente por parte do enfermo, mas também por parte do analista. Como Freud acentuou, a cura só pode ser alcançada por meio da superação das resistências. (...) Freud disse, uma vez, que seus discípulos tinham aprendido a suportar uma parte da verdade sobre eles mesmos. A profundidade do conhecimento de nossa *contratransferência segue esta mesma linha de conduta*. E acredito que faremos bem, se suportarmos dar a conhecer a outros a verdade de cada um de nós.”⁷¹

Portanto, o que há de mais enriquecedor e original no trabalho de Racker é o seu interesse pela parte neurótica da *contratransferência* que perturba o trabalho do analista. Ele nos chama a atenção para o fato de que todo analista sabe que está sujeito a depressões infantis e representações neuróticas de objeto e sujeito. Entretanto, este pode ser um saber apenas teórico, constituindo-se, assim, em resistência a ser vencida. Em relação a essa resistência diz ele:

“Nos anais clínicos, a *contratransferência*, raras vezes, é mencionada. Na minha opinião estes fatos são devidos, pelo menos em parte, a uma resistência. Parece que entre os temas analíticos a *contratransferência* é tratada como um filho de quem os pais se envergonham. Mas esta vergonha, ou melhor, o perigo que ameaça o “*auto-apreço*” do analista, por ser paciente e analista, e continuar sendo neurótico, não é mais do que uma expressão superficial das causas das resistências contra o tornar-se consciente da *contratransferência*. Atrás destes, estão todos os temores e todas as defesas inerentes à sua neurose; a situação profissional só reveste, com novos termos, antigo impulsos, imagens e angústias.”⁷²

No tocante à conveniência do analista comunicar sua *contratransferência* ao analisando, Racker não se define. Embora admita que a comunicação da *contratransferência* pode ter um valor importante no curso de determinados tratamentos, acredita que este tema merece maior investigação. Sugere que o analista questione sempre se, quando, como, a quem, para quê, esta comunicação é realmente importante.

⁷¹ *Id. ibid.*, p. 118

Capítulo III:

LACAN: DA CONTRATRANSFERÊNCIA AO DESEJO DO ANALISTA

III.1 - A CRÍTICA DE LACAN À CONTRATRANSFERÊNCIA

No texto *Variantes do tratamento-padrão*⁷³ (1955), Lacan já demarca claramente o quanto o lugar do analista na operação analítica é o elemento decisivo, e na *Direção da Cura* (1958), ele comprara este lugar como o do morto na partida de bridge, marcando que o analista na sua abnegação conduz, através dos seus lances, o analisando a descobrir o que tem no jogo do seu parceiro. Este é o paradoxo da partida analítica. Esta afirmação aparentemente óbvia precisava ser afirmada naquele contexto da psicanálise, em que todo um debate em torno das questões da técnica em psicanálise tinha lugar, mais marcadamente no período de 1948 a 1960. Para Nasio⁷⁴, houve um salto importante na evolução da técnica analítica, que significou uma mudança radical no foco de interesse e, conseqüentemente, na ação do psicanalista.

No início da teoria psicanalítica, o objetivo do tratamento consistia em extirpar a idéia patogênica inconsciente, aquele corpo estranho que estava na origem dos sintomas. Essa eliminação do “mal” realizar-se-ia de acordo com a teoria sobre a técnica que predominava: a recordação acompanhada de abreação, de acordo com o método catártico. Com o tempo, o objetivo do tratamento, que esteve voltado para o analisando e para as idéias patogênicas, mudou, passando a se dirigir para o psicanalista e os modos deste assumir sua função. Essa era a bandeira dos autores que se propunham

⁷² *Id. ibid.*, p. 102

⁷³ LACAN, J., *Variantes do Tratamento-Padrão*, p. 595

⁷⁴ NASIO, J. D., *Como Trabalha um Psicanalista?*

a abordar o tema da contratransferência e que tentavam definir o que se requer da pessoa do analista para o exercício de sua função.

Lacan vai abordar essa questão por um novo enfoque, com a formulação sobre o desejo do analista, que demarca, efetivamente, que o analista deve ocupar o lugar de objeto. Para Lacan, o conceito de contratransferência não diz respeito à relação do analista com o analisando, mas sim caracteriza os obstáculos imaginários que impedem que o analista ocupe o seu lugar de objeto. Desta maneira, a contratransferência se refere à relação do analista com o lugar que ele deve ocupar na direção da cura. Qual é a resposta dada pelas teorias da contratransferência à pergunta sobre o que é requerido ao analista para que faça operar sua função? Uma das formas de abordagem da contratransferência é aquela que entende o conjunto de reações, sentimentos, pensamentos e atos relativos à pessoa do analista diante do analisando como uma eventual fonte de interpretações ao analisando. Assim, a contratransferência é tomada como um instrumento de trabalho para o analista. Destarte, o analista parece operar com sua pessoa na função analítica.

Para alguns autores⁷⁵, o que é esperado é que o eu forte do analista entre na relação com o paciente atuando, seja como um aliado da parte sadia do eu do analisando, seja como bom objeto a ser introjetado. A ênfase dada ao EU do analista justifica que ele responda com seu saber ou com seus sentimentos. Essa expectativa pressupõe um analista elevado a um lugar de reverência que Lacan critica ao perguntar: “(...) para assumir que ele é a medida da verdade de todo e qualquer dos sujeitos que se confiam à sua assistência, o que deve ser, portanto, o EU do analista?”⁷⁶

⁷⁵ Lacan se refere a alguns artigos R. Strela denominado “O destino do eu na Terapêutica Analítica”, publicado em 1934 no IJP e W. Hoffer, “Três Critérios para Encerrar o Tratamento”. IJP. 1950, nº 3, pág. 194/5

⁷⁶ LACAN, J., *Variantes do Tratamento Padrão*, p. 341.

Para contestar esta posição, Lacan faz apelo ao que o próprio Freud declarou dois anos antes de sua morte, ou seja, “que o analista geralmente não atinge em sua própria personalidade o grau de normalidade a que gostaria de fazer seus pacientes chegarem.”⁷⁷ Esta assertiva retira o psicanalista da condição de modelo irrefutável e o recoloca em um lugar que é definido pela função analítica que deve desempenhar.

Em 1955, no texto *Variantes do tratamento-padrão*, Lacan faz uma alusão elogiosa a Ferenczi pela sua preocupação, desde os primórdios do movimento psicanalítico, com a interferência dos processos psíquicos do analista e de sua “balança libidinal ao longo do trabalho prolongado de cada dia”⁷⁸, que podem, em alguns casos, causar impasses no tratamento. Neste momento, Ferenczi é mais contundente que Freud ao exigir que o psicanalista leve sua análise didática com a finalidade da redução da sua equação pessoal nos tratamentos que conduz, distanciando-se da sua questão de sujeito.

A esse propósito, Lacan interroga “não é o eu que se apaga para dar lugar ao não-sujeito da interpretação? Onde fica o fim da análise no que concerne ao eu?”⁷⁹ O que está sendo sugerido é que, se a técnica preconiza interpretar de acordo com os efeitos de sentido provocados no analista pelo analisando, ou seja, a partir da contratransferência, esta favorece a interferência da fantasia, do imaginário e dos ideais do analista na sua prática. Assim, a contratransferência levaria o processo analítico a situar-se no eixo da relação imaginária a’-a.

O analista não opera com o efeito de seu inconsciente, o seu desejo como sujeito deve estar colocado entre parênteses. Esta é uma advertência do próprio Freud desde 1910.⁸⁰ Logo, o dispositivo analítico não consiste em um encontro de dois inconscientes, já que a transferência impõe ao analista uma posição de *semblante* de

⁷⁷ FREUD, S., *Análise terminável e interminável*.

⁷⁸ FERENCZI, S., *Elasticidade da técnica psicanalítica*. (1928)

⁷⁹ LACAN, J., *op. cit.*, p. 343

⁸⁰ FREUD, S. (1910), *As perspectivas futuras das técnicas psicanalíticas*.

objeto. O lugar do analista, para Lacan, corresponde muito mais a uma postura⁸¹, uma tomada de posição, que se dá pela conjunção de um sujeito requisitado à palavra e outro como semblante, como ouvinte e intérprete. Para Lacan, é o código discursivo que determina os lugares e não os atributos do analista. O analista é o destinatário a quem o sujeito endereça a sua demanda de saber sobre o seu desejo. É por este motivo que o analista é operador da ação, por se encontrar apoiado pela estrutura simbólica. Não pode furtar-se do que deseja como analista. Aí reside toda a sua responsabilidade e o poder que este lugar de intérprete lhe confere. A esse respeito, diz Lacan “a falsa consistência da noção de contratransferência, sua popularidade e as fanfarronadas que ela abriga explicam-se por servir de álibi: o analista furta-se de considerar a ação que lhe compete na produção da verdade.”⁸²

Lacan está criticando as teorias da contratransferência que a definem como constituída pelas reações inconscientes evocadas no analista pelo analisando, decorrentes da influência deste sobre o analista. Considera Heimann e Money-Kyrle como legítimas representantes dessa corrente teórica que encontra uma justificativa para retirar o analista da sua implicação no processo analítico. No Seminário VIII, Lacan é claro quando diz que é o analista que está no coração do fenômeno da transferência no sujeito. No entanto, neste mesmo capítulo ele adverte que esta participação não é a denominada de contratransferência, pois sob este nome comporta-se quase tudo o que somos capazes de experimentar em nosso ofício.⁸³

Apesar de uma análise incluir os traços da pessoa do analista, não é a partir destes que ele conduz o tratamento. Então, nesta conjuntura, como agir com o seu ser? Esta é a pergunta que Lacan nos traz em *Direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958), um texto destinado à reflexão dos psicanalistas, onde coloca os

⁸¹ LACAN, J., *op. cit.*, p. 329

analistas na berlinda com a intenção de mostrar os desvios por que passava a técnica psicanalítica nas teorizações pós-freudianas.

Aqui Lacan não retira a responsabilidade do analista da direção do tratamento. Ao contrário, enfatiza que cabe ao analista a direção do tratamento e esclarece que esta não se assemelha a um exercício de poder, no sentido de guiar ou dirigir a consciência do analisando. O analista dirige a cura, jamais o analisando.

Entretanto, o tratamento psicanalítico exige que o analista entre com a sua parte, qual seja: o analista paga com palavras, pelo efeito da interpretação, e paga com a sua pessoa, ao emprestá-la como suporte da transferência. Percebemos, portanto, que o analista está implicado na direção da cura, mas jamais com o que alguns autores da contratransferência valorizaram, ou seja, que o fato de um analista ser dotado de sentimentos acolhedores e espontaneidade com seu analisando bastaria para garantir um bom encaminhamento à análise. Concordamos que estas características são importantes, mas não suficientes para garantir a operação analítica. Para Little, a análise depende de um analista são, caloroso, responsável e confiável que se apresente explicitamente na realidade, apostando na capacidade do analisando de se identificar com este. Aqui, acredita-se que a eficácia do analista está naquilo que ele é como pessoa, e não naquilo que diz e faz a partir do seu lugar de objeto. Este tipo de abordagem deixa o paciente no ponto de identificação puramente imaginária. Nela, o objeto assume um aspecto de materialidade que favorece a sua incorporação. Lacan se refere ironicamente a esta situação deste modo: “bebei meu sangue e comi meu corpo.” (...) “a redenção do analisando está nessa efusão imaginária, da qual o analista é a oferenda.”⁸⁴

⁸² *Id., ibid.*, p. 334

⁸³ LACAN, J., *Seminário VIII: A transferência.*, p. 306

⁸⁴ LACAN, J., *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958), p. 647

Freud, em *Psicologia de grupo e análise do eu*, já havia salientado o efeito de poder e de fascínio que o mais insignificante objeto pode assumir, quando é tomado por mestre. Dessa maneira, resta-nos estarmos atentos para a direção perigosa que os tratamentos podem tomar. Precisamos interrogar seus fins para definir os seus meios, essa é a base que fundamenta as críticas lacanianas às análises que são guiadas pelos sentimentos contratransferenciais, justamente porque essas técnicas só trabalham com a face imaginária da transferência.

Outro aspecto que nos chama atenção é que alguns autores, que no texto *Direção da Cura*, são representados por Ida Macalpine, definem o percurso analítico e a relação analista e analisando como uma experiência em que o analista não atende à demanda visando algo da ordem de uma reeducação emocional; o que é almejado é que, dessa maneira, o analisando proceda de forma mais madura e autônoma. Assim, a recusa de atender à demanda parece tomar as feições de um mecanismo de controle do analista. O que fica velado, neste tipo de intervenção, é a impossibilidade real da relação de complementariedade. É a falta-a-ser do analista que possibilita a queda da relação imaginária, pois existe o limite do real, ao qual todos estão submetidos.

Lacan, no Seminário VIII⁸⁵, dedica um capítulo à crítica da contratransferência. A primeira questão que ele aborda é a concepção de uma comunicação entre inconscientes, que considera que a análise se baseia na informação que o analista obtém através de uma experiência direta de transmissão do que se passa no inconsciente de seu analisando. O equívoco desta asserção está em que ignora que não pode haver uma elucidação exaustiva do inconsciente, mesmo para aqueles que passaram por uma experiência de análise dita didática. Se o analista é o sujeito advertido da sua determinação inconsciente e de sua emergência imprevista, como situar

⁸⁵ LACAN, J., *Seminário VIII. A Transferência* (no Capítulo de Título: A Crítica da Contratransferência).

o ponto de passagem onde aquilo que experimenta pode, todavia, ser utilizado como fonte de informação incluída numa práxis?⁸⁶. Dito de outra maneira, a utilização do inconsciente do analista como um instrumento na cura sempre foi problemático. Como saber até que ponto um sentimento é suscitado por motivação inconsciente própria do analista ou se aquela percepção é proveniente de uma interação mais profunda com o inconsciente do analisando? A segunda hipótese é a que é propagada por Heimann, por exemplo, como válida.

Ao considerarmos que é a dimensão inconsciente que coloca o sujeito na posição de não saber o bastante sobre si mesmo, e que situa o eu no lugar do desconhecimento, concluímos que se requer do analista, em seu trabalho, que ele possa ser capaz, nas palavras de Lacan, de jogar como morto⁸⁷. Se tomarmos a situação analítica como uma partida a dois, ao analista cabe jogar como morto. Esta metáfora é uma maneira de expressar a destituição narcísica do analista como uma exigência a cumprir na sua tomada de lugar na operação analítica. Essa posição não o coloca como um ser superior, ao contrário, o que está sendo ressaltado é que a sua face especular e imaginária ou, dito de outra forma, o *i (a)* do analista deve ser retirado da relação com o analisando justamente para ele poder falar do lugar do Outro.

O que Lacan observa é: “quanto ao reconhecimento do inconsciente, não temos como afirmar que ele coloque, por si mesmo, o analista fora do alcance das paixões.”⁸⁸ Em suma, se o fato de ter sido analisado não deixa o analista imune a ser tomado por estados passionais, então é imperioso que se tenha produzido no analista uma mutação na economia de seu desejo⁸⁹, com o resultado de que ele possa sustentar os efeitos transferenciais num campo simbólico que limita a possibilidade das

⁸⁶ LACAN, J., *Seminário VIII: A transferência.*, p. 184

⁸⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 188

⁸⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 186

⁸⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 187

realizações. Ao entendermos que o analista não se encontra numa posição apática e que, portanto, está totalmente implicado na transferência por sustentar o sujeito-suposto-saber, então, os sentimentos que lhe são suscitados durante o seu trabalho dizem respeito a um efeito legítimo da própria relação transferencial. Diz Lacan: “Não é preciso fazer intervir, pois, a contratransferência, como se tratasse de parte própria, e bem mais ainda, da parte faltosa do analista. Apenas para reconhecê-la é preciso que o analista saiba certas coisas. É preciso que ele saiba, que o critério de sua posição correta não é que ele compreenda ou não compreenda”.

O que importa saber é que o analista está implicado na sua posição e que, portanto, qualquer vacilação na sustentação do seu lugar de sujeito-suposto-saber é da sua responsabilidade. Logo, trata-se de um assunto dele para com ele mesmo. Ele deve aproveitar a oportunidade para insistir no seu desejo de analista e rerepresentar sua função na direção da cura.

Conclui-se, assim, que não há necessidade da elaboração de um conceito à parte para expressar a participação do analista, e, muito menos, aquele denominado ‘contra-transferência’. Contra o quê? Lacan admite que o analista deva levar em conta, em suas reflexões, os sentimentos que experimenta na análise, pois, segundo ele, o que estes representam “é a implicação necessária do analista na situação de transferência que é inerente e próprio do processo transferencial”. No entanto, parece que todo o seu questionamento incide sobre aquilo o que os analistas fazem com aquilo que se chama de contratransferência. Heimann, por exemplo, descreve sua contratransferência como um estado de pressentimento que lhe permite compreender melhor e ir mais longe na interação com seu analisando.

Para Lacan, reconhecer a contratransferência pressupõe que o analista saiba que sua função como suporte transferencial não se baseia na compreensão de tudo

que ocorre com o paciente. Sua posição é de suposto saber, já que, apesar de saber sobre o desejo, não sabe o que deseja o sujeito do analisando. Deve, portanto, pôr em dúvida o que compreende. A esse respeito, Lacan acredita haver uma demanda do superego do analista que o coloca na expectativa de tudo compreender. A função analítica é uma operação que sustenta o não-saber para que, desta forma, abra-se um campo de significação onde efeitos de verdade possam ser produzidos.

Para ilustrar esta exigência de compreensão que critica, Lacan faz alusão ao artigo de Roger Money-Kyrle denominado *Normal counter-transference and some deviations*, publicado no *International Journal of Psycho-analysis* em 1956. Neste ponto, Money-Kyrle vai ilustrar sua concepção de contratransferência com um fragmento clínico.

Atendendo a um paciente com crises depressivas, Money-Kyrle julga não ter conseguido cumprir adequadamente o papel do superego analítico que se atribuía. Eis que, no final de semana, o analista é tomado por sentimentos de esgotamento e inapetência à beira da despersonalização, que se assemelham aos que o seu paciente lhe descrevera na sessão anterior. Qual é o seu entendimento sobre o episódio?

Lacan adverte que Money-Kyrle faz parte da mesma corrente teórica que Heimann, e também acredita que o sentimento contratransferencial é o que permite compreender mais profundamente e, por vezes, até antecipar algo que não está podendo ser comunicado de outra forma, o que caracteriza uma comunicação não verbal com o analisando.

Money-Kyrle atribui o ocorrido aos efeitos da projeção do objeto mau que seu analisando efetuara sobre o analista. Ao introjetá-lo, o analista teria sido afetado de forma inesperada, justamente por não ter compreendido algo de seu analisando. Ser

receptáculo de projeção faz parte de toda a análise, o estranho foi o analista ter sido tomado por tal sentimento de depressão. O que ele faz? Ele transforma tais sentimentos em instrumentos de compreensão profunda de seu paciente e os utiliza na interpretação. O analista não suporta que o que lhe toca na análise diga respeito a ele próprio e não corresponda unicamente à projeção do analisando sobre ele.

Há autores, como Margareth Little, que utilizam a contratransferência na dinâmica do tratamento e que compreendem a situação analítica como uma troca que se estabelece entre duas pessoas: analista e analisando. Assim, é importante que a personalidade do analista seja a mais harmoniosa e equilibrada possível. O acento desta abordagem psicanalítica está no que o analista é, e não no lugar que ele ocupa. No entanto, sabemos, desde Freud, que cabe ao analista destituir-se narcisicamente para assumir sua função, de acordo com a prescrição da regra de abstinência.

Cumpramos ressaltar que no seminário destinado ao ato analítico, Lacan reforça o que já havia assinalado no Seminário VIII: a implicação do analista na direção da cura. Ao dizer que, na psicanálise, há sujeito cujo ato é ser psicanalista, ele dá ênfase ao ato de desprender-se da posição narcísica. O analista suporta destituir-se de sua subjetividade, visando ocupar o lugar de sujeito-suposto-saber. Para Nasio, trata-se da disponibilidade do analista para fazer silêncio-em-si, que significa deixar dissolver a imagem especular de si mesmo, abandonar por algum tempo os diversos suportes constitutivos do eu, ser estranho a si mesmo. Esta capacidade pressupõe muito trabalho de análise, para que tenha ocorrido uma mutação na economia de seu desejo. Trata-se do fundamento do desejo do analista enquanto desejo avisado de sua condição de encarnar o objeto, porém não o objeto imaginário ou idealizado do amor. Trata-se do

objeto inatingível da pulsão, objeto que se torna desejo. Nas palavras de Cottet⁹⁰, trata-se de uma vocação para ser rejeitado após ter sido amado, e para buscar a repetição disto em cada análise.

No Seminário X é que encontramos a articulação entre a posição do analista, a angústia e as relações de objeto. Na décima aula, o questionamento gira em torno da angústia que, para Lacan, “não é sem objeto”, embora não se tenha acesso ao objeto da angústia pela mesma via que aos outros. A maneira como o analista vai se posicionar na relação transferencial é o que determina a sua possibilidade de lidar com a inacessibilidade do objeto.

Com o propósito de mostrar a importância da “função da falta” nas análises, novamente Lacan recorre a Margareth Little e sua forma de conceber sua clínica como baseada na instrumentalização da contratransferência. Para ela, é a percepção, por parte do analisando, de que o analista é uma pessoa capaz de se comprometer e manifestar seus sentimentos de forma espontânea que decide o sucesso de uma análise. O analista se coloca como “aquele que tem para dar a quem necessita”. Aqui não há lugar para o sujeito-suposto-saber. O que há é um ser sem falta numa posição dadivosa. Nada mais angustiante.

Nesta lição do Seminário sobre a angústia, coube a Piera Aulagnier a tarefa de comentar a produção teórica de Little sobre a contratransferência e como esta a utilizava na clínica. Um dos pontos que Aulagnier dedica especial atenção refere-se ao que chama de manifestação do analista enquanto pessoa real. É a capacidade de o analista mostrar seus sentimentos para permitir ao analisando uma espécie de introjeção ou identificação. Aulagnier lembra que, se o analista estiver bem posicionado em seu lugar, seus atos estarão o mais longe possível de uma manifestação impulsiva. E, ainda,

⁹⁰ Retirado de palestra proferida por Serge Cottet: *Transferência e Desejo do Analista*, publicada na

lembramos que tudo o que vem do analista o analisando tende a ouvir em função de sua relação transferencial, tornando, assim, a manifestação da pessoa real do analista impossível.

Com o intuito de ilustrar como esta técnica chamada de manifestação do analista como pessoa ocorre na prática, traz um exemplo clínico. Trata-se de uma cliente de Little, chamada Frieda, que está em análise há muitos anos sem modificações substanciais na vida desta. Eis que ocorre a morte de Ilse. Este episódio transtorna a analisanda, deixando-a deprimida de tal forma que nenhuma das inúmeras interpretações que a analista pôde oferecer a tirou daquele estado. Então, a analista resolve interromper o tratamento, pois não podia mais ver sua cliente morrendo de esgotamento - o que mostra o desespero e angústia da analista em vê-la assim. A analisanda Frieda parece, neste momento, ouvir que ela era o objeto da angústia da analista, ou seja, aquele que pode faltar a alguém. Esta ato a instaura enquanto sujeito, sujeito que responde por sua vida.

De acordo com a sua noção de contratransferência, Little atribui a melhora de Frieda à franqueza que a analista pôde demonstrar, quando confessou a sua impotência frente à depressão vivida pela analisanda por ocasião do luto da amiga. Para Lacan, a verdadeira razão para que a relação analítica tenha saído do impasse em que se encontrava foi a possibilidade da analista se apresentar com faltas, ocupando, por uma via tortuosa, o lugar que permite a elaboração do luto - lugar simbólico que admite a falta do Outro, sem tentar suturá-la imaginariamente, através do oferecimento de uma série interminável de interpretações.

A castração na analista é apresentada quando esta não mais encontra, em seu saber, recursos interpretativos, o que a leva a constatar que já não tem o que dar.

Neste exemplo, temos uma situação analítica onde a analista relutou em ocupar a posição de objeto, já que não consentiu na destituição do seu eu e de sua pessoa em nome de uma estratégia de trabalho. Nestes momentos, é o analisando que corre o risco de ser tomado como objeto do analista.

É com angústia que a analista se vê compelida a destituir-se da posição “daquela que tem para dar a quem necessita”. A angústia da analista instala-se justamente por ela não suportar o fato de que não há sentido que possa fazer calar a dor do luto. Fazer apelo à declaração de seus sentimentos contratransferenciais é um último recurso que a analista encontra para lidar com sua angústia. O importante seria a analista perceber que há momentos em que só resta reconhecer a dor da falta, sem tentar suturá-la com sentido.

No caso de Frieda, isto era fundamental, já que, em sua vida, qualquer experiência de falta havia sido impossível. Vale lembrar que seu pai era um megalomaniaco, a quem supostamente nada faltava, e sua mãe a tratava como sendo uma extensão do seu próprio corpo. As coisas mudam e ela pode viver seu luto, a partir do momento em que a analista, julgando estar expressando seus sentimentos mais autênticos à sua analisanda, pôde falar do lugar de analista, dizendo que estava prestes a interromper o tratamento, por ter chegado ao seu limite. Eis que surge o que concerne, mais especificamente, ao desejo do analista, ou seja, um desejo que opera incluindo a falta, e que, assim, se diferencia de uma postura de oblatividade.

Lacan quer ressaltar com este comentário que se faz necessária a função do corte no direcionamento da análise. A este respeito, Aulagnier, em seu comentário sobre a maneira como Little conduz este caso clínico, observa: “Creio que aí é

necessário ver esta introdução da função do corte que deveria sempre estar presente na análise, que é o próprio alvo e o pivô sobre o qual gira nosso tratamento”⁹¹.

III.2. – CONTEXTUALIZANDO A CONCEPÇÃO DE DESEJO DO ANALISTA

O conceito de desejo do psicanalista é elaborado por Lacan para fazer frente a um desvio em relação à transmissão da doutrina freudiana por ocasião da apropriação americana da psicanálise após a guerra. A polêmica da contratransferência é fundamental neste período porque ela acarreta conseqüências sobre a direção dos tratamentos. Lacan não negou o fenômeno da contratransferência, mas opôs-se a tomá-lo numa dimensão sentimental. Por quê? Para ele, esta forma de entender a relação transferencial dava margem a inúmeros equívocos e o principal deles era a suposição de que se tratava de uma relação dual. A preocupação de Lacan é que, se a experiência analítica fosse definida nestes termos, estaria sendo privilegiada uma determinada compreensão da teoria psicanalítica que ele criticava. Referia-se à apropriação americana da psicanálise, mais especificamente à psicologia do ego, a qual promovia a identificação imaginária ao analista, já que se baseava num modelo adaptativo de reeducação emocional.

Para contextualizar, no final da década de 40, Hartman, Kris e Loewenstein fundaram a Psicologia do Ego, utilizando-se de conceitos freudianos com o fim de elaborar uma teoria do comportamento humano e um tratamento que promovesse a saúde mental e uma conduta mais ajustada à realidade. Para tanto, as análises tinham como meta o fortalecimento do ego, que teria sempre, como um componente, uma parte considerada como ego autônomo e livre de conflitos. Conquanto eles tenham admitido que a autonomia do ego em relação ao inconsciente era relativa, a

⁹¹ LACAN, J., *Seminário X: A angústia*, p. 182

busca deste ideal continua a ser a direção da cura. Há uma recusa do registro do real e do impossível que se encontra em Freud desde o Projeto.

Freud valorizou, em sua obra, as formações do inconsciente como lapso, esquecimento, ato falho, chiste e o sonho como expressões do desejo, através de uma narrativa. Lacan enfatiza que a psicanálise é uma experiência discursiva e sistematiza esta questão nas suas incursões pela lingüística. Ele toma a distinção e não-correspondência entre significante e significado para demonstrar que aquilo que sujeito da linguagem enuncia não é tudo o que tem a dizer.

Com o intuito de resgatar o descentramento do sujeito e a divisão subjetiva inaugurados por Freud, Lacan vai se opor a este movimento revisionista da teoria e da prática psicanalítica, incentivando o que ele chama de "retorno a Freud", ou seja, retorno àquilo que havia de original no pensamento freudiano e que não deveria ser reduzido a uma teoria do comportamento com fins educativos. Ele retorna aos quatro conceitos fundamentais da psicanálise no Seminário XI, quais sejam: a pulsão, a repetição, o inconsciente e a transferência, para demonstrar o quanto estes conceitos marcavam a ruptura do pensamento freudiano com qualquer tendência normativa e psicologizante.

Lacan ressalta o quanto, neste período, as interpretações transferenciais reforçaram uma relação de ego a ego. Conclui que se faz necessária a introdução de um terceiro termo, a função simbólica, como saída para as identificações e rivalidades imaginárias.

Este questionamento nos leva a pensar na direção das análises até então: seus sucessos e fracassos, e nas suas perspectivas. O que se deve esperar como fim e finalidade de uma análise? Se o fim da análise não pode mais se sustentar pela

identificação ao eu do analista, o que passa a guiar a ação do analista?⁹² Para respondermos a esta questão, não precisamos recorrer a uma posição que convoque a pessoa do analista. Este foi o empreendimento de Lacan e, para responder sobre o que fazia operar o vigor terapêutico e o que os analistas deveriam ter em seu horizonte na situação analítica, ele deu início à noção do “desejo do analista”. Para acompanhá-lo, devemos ultrapassar qualquer estratégia técnica que enfatize a relação transferencial na sua dimensão puramente afetiva ou sentimental. Com o intuito de compreender a ampliação proposta, devemos nos debruçar sobre o que se passa no campo transferencial. Existe uma dimensão mais afetiva da transferência que enfatiza a repetição de modelos passados, sendo que atualizados num endereçamento à pessoa do analista. Na transferência há deslocamento libidinal para a cena analítica. É na referência a Sócrates que Lacan vai encontrar uma outra concepção de transferência, ao considerar que o amor na relação transferencial não é apenas o reviver de modelos passados.

A outra vertente da transferência proposta por Lacan focalizará primordialmente o dispositivo analítico, que se caracteriza como uma situação muito peculiar. Há uma demanda feita pelo sujeito ao analista, ao qual ele supõe um saber sobre o seu desejo inconsciente. Na medida em que este outro não responde à sua demanda, o sujeito se põe a encontrar modos de corresponder ao que imagina que o Outro espera dele. São os caminhos de desejo. Daí, a articulação entre o amor de transferência com a suposição de um saber do inconsciente no Outro.

A situação transferencial nos remete inevitavelmente à nossa alienação primordial e constitutiva e, ainda, se dirige ao lugar simbólico do Outro, que pode estar

⁹² Questionamento extremamente relevante e que se encontra presente desde os primórdios da psicanálise nas discussões de Freud e Ferenczi.

encarnado em qualquer pessoa. Logo, é a função do Outro que importa, enquanto dimensão terceira da fala.

Esta concepção introduz a idéia de que a relação entre duas pessoas é mediada pelo simbólico. O que há é uma estrutura de alteridade que não comporta a relação de complementaridade. Segundo Fuks, a obra freudiana resiste a qualquer tentativa de qualificação identitária, uma vez que o objeto da psicanálise se impõe como alteridade⁹³. É exatamente esta dimensão simbólica que vai marcar a especificidade da função do analista.

Assim, o vigor terapêutico não está em detectarmos qual é a interferência do inconsciente do analista na análise ou da interferência desta última sobre ele – fundamento da contratransferência. É claro que isto ocorre e importa, mas não é o que causa ou o que faz operar analiticamente a transferência. A pessoalidade do analista importa à proporção que dela emanam os ideais do psicanalista, seus preconceitos, sua relação com a psicanálise que causam efeitos na clínica. Lobov⁹⁴ entende que o analista sofre os efeitos do dizer do analisando, na medida em que está exposto à ação do significante, mas não é deste lugar de sujeito que ele faz operar o seu ato analítico. O que é relevante à posição do psicanalista é justamente que ele deve responder pelos seus atos, embora não seja dono de seus atos. Portanto, o seu desejo de analista não se refere ao seu desejo de analisar ou à manifestação de seus sentimentos. O desejo do psicanalista poderá ser deduzido através de seus escritos sobre a sua clínica. É aí onde temos um dizer ao vivo daquilo que faz presença na realização da experiência analítica. Desta forma, podemos saber como ele sustenta o seu lugar de psicanalista.

⁹³ FUKS, B., *O amor e a responsabilidade em Freud*", artigo da Revista Tempo Psicanalítico n.º 31, p. 14

⁹⁴ LOBOV, J., psicanalista argentino numa palestra intitulada *Contratransferencia, presença del sujeito em recente Colóquio sobre o Desejo do Analista em setembro de 2001 no Rio de Janeiro.*

Neste ponto, estamos de acordo com Diana Rabinovich quando diz que “o desejo do psicanalista, a ética da psicanálise e a responsabilidade do psicanalista devem ser pensados em uníssono.”⁹⁵ O conceito desejo do analista é fundamental para uma ética própria da psicanálise e, conseqüentemente, para sua transmissão.

No Seminário VIII⁹⁶, Lacan afirma que o lugar do analista não se sustenta por uma aspiração samaritana, ou uma disponibilidade a compreender, mas sim porque há uma “mutação na economia de seu desejo”. Esta mutação compreende à emergência, no percurso da análise, de um desejo para além da fantasia. Um desejo que se articula em poder sustentar o lugar de objeto, submetendo sua singularidade à destituição narcísica. Aqui encontramos a questão a que Lacan se refere quando diz que a posição do analista comporta um certo luto. Afirma Lacan: “Não há objeto que tenha maior preço que um outro – aqui está o luto em torno do qual está centrado o desejo do analista.”⁹⁷ Desenvolveremos a questão do luto do analista mais adiante.

Passaremos agora a acompanhar Rabinovich em sua rigorosa revisão do percurso de Lacan na elaboração da noção do desejo do analista, pesquisando sua articulação com o desejo do Outro, sua angústia com o luto e o objeto a.

IV.3. SÓCRATES E O DESEJO COMO DESEJO DO OUTRO

Rabinovich⁹⁸ analisa a referência que Lacan faz a Sócrates na busca de esclarecer a concepção do desejo do analista. A afirmação de que o sujeito é causado pelo desejo do Outro pode ser compreendida se lembramos que a causa da presença física do sujeito no mundo é um desejo. Esse desejo do Outro se torna causa de desejo

⁹⁵ RABINOVICH, D., *O Desejo do Psicanalista- liberdade e determinação em psicanálise*, p. 14

⁹⁶ LACAN, J., *Seminário VIII: A transferência*, p. 19

⁹⁷ LACAN, J., *Seminário VIII*, p. 381

⁹⁸ RABINOVICH, D., *op. cit.*, p. 13

do sujeito, que tenta decifrá-lo, e captura-lo para satisfazê-lo. Dessa forma, a máxima lacaniana de que o desejo é o desejo do Outro revela que o objeto de desejo do sujeito é ser desejado pelo Outro. Dito de outra forma, o desejo nasce da tentativa de satisfazer o que o Outro deseja. Esta análise nos remete à constatação de que o desejo tem uma relação com aquilo que falta no Outro, tornando-o desejante. Exemplificando esta relação entre o desejo do sujeito e o Outro, Lacan usa o Banquete de Platão, em particular a cena entre Sócrates e Alcebiades, como metáfora do que ocorre na experiência analítica.

Lacan se vale do *Banquete* de Platão, privilegiando a cena do discurso apaixonado que se dá entre Sócrates-Alcebiades, para ilustrar o excesso pulsional manifestado na tentativa de apreensão deste objeto precioso, “agalmático”, que se supõe que Sócrates possua. A atitude socrática de não responder do lugar de amado e, ainda, indicar a Alcebiades que seu desejo dirige-se, na verdade, a um terceiro (Agatão) é comparada por Lacan ao ato analítico. Lacan compara o ato de Sócrates ao ato analítico, pois ele emerge de um saber de Sócrates sobre a falta. Sócrates sabe que não é possuidor do agalma – objeto precioso que se encontra escondido - e sua posição é a de continente de um vazio. Este ato marca a impossibilidade de completude imaginária. O resultado é que se revela que o sujeito e o Outro portam uma falta que não é preenchível, o que os coloca condenados a desejar.

O ato de Sócrates tem como função não permitir que se realize a significação do amor na sua face de engodo, de escamoteação, esclarecendo que aquilo que falta a um não é exatamente aquilo que está escondido no outro. O saber do analista acerca da falta permite que o desejo do analisando permaneça como enigma e instaura um movimento de busca, de abertura, numa aposta transferencial diferente de uma demanda apaixonada e insaciável de ser amado. Diferentemente da análise, onde o

movimento desejante deve aflorar, a tentativa de suturar a falta com um objeto ideal que ilusoriamente tem o que falta ao sujeito, o manteria na alienação em relação à possibilidade de satisfação parcial com os objetos de realidade, já que a satisfação total é impossível.⁹⁹

Assim, todo o Seminário VIII se desenvolve com a finalidade de definir qual é o lugar do psicanalista, ou seja, aquilo que marca a particularidade do seu trabalho. Para que o processo ocorra, o analista precisa oferecer um vazio, isto é, deve esvaziar o lugar de seu próprio desejo como sujeito e, desta forma, dar lugar à realização do desejo do paciente como desejo do “seu Outro”. Trata-se da destituição narcísica como condição necessária para a instauração da transferência, que significa o analista não encarnar o Outro. Ele deve sustentar o lugar do Outro, porém sem falar a partir dele.

A pergunta que retorna insistentemente de várias formas, em diversos momentos ao longo do Seminário VIII é exatamente: Onde o analista deve estar para responder deste lugar adequadamente? Quais as condições para ocupá-lo? Imperioso é, para tanto, ocupar a posição de douda ignorância, ou seja, o analista não deve se posicionar na clínica como detentor do “saber” ou da “ciência”. Este vazio de saber é que possibilitará o surgimento do objeto *a*, que se caracteriza pelo analista manter o enigma em relação ao seu próprio desejo, causando, assim, uma movimentação desejante ao abalar a configuração da fantasia do sujeito.

Se Lacan preconiza a atitude do analista de rejeitar a pretensão de saber sobre o desejo do Outro, resta uma pergunta. Se não este, qual é o saber que sustenta o ato do analista?

⁹⁹ Artigo de minha autoria intitulado *A paixão amorosa fazendo obstáculo ao desejo*, publicado na Revista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, 1999, p. 24

Qualquer objeto pode ocupar o vazio do desejo do Outro. O que acompanha este pensamento é o saber de que não existe um objeto comum e universal que atenda às solicitações desejantes de sujeitos, nem um objeto especial único para o desejo do Outro. Este saber demarca a experiência analítica, posto que não há, quanto ao objeto, nenhuma correspondência possível entre o psicanalista e o seu analisando. Resta ao objeto ser causa de desejo. Portanto, resta ao analista a posição de objeto causa de desejo, pois o seu saber não lhe garante nenhum saber sobre cada caso em particular. Ele só sabe aonde aquele caminho vai levar, por já o ter percorrido em sua análise.

Lacan compara esta posição do analista, de renunciar aos falsos saberes, à posição socrática de afirmação do não-saber. Valoriza a cena de amor descrita no *Banquete* de Platão, utilizando-a como instrumento para ilustrar o amor como um efeito da relação transferencial. Ele recorta a cena entre Sócrates e Alcebiades por ser paradigmática daquilo que diz respeito à passagem da posição de objeto amado à de sujeito desejante. Este é o percurso que a experiência analítica visa empreender, obtendo essa mudança de posição subjetiva.

Cumprido ressaltar que, ao longo da obra lacaniana, a referência a Sócrates está apoiada em escritos de outros filósofos, tais como Nietzsche, Kierkegaard e Hegel, que foram instigados a pesquisar esta figura ambígua e, ao mesmo tempo, intrigante, além de caracterizadamente atópica - palavra utilizada por Alcebiades em seu elogio a Sócrates no *Banquete*. Ele é comparado a um sileno-invólucro que porta em seu interior algo precioso (agalma). Desta maneira, ele encobre e indica, vela e revela o objeto agalmático.¹⁰⁰ A atribuição do agalma a este Outro - Sócrates - produz efeitos

¹⁰⁰ “Uma embalagem que tem o aspecto de sileno, um continente, uma maneira de apresentar algo”, “o que importa é o que está no interior”. Como se esta fosse a indicação da via que nos guia ao desejo (referências do Seminário VIII).

surpreendentes, quase mágicos, de submetimento do sujeito ao suposto possuidor do agalma.

Esta é a cena com a qual Lacan ilustra os efeitos transferenciais amorosos suscitados pela instauração do sujeito-suposto-saber, que põe o sujeito a se movimentar em torno do questionamento: *che vuoi?* “Que queres?” é a pergunta endereçada ao analista nesta demanda de amor que se estabelece no primeiro momento da transferência. É a transferência na sua face de tapeação, de engodo, no dizer de Lacan. Isto porque o amor transferencial se pauta na suposição de que o Outro porta aquilo que irá fazer o sujeito reencontrar aquele objeto imaginário que o faria reconhecer-se inteiro, suturando sua divisão subjetiva. O amor, ao exigir complementariedade, reciprocidade, nega que o que falta a um não é o que está escondido no Outro: “ao persuadir o outro que ele possui o que nos pode completar, nós nos garantimos poder continuar a desconhecer precisamente aquilo que nos falta.”¹⁰¹

É neste sentido que o amor transferencial apresenta-se carregando uma dupla face, pois, ao mesmo tempo em que engendra a entrada do analisando no processo analítico, ele pode constituir o principal obstáculo à análise, constituindo-se como resistência na medida em que o analisando na posição de “amado”, *eromêmos*, sofra o efeito de uma paralisação desejante à espera de capturar o que vem do Outro-analista. Assim, o efeito encantador da paixão revela sua face angustiante e frustrante.

Por esta via, o desejo do analista é fundamental como motor operador da cura. É ele que posiciona o analisando para evitar, através de seu ato analítico, qualquer fantasia de completude e de unidade narcísica. O ato analítico tem a função de indicar e manter o lugar da falta, bem como a impossibilidade de plenitude nirvânica – o que implicaria na morte, em oposição aos vitais movimentos de desejo.

¹⁰¹ LACAN, J., *Seminário XI: Os quatro conceitos cruciais da psicanálise*, p. 128

Lacan percorre todo o seminário sobre a transferência indicando a importância do lugar do analista na direção da cura. É o lugar de onde o analista se coloca que determinará a possibilidade de o amor transferencial incluir e suportar a falta sem suturá-la para que possa emergir o desejo. Se o amor for reduzido aos efeitos de paixões imaginárias, não poderá abrir-se à dimensão simbólica.

Percebemos que se trata da convocação do desejo do analista como suporte do lugar da causa. É o que faz operar o processo analítico, promovendo diferenças e não a fixação em identificações imaginárias. Vale notar que, no Seminário VIII, o conceito “desejo do analista” ainda não havia sido nomeado para definir o lugar do analista. No entanto, depreendemos que toda a sua fundamentação teórica já estava sendo construída.

Uma das indicações da posição do analista era a de abandonar os preconceitos, ou melhor, os falsos saberes acerca do eu no exercício de seu trabalho. Para Lacan, esta é a condição para a escuta do analista que nada privilegia na fala do analisando *a priori*. Esta posição é comparada à posição socrática de afirmação de não saber, posto que carrega muita seriedade e verdade nesta suposta ignorância.

Rabinovich cita Kierkegaard quando ele valoriza que entrar no jogo da ilusão é o único recurso quando alguém é vítima de uma ilusão. Ele acrescenta, ainda, que seu método se aproxima do método socrático por privilegiar a comunicação indireta, e não a direta.

Kierkegaard toma o auto-mascaramento de Sócrates como indicador do que ele chama de ironia. A palavra ironia é aqui entendida como um artifício da linguagem na qual se diz o contrário do que se quer transmitir. A ironia socrática, para Kierkegaard, é a de fazer uso de uma fraude, mas com a intenção de conduzi-la em direção ao verdadeiro. Esta é a direção que o analista deve dar ao amor na transferência,

ciente de que, embora este seja o ingrediente essencial para engajar o sujeito na análise, o amor também pretende mascarar a castração do Outro.

O engano do princípio da análise, o engano do amor de transferência, portanto, tem esse sentido: enganar um sujeito para levá-lo em direção ao verdadeiro. (...) Não há nenhuma beleza ideal, nenhuma idéia ideal universal no que diz respeito ao verdadeiro em psicanálise.¹⁰²

A ironia socrática se expressa desde o início do *Banquete*, quando Sócrates diz nada saber sobre os assuntos do amor, ele assume uma postura de concordar com o outro e sempre interrogar, fingindo depreciar-se. No entanto, as suas perguntas não são ingênuas e, às vezes, a própria pergunta incita à resposta. Um exemplo é uma de suas colocações nas discussões sobre o amor quando, ao associar amor e desejo, ele pergunta: pode-se desejar o que já se tem? Esta pergunta traz o germe da resposta de que o desejo tem uma falta como causa. É a essa postura de interrogar, de quem diz não ter para dar o que é pedido e nada saber, que Lacan compara com o lugar do analista. É um lugar de douda ignorância, que só é possível através do saber sobre a falta. O que o analista sabe é o destino do percurso analítico, embora nada saiba sobre o caminho particular de cada sujeito. Assim sendo, o analista promove a divisão do sujeito que, ao longo do processo, começa a se responsabilizar pela sua fala e a perceber que também não sabe o que move suas ações. Abre-se a dimensão inconsciente enquanto causa do sujeito.

Nas palavras de Rabinovich, “o que acabamos de expor oferece uma idéia dessa simulação, misturada com uma indiferença, que consegue que o outro descubra sua falta e, ao descobrir o que falta, encaminhe-se na direção do seu próprio desejo.”¹⁰³

¹⁰² RABINOVICH, D., *op. cit.*, p. 23

¹⁰³ *Id.*, *ibid.*, p. 29

Rabinovich remete-nos a uma máxima lacaniana que está no Seminário XV, sobre o ato analítico. “O psicanalista finge esquecer que seu ato é causa do processo de análise.”¹⁰⁴ Não se trata, portanto, de esquecer o que sabe de uma ciência, e este esquecimento não é fruto do recalque. Então, de que esquecimento se trata?

O analista finge esquecer justamente porque não pode esquecer, já que quer ocupar o seu lugar de psicanalista. O “fingir esquecer”¹⁰⁵ é fruto de um processo de análise, no qual ele pôde experimentar, ao final, que o analista se reduz ao nada que causa o desejo do outro. Portanto, o analista sabe que, ao final da análise, o “valor de verdade do objeto como causa é um valor que não se cotiza nem no mercado de dons, nem no mercado fálico.”¹⁰⁶ Ele finge para poder sustentar a instauração do sujeito suposto saber, participando do engodo do saber suposto.

Lacan opõe o fingir esquecer à ignorância. A ignorância diz respeito ao saber sintomático que é caracterizado como uma paixão-do-ser. Assim como as outras paixões-do-ser, o ódio e o amor, a ignorância é proveniente do recalque e do desconhecimento do eu.

Concluimos que, divididos como somos, estamos condenados a desejar sem jamais nos sentirmos inteiros. Logo, todo efeito de verdade, além de parcial, é contingente e único, por conseguinte não transmissível. Isto equivale a dizer que o fundamental do desejo do analista é estar constituído como lugar de causa e levar em consideração a contingência do valor de verdade. Aqui, entende-se o humor que existe no final de análise, justamente pela queda da fixação e pela liberdade da contingência.

III.4. A QUESTÃO DO SABER DO PSICANALISTA: A DOUTA IGNORÂNCIA.

¹⁰⁴ *Apud* RABINOVICH, *op. cit.*, p. 30

O desejo do analista está relacionado com um saber do final da análise, como foi discutido anteriormente. A discussão sobre o saber do analista remonta, na obra lacaniana, a 1953¹⁰⁷, quando, numa discussão que gira em torno da formação dos analistas, Lacan traz a seguinte formulação: “O que o analista deve saber: ignorar o que sabe.”

Em sua campanha contra o tratamento que toma como meta a identificação ao eu do analista, especialmente a psicologia do ego, mostra que ele se baseia numa confusão entre eu e sujeito, embora o eu seja constituído exatamente em nome do desconhecimento do sujeito. O resultado é que as técnicas interpretativas são voltadas para a análise das defesas do eu privilegiando o que é da ordem do saber conscientemente adquirido do analista.

Neste contexto, fez-se necessária a distinção e a oposição entre a verdade do discurso constituído e a verdade subjetiva, caracterizando a distinção entre o que é da ordem do enunciado e o que é da ordem da enunciação, com a finalidade de frisar que todo ato de fala é marcado pela tensão entre estas duas verdades. Esta concepção traz a autenticidade da experiência analítica naquilo que ela afirma a diferenciação entre o universal e o particular, excluindo a pretensão do saber médico.

Como definir o termo “ignorância”? Segundo Safouan, como a psicanálise é uma prática que está subordinada à determinação inconsciente, o saber do psicanalista pode constituir o sintoma de sua ignorância.¹⁰⁸ A ignorância, como vimos, não se caracteriza pela ausência nem pela negação de saber. Ao contrário, ela é uma paixão do ser, aquilo que tampona o não-saber, ou seja, ela designa o saber sintomático

¹⁰⁵ expressão utilizada por Lacan no Seminário XV, para expressar a posição do analista em relação a um saber específico: que seu ato é a causa do processo de análise.

¹⁰⁶ RABINOVICH, D., *op. cit.*, p. 31

¹⁰⁷ LACAN, J., *Variantes de um tratamento padrão*, p. 351

¹⁰⁸ SAFOUAN, M., *A transferência e o desejo do analista*, p. 157

que é fruto do recalque. Não é esse saber que está em jogo no percurso analítico, pois é preciso que o saber sintomático caia para que se abra a dimensão do não-saber.

Quanto ao “fingir esquecer”¹⁰⁹ do psicanalista, ele se opõe à ignorância por se referir a um “saber avisado” produzido quando se perde o saber-sintoma (ignorância) como efeito da análise.

Para Lacan, a análise deve girar em torno da douta ignorância do analista, uma posição que, segundo ele, é mais do que a reserva freudiana. Uma pequena digressão acerca da procedência do termo douta ignorância ajudar-nos-á a entender a relevância dada por Lacan ao mesmo na definição do que deveria ser o lugar do analista.

O conceito de douta ignorância é retirado de um autor da Idade Média, que viveu em torno de 1450, chamado Nicolau de Cusa, que teve grande influência sobre os fundadores da revolução científica de sua época. Este autor escreveu um livro chamado: *A douta ignorância*. Com a idéia de mostrar que todo o conhecimento é superável, Nicolau de Cusa imprime uma ruptura no eixo central da história do pensamento, dando um novo estatuto à curiosidade que, até o momento, era entendida como algo recriminável. Cumpre ressaltar que seu pensamento era muito inovador, pois rompia com os valores ditados pelo mundo aristotélico e cristão, onde todo o conhecimento era total e tinha o sentido de um saber acabado e objetivável, já que devia visar o acesso ao reino dos céus.

Nicolau de Cusa defende a idéia de que o conhecimento preciso e final da natureza do objeto é inatingível e que o “desejo de saber” é insaciável. Com isso, introduz a idéia da douta ignorância que “implica um saber inseparável da idéia de que esse saber é superável.”¹¹⁰ Assim, ele torna todo o saber humano falho ou superável.

¹⁰⁹ Esta expressão é encontrada no Seminário XV: o ato analítico, quando Lacan diz: o analista finge esquecer que seu ato é causa do processo de análise.

¹¹⁰ RABINOVICH, P., *op. cit.*, p.41

Existe um ponto oculto no Outro. A douda ignorância é concebida como o esboço de um método que tolera um não-saber no seu interior.

Para ele, a matemática e a aritmética como métodos aplicados a um objeto real, deixam sempre um resto, algo que não pode ser realizado por carecer de medida comum. Nas palavras de Rabinovich:

Essa idéia do resto que se produz entre um saber que avança e sua aplicação ao real coincide exatamente com o conceito de objeto a laciano. O resto opera para além de todo saber matemático, o resto move o saber, mesmo sendo um produto do saber.¹¹¹

Destarte, o matemático Nicolau de Cusa é, mais uma vez, inovador ao sustentar que o sujeito humano fabrica a matemática, logo, ela não é revelação nem sinal da mão de Deus. Vale lembrar que na antiguidade, todo conhecimento era regido por Deus, já que a idéia de progresso da ciência não existia. Dessa maneira, ele introduz a idéia de que há sempre uma imprecisão na tentativa de se aprender a natureza do objeto. Esta imprecisão é o próprio incentivo para o desejo de saber.

Lacan que recorria, com freqüência, aos pensadores da Idade Média, encontra em Nicolau de Cusa substrato para o seu pensamento de que todo saber há de ser produzido e não dado pelo Outro absoluto ou divino. Este autor também valoriza que o caçador de saber está em busca deste resto não sabido que nunca consegue alcançar.

A concepção de douda ignorância de Nicolau de Cusa se opõe ao pensamento de Santo Anselmo. Este último é conhecido por defender a existência de Deus a partir de sua perfeição. Lacan faz alusão a Santo Anselmo, que defende que a crença em Deus é um ato de fé. Este ponto preciso merece a nossa atenção, porque é da expressão “ato de fé” que vai se desenvolver a concepção de ato e, posteriormente, de

¹¹¹ *Id., ibid*, p. 45

ato analítico que é central para o desenvolvimento da formulação de desejo do analista. A proposta é que devemos pensar o ato de fé focalizando o ato, porque a fé está sempre articulada ao ato. É o ato que lhe dá certeza, a certeza do sujeito. Assim, devemos nos dedicar não à lógica de fé, mas à lógica do ato, donde vem o ato do sujeito e o ato analítico.

Para Lacan, o ato é a marca de subjetividade, é a assinatura do sujeito. Essa é a originalidade da psicanálise, que traz a sexualidade para o campo do sujeito com os seus sintomas, distinguindo-a daquilo que é de ordem biológica. Nessa ótica, o ato é entendido como algo que só pode ser realizado por um sujeito falante, não se restringe a uma ação motora. O ato exige a presença de um sujeito da linguagem, e é a marca de sua própria implicação.

Essa definição de ato delimita a formulação do ato analítico. Em “A terceira”, o ato analítico é definido pelo laço social de dois tão peculiar que é a psicanálise, e que exclui a relação sexual.”¹¹² Esta afirmação marca a impossibilidade da relação sexual como complementariedade. Segundo Rabinovich, aí está a fundamentação teórica da regra de abstinência freudiana, que é algo distinto de uma mera prescrição moralista que dita o que deve ou não ocorrer entre analista e paciente. Trata-se de algo que diz respeito à própria estrutura do dispositivo analítico e às razões lógicas para o ato que o instaura.

III.5 OPERAÇÕES DE ALIENAÇÃO E SEPARAÇÃO

A compreensão de como se define o lugar do psicanalista como causa de desejo, impõe-nos abordar as operações de alienação e separação na obra lacaniana.

¹¹² *Id., ibid.*, p. 52

Podemos dizer que Lacan está interessado em definir e fundamentar as relações do sujeito com o campo do Outro desde o início de sua obra. Faremos uma breve passagem pelas operações de alienação e separação, que são constitutivas destas relações, com o fim de entendermos como elas ocorrem na transferência e na experiência analítica.

Esses dois conceitos são apresentados como consistindo em dois momentos lógicos da constituição do sujeito a partir do desejo do Outro. Aqui fica claro o quanto desejo e linguagem estão associados como vimos anteriormente.

O termo alienação já havia sido empregado desde o início do percurso lacaniano 1936/1949¹¹³, no período de sua produção que Lacan qualificou como o de seus antecedentes. Entretanto, ele assume uma nova significação ao ser retomado em relação com a separação, num momento em que os eixos essenciais das propostas de Lacan sobre o valor da linguagem e do simbólico já foram assentados.

No Seminário XI, Lacan conceitua as duas operações e propõe fazer um mapeamento do percurso do tratamento analítico. A sua intenção era extrair quais as implicações desta forma de conceber a constituição subjetiva para a prática analítica. Assim, poderia construir a fundamentação de uma nova forma de conceber o final das análises. O ano de 1963, em que ocorreu o 11º seminário, foi o ano em que ele rompeu sua ligação com a *International Psychoanalytical Association* (IPA), justamente por discordar da prática da análise didática e dos tratamentos que visavam retificar as identificações do analisando. A análise lacaniana deverá privilegiar o acesso aos modos de gozar do sujeito e não às resistências. Por esta via, ele vai se interessar e entender a transferência como um campo de ilusão.

¹¹³ LACAN, J., *O estádio do espelho como formador da função do Eu (je)*, tal como nos é revelado na experiência psicanalítica (1949).

Neste momento de sua produção teórica, Lacan tentava encontrar o elo entre o desejo do analista e a formação analítica. Por isto, cria o dispositivo do passe como uma experiência que pretende resguardar a particularidade de cada processo analítico e rompe com as condutas padronizadas de controle, assim como atende ao intuito de entender como se produz um analista ao final de uma análise.

Apoiando-se em sua elaboração sobre a alienação e a separação, Lacan formalizará de forma inovadora aquilo que deve se esperar ao final de um tratamento. Esta preocupação vai levá-lo às elaborações sobre o passe, produto da operação de separação ao final da análise. A operação de alienação se caracteriza como uma forma de articular o campo do sujeito com o campo do Outro, que é inevitável e inexorável. Enquanto a alienação é um destino, a separação não o é, pois é algo que pode ou não estar presente. A separação pressupõe uma ação do sujeito na direção de sair ou de saber o que se é para além daquilo que o outro diz. Nas palavras de Soler: "A questão que traz o sujeito ao ponto de separação é: o que sou eu no desejo do Outro? A psicanálise é o processo de resposta a esta questão"¹¹⁴.

A relação do sujeito com o campo do Outro que se dá na alienação é determinada pelo significante. A entrada no campo do significante aliena o sujeito de seu ser. O Outro implicado na alienação, entretanto, não é o Outro implicado na separação. Para que se dê a separação, é imperioso reconhecer o Outro como faltoso. Esta falta no Outro é o que leva o sujeito ao ponto de separação, de querer saber: o queres de mim? Esta é a dimensão de desejo que a falta no Outro instaura.

Uma das conseqüências que podemos depreender dessa articulação entre alienação e separação e de seus efeitos sobre a experiência analítica, é que o analista, para fazer operar sua função, jamais deve se colocar como ideal de eu ou modelo

¹¹⁴ SOLER, C., *O sujeito e o Outro*, p. 65

identificatório para o analisando, já que isto promove a alienação ao desejo do Outro, e não a separação. A falta no Outro não deve ser mascarada, para que se agencie a operação de separação que promoverá o desejo. O analista deve se colocar no lugar de objeto causa de desejo e manter o desejo como enigma, para que o sujeito dividido chegue a assumir o lugar de causa, dito de outra forma, que o sujeito venha a ocupar o lugar onde o desejo do Outro lhe causou.

Explorando o caminho da relação do sujeito com o Outro, é possível acompanhar as inovações introduzidas por Lacan no campo da experiência analítica, ou seja, a redefinição do lugar do analista, de modelo de identificação para causa de desejo. Com isto, ele pretende que ao longo da experiência analítica o analisando subjetive a causa de sua existência.

Para Lacan, na medida em que nascemos submersos num mundo de linguagem, já há um lugar determinado a nossa espera no universo lingüístico dos pais que se expressa no ato de nomeação do filho. É neste sentido que esta linguagem que nos antecede e nos ultrapassa, traz com ela uma forma de alienação primordial. É a este arsenal de palavras de uma língua, tesouro de significantes e a este discurso que nos antecede que Lacan vai chamar de Outro da linguagem. Este Outro fica muito articulado à mãe, neste primeiro momento.

Se a linguagem é trazida pelo Outro materno que dá significado ao choro do bebê, esta significação está impregnada de desejo. É neste sentido que na teorização lacaniana o desejo habita a linguagem. Linguagem e desejo andam sempre entrelaçados. A linguagem está investida pelo desejo e o desejo tem como matéria-prima a linguagem.

O que nos antecede, nos ultrapassa e que nos é estranho faz parte, de forma determinante, da nossa constituição subjetiva. Esta subordinação do sujeito à ordem da linguagem não se dá de maneira apaziguadora. O sujeito se encontrará

alienado no Outro. É como se, naquele momento, fôssemos falados, na medida em que o domínio do que dizemos nos escapa.

Ao propor as duas operações, Lacan é extremamente freudiano e se apóia no texto *A Denegação* (1925). Neste texto, Freud sustenta que a operação constitutiva do sujeito teria como pano de fundo uma afirmação (*Bejahung*) primordial, como ação de Eros, e a expulsão (*Ausstoßung*), que funda o real excluído sem significação. Assim, a partir de sua divisão inaugural, o sujeito vai construir imaginariamente os seus encontros e desencontros com o Outro. Em outras palavras, o sujeito estabelecerá sua relação com o Outro através de suas construções fantasmáticas.

A operação de alienação, que instaura a sujeição ao Outro, envolve uma “escolha forçada”, escolha que acarretará inevitavelmente uma perda seja qual for a opção. Assim, a aceitação da subordinação ao Outro é condição necessária para que se possa advir como sujeito, embora alienado. Essa escolha forçada será denominada por Lacan, no Seminário XI¹¹⁵, de “*vel* da alienação”.

Para explicar a lógica da alienação e separação, Lacan vai aludir às operações lógicas de união e de interseção na teoria dos conjuntos. Existem duas formas lógicas que são chamadas de *vel*. A primeira é o *vel* da exclusão, que determina que se um termo é verdadeiro, necessariamente o outro deve ser falso. Há, ainda, o *vel* da união, que por não ser exclusivo, permite que qualquer um dos termos seja verdadeiro ou falso ou que os dois termos o sejam. Lacan vai trabalhar um terceiro *vel*, e vai denominá-lo com a expressão “escolha forçada”.

O exemplo que nos fornece deste *vel* é o do assaltante que oferece a opção: a bolsa ou a vida. Qualquer que seja a escolha, sempre haverá perda. O exemplo mostra que os dois lados não são equivalentes, não têm o mesmo peso. Se escolho

¹¹⁵ LACAN, J., *O Seminário – livro 11, os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964), p. 199.

perder a vida, conseqüentemente a bolsa também será perdida. Por outro lado, na escolha pela vida, perde-se apenas a bolsa. Seja qual for a escolha, algo se perde. Este *vel* se comporta de forma a que uma das partes, que é sempre a mesma, será sempre excluída, independente de qual seja a escolha. A manutenção da bolsa por seu dono não está em questão.

Lacan faz a aplicação desta operação lógica da “escolha forçada” entre o ser e o sentido, expressos nesta configuração. No caso do sujeito e o Outro, vemos como esta “escolha forçada” se dá: se eu escolho o sujeito em detrimento do Outro, o sujeito sai de cena por não existir sem o Outro. Se a escolha for pelo Outro, o sujeito escolhe pelo seu desaparecimento. Esta alienação ao Outro, é fundamental para que o sujeito possa advir como subjetividade. O sujeito não estava lá desde o começo, ele é possibilidade de ser. O sujeito só existe após a operação de alienação ao Outro. O que Lacan quer dizer com isto é que o sujeito está completamente submerso na linguagem. Neste sentido, a linguagem é o continente do sujeito.

Dessa maneira, o sujeito, a princípio, aparece como falta, apenas como potencialidade de ser. Só surgirá um sujeito porque o Outro da linguagem marcou um lugar na ordem simbólica para que ele advenha. O ato de nomeação do sujeito nada mais é do que este contorno, esta delimitação desse conjunto vazio e é neste vazio de sujeito que algo deverá vir a ser subjetivado. O sujeito é convocado a assumir ou subjetivar aquele nome, torná-lo próprio.

Enquanto na alienação, o ser do sujeito está excluído, na separação - outro momento da operação que causa o sujeito - o sujeito poderá advir a partir da falha no Outro. Na operação de separação, a falta não é encontrada apenas de um lado, mas há uma justaposição de duas faltas. Para tanto, é preciso que a falta do Outro se faça presente. O Outro deve ter se apresentado como tendo se subordinado à ação da divisão

da linguagem. Temos primeiro a falta do sujeito e, em seguida, a perda de um Outro sem faltas, designando a passagem do Outro sem barra ao Outro barrado.

É no Outro que, ao cair o objeto, aparece a falta; a perda é para o Outro e, por isso, o *a* não pode cair do lado do sujeito: cai afetando o Outro.¹¹⁶

No processo analítico, este momento de separação é imprescindível para que se dê a queda do sujeito-suposto-saber, que representa a face alienante imaginária e idealizada da transferência.

O termo separar transformado em *se parere* (em francês) significa engendrar-se a si mesmo, que nos remete ainda, em latim, ao *parir*. No texto a “Posição do Inconsciente”¹¹⁷, há uma articulação do termo *se parare* com a função do *pars*, da parte, sugerindo, portanto, um emparelhamento comum das faltas do sujeito e do campo do Outro.

Na operação de separação há um investimento do sujeito em justapor a sua falta à do outro para preenchê-la. O sujeito pretende instalar sua falta-a-ser para suturar aquilo que falta ao Outro, através da fantasia. Assim, a separação não só encerra a operação de alienação como também projeta o sujeito em uma construção fantasmática.

O sujeito vai se esmerando para atender ao que o Outro espera dele e, desta forma, são as faltas do Outro que vão escavando um lugar de desejo. A pretensão é fazer com que o desejo aberto pela falta no campo do sujeito coincida completamente com o desejo do Outro. É este movimento que Lacan designa com o seu aforismo “o desejo do sujeito é o desejo do Outro”.

Eu te tomo por objeto por mim mesmo desconhecido do meu desejo, e assim te identifico (pelo viés de uma metáfora) ao objeto que a ti mesmo falta e, tomando-te

¹¹⁶ RABINOVICH, D., *op. cit.*, p. 86

¹¹⁷ LACAN, S., *Posição do Inconsciente (1960)*, p. 857.

por objeto de meu desejo, realizo para ti o que procuras;
por este meio tu caís na minha rede.¹¹⁸

Entretanto, as faltas não se co-respondem e não se completam. O que temos como resultado é a impossibilidade desta justaposição de faltas que cria um resto que não possui imagem especular e, portanto, não é acessível à realização, mas que se mantém como causando movimentos do desejo. A este produto que cai da operação de separação, que é tanto do sujeito como do campo do Outro, chamamos de objeto a causa de desejo.

Podemos concluir dizendo que naquilo que a falta de um não completou a do Outro, algo caiu nesta interação, a fusão ficou como impossível e perdida, dando lugar ao sujeito causado e desejante que não é mais pura extensão do Outro. O que resta quando esta unidade hipotética se rompe é o objeto a, causando desejo. Dessa forma, vemos a indissociabilidade entre falta e desejo. Aqui, vale ressaltar que somente a falta que recai sobre o Outro é que pode instaurar a causa de desejo. Como diz Rabinovich:

Essas duas operações (alienação e separação) descrevem um dupla determinação da divisão subjetiva. Uma primeira determinação dada pelo par significante S1-S2. Uma segunda determinação dada pela operação dessa perda que se torna causa, que é o objeto a, e que no Seminário XI, está vinculado à operação de separação descrita como a interseção, o produto lógico de ambos os conjuntos.¹¹⁹

Assim, alienação e separação são definidas como as operações de “causação” do sujeito. O sujeito é causado em dois tempos que se entrelaçam: o tempo do objeto e o tempo do sujeito. Isto porque o sujeito não tem como ser causa de si mesmo. Desta operação, sujeito e Outro saem divididos. O “fingir” do analista, para

¹¹⁸ LACAN, S., *Seminário X: A angústia, lição de 21.11.1962*.

¹¹⁹ RABINOVICH, D., *op. cit.*, p. 113.

Lacan, diz respeito ao fato de que ele sabe que é barrado, mas aceita assumir o lugar de suposto saber.

Há uma torção neste percurso de advento do sujeito. A falta primeira do sujeito, produzida na alienação, remete, na separação, à perda do Outro como causa de desejo. Assim, no segundo tempo, a falta é no Outro. Esta barra sobre o Outro revela um furo, um intervalo entre dois significantes, lugar do Outro como desejante. Neste momento, o sujeito realiza a experiência de que ele pode faltar ao Outro.

Neste momento, a criança percebe que o Outro (mãe, por exemplo) não lê os seus pensamentos. Esta experiência gera uma possibilidade de independência e autonomia em relação ao Outro. Cabe uma referência ao fato de que a onipotência, geralmente atribuída à criança pelos teóricos da psicanálise, é, para Lacan, do Outro no real.

Para compreendermos, é preciso recorrer ao que está exposto no Seminário X, a angústia. Lá encontramos que a primeira forma de desejo é o desejo de separação. A criança, no desmame, produz a perda no Outro. Ela busca perder o seio, mas a falta fica do lado da mãe. Como efeito, temos o Outro descompletado.

Para que o sujeito possa ser desejante, é necessário que o objeto causa de seu desejo possa lhe faltar, mesmo que o seu desejo seja o de se oferecer para completar o Outro. Assim, o que pode desencadear a angústia é quando na relação do sujeito com o campo do Outro, a falta falte. Este momento é o que funda a operação de separação, descrita, mais propriamente, no Seminário XI e que se caracteriza na estrutura de interseção de duas faltas: a falta do próprio sujeito que ele produz no Outro e a falta do Outro como capaz de perdê-lo. É no momento que o sujeito pergunta: pode o Outro me perder? Que ele realiza que sua própria perda vem a se constituir a falta do Outro. A esta falta do Outro, o sujeito responde com sua própria falta, oferecendo-se como objeto

de desejo, objeto amável para o Outro – o que o leva, numa torção, à primeira operação constitutiva.

Constatamos que há uma circularidade na relação do sujeito com o campo do Outro. É neste sentido que Lacan em “Posição do Inconsciente” define a separação como projetando o sujeito no instante da fantasia. Mas, vale ressaltar que a separação implica uma atividade do sujeito a respeito de sua perda. Compreendemos que a fantasia se instala ao reunir o sujeito barrado às voltas com o que ele é como objeto causa de desejo para ao Outro.

A construção da fantasia é reveladora do estilo desejante do sujeito, ou seja, mostra como o sujeito dividido vai apegar-se e lidar com objeto a . Daí a formalização do matema $\$ \diamond a$, onde lemos: sujeito barrado em relação ao objeto a . Este matema representa a relação particular de um sujeito do inconsciente, barrado e dividido por sua entrada na linguagem, com o objeto a que designa a causa inconsciente de seu desejo.

Fica caracterizado que houve a incidência de um corte significativo sobre o sujeito que o fez ingressar na ordem simbólica, onde a relação com o Outro terá sempre a mediação de um terceiro termo. Lacan o denomina de função paterna ou Nome do Pai por colocar o desejo da mãe (Outro) submetido à ordem simbólica. Só aí, a existência do ser é garantida, embora portando uma perda.

Paradoxalmente, a separação ao mesmo tempo em que estabelece um corte entre o sujeito e o Outro, cria condições para um terceiro momento lógico que os enlaça na fantasia¹²⁰. O sujeito permanece ligado ao Outro por uma falta. O intervalo que a separação abriu entre o sujeito e o Outro não é tão vazia quanto parece. Nesta lacuna, encontramos o objeto a , na medida em que este não é sempre de ordem lógica,

¹²⁰ ALBERNOZ, E., *Alienación e Separación*, in Seminário Psicoanálisis y Ciencia.

tem uma consistência corpórea. Dessa maneira, o sujeito adquire um ser de objeto, que vem a ser causa de desejo. Nas palavras de Fink, “o objeto *a* é um parceiro fantasmático que desperta o desejo do sujeito”.¹²¹

Uma das conseqüências da operação de separação é a passagem da alienação entre ser e sentido para a estrutura do desejo, onde o Outro aparece como desejo, não como linguagem. Esta afirmativa acarreta conseqüências clínicas na direção dos tratamentos, pois, como já foi dito anteriormente, Lacan sempre esteve interessado em se aprofundar nos estudos sobre o lugar que o analista devia vir a ocupar na clínica e seus estudos sobre as operações constitutivas do sujeito permitiram-lhe teorizar sobre isto. A partir de 1964, especialmente no Seminário XIV e XV, o termo alienação passará a incluir a separação. Nesta fase, irá também desenvolver uma formalização sobre o final de análise com o desenvolvimento da noção de travessia da fantasia fundamental. Esta travessia constitui uma separação adicional, onde o sujeito pode vir a ocupar o lugar de causa.

Por travessia da fantasia, entendemos uma reconfiguração da relação do sujeito com o desejo do Outro, em que o sujeito dividido pode subjetivar a causa de sua existência, podendo habitar o lugar onde reinou o discurso do Outro. Esta separação consiste em que o sujeito se aproprie, tome posse daquele desejo estranho que o constituiu. Vale ressaltar que subjetivar a alteridade que nos constitui significa apenas não estar totalmente alienado ao imperativo do Outro. É claro que não se pode ter a ilusão de que se alcança a liberdade pura, ou que se é causa de si mesmo. Apenas se deseja ter uma certa liberdade em relação a uma determinação absoluta.¹²²

¹²¹ SOLER, COLETTE, *O sujeito e o Outro II*, de Lacan, p. 65

¹²² Para Rabinovich, o exercício da psicanálise teria como direção possibilitar uma margem de liberdade em relação ao imperativo do Outro, embora ela mesma alerte sobre a angústia que pode gerar o máximo de particularidade que levaria ao terror.

Qual a saída para escapar do desejo do Outro como determinação absoluta?¹²³ Lacan recorre ao filósofo medieval Duns Escoto, que viveu por volta dos anos de 1400. Este filósofo pretendia fazer coexistir logicamente a liberdade com a predeterminação divina. A questão gira em torno da coexistência do livre-arbítrio e da palavra divina, consubstanciada na expressão “seja feita a tua vontade” de forma imperativa e absoluta.

Escoto encontrava-se diante de um impasse, pois, como adepto de Santo Agostinho, não podia atribuir a causa do mal a Deus. Então, a responsabilidade e culpa pelo pecado deveria permanecer sobre o homem. Como então se pode sustentar a crença na onipotência divina? Para sair deste impasse, o filósofo afirma que a criação de Deus é contingente, ou seja, ela pode variar de acordo com uma multiplicidade de causas acidentais.

Desta forma, a contingência permite ao sujeito uma certa responsabilidade por aquilo que lhe foi causa. A causa não pode ser entendida como necessária, pois, se o fosse, impediria qualquer parcela de liberdade e de implicação subjetiva. Rabinovich aproxima esta forma de determinação que inclui a contingência com o conceito de sobre-determinação freudiana

Observamos que há, quanto ao valor de determinação do desejo do Outro, uma modificação nas formulações propostas nos seminário sobre A Ética. Naquele período de sua obra, Lacan atribuía ao desejo do Outro uma determinação absoluta sobre o destino do sujeito. Já nos seminários posteriores, sua interpretação passa a dar margem mais ampla para a ação da análise. Assim, surge um desejo inédito de recobrar uma margem de liberdade essencialmente particular de cada sujeito, para que o analisando decida como vai assumir sua própria determinação. Lacan dá um passo

¹²³ RABINOVICH realça esta questão para sublinhar o quanto nossa determinação é contingente. Se

além de Freud quanto ao que se pode esperar do final de uma análise, ao sugerir que a operação de separação pode levar o sujeito a subjetivar seu destino, assumindo, de certa maneira, sua própria causa.

Rabinovich¹²⁴ defende que o desejo do analista é fruto de uma nova relação do sujeito com aquilo que lhe causou. Isto equivale dizer que o analista opera com a sua possibilidade de fazer de sua perda ou de sua causa um instrumento na função analítica.

Vamos agora estabelecer a articulação da operação de separação com a definição do desejo do psicanalista. Para isto, precisaremos remeter-nos ao Seminário XIV, onde Lacan se apóia em um recurso lógico para formalizar essa perda inevitável. Este recurso é a lei da dualidade lógica de Morgan, onde há uma dupla negação que não tem como resultado uma positivação, ou seja, as duas negações não se anulam entre si. Ao contrário, de acordo com esta lei, as negações são conservadas. Aqui se encontra a base lógica com que Lacan pôde formalizar uma perda inevitável, onde dois conjuntos não podem ser verdadeiros simultaneamente. Em suma, o que Lacan quer demonstrar é que se designarmos o *cogito* cartesiano como um conjunto e o *sum* como o outro conjunto, temos a impossibilidade da afirmação do pensar e do ser ao mesmo tempo, logo, pensar e ser excluem-se mutuamente. Temos, então: não penso e não sou.

Portanto, não devemos esquecer que esta ligação afeta o eu (*je*) e não o ser e o pensar em si. Então temos: “pensar sem eu” e “ser sem eu”. Assim sendo, as negações têm em comum o “não-eu”. Nas palavras de Lacan:

O *cogito* de Descartes tem um sentido, substituir pura e simplesmente essa relação do pensamento com o ser, pela instauração do ser do eu.¹²⁵

nossa causação fosse necessária estruturalmente e não contingente, a psicanálise não seria possível.

¹²⁴ RABINOVICH, D., *O desejo do Psicanalista – liberdade e determinação em psicanálise*, p. 75

¹²⁵ LACAN, J., *Seminário XIV: A lógica do fantasma*, lição de 11/1/67.

A chave desta operação é que a negação acarreta que não podemos trabalhar em psicanálise com o eu como uma categoria especular, pois não temos no inconsciente algo que se afirmaria como: eu penso ou eu sou. Dito de outra maneira não há um pensamento do eu e um ser do eu.

O que está sendo questionado é o ser do ego, a mira de ataque é o ego enquanto substância, que encontra respaldo em algumas teorizações em psicanálise. Essa digressão nos interessa por explicitar em termos lógicos o “não-eu” que corresponde ao isso freudiano e aonde vai se situar o objeto a. Conclui-se que o objeto a é caracterizado por uma necessidade lógica e que o objeto a exclui o eu (*je*). Este “não-eu” não pode ser confundido com um eu deteriorado ou com o “não-eu” especular ou, ainda, situado em termos da oposição interior-exterior, dentro-fora. O não esclarecimento desse “não-eu” nos leva à confusão entre o ego (*moi*) e o *je* gramatical. O “ser sem eu” articula-se ao isso da própria constituição pulsional. “Essa equiparação permitirá comparar, em seguida, a alienação com o recalque primário, que Freud articula com a pulsão”.¹²⁶

O “não-eu”, em torno do qual gira a pulsão, é um ser sem eu (*je*), disjunto do pensar. Se voltarmos a nos apoiar na lei da dualidade, verificamos que o que não figura em nenhum dos dois conjuntos: pensar e ser, é o eu (*je*). Podemos positivar um “pensar sem eu” que tem o inconsciente como correspondente e também um o “ser sem eu” que corresponde ao isso, onde se situa o objeto a. Assim, desfaz-se a conjunção entre o ser e o pensar. O eu caracteriza-se como efeito do discurso.

O segredo dessa operação reside em como fundamentar logicamente o objeto positivado no nível do isso – esse objeto que recobre um nada –, esse objeto que se articula com a perda constitutiva da pulsão se torna, mediante a falta que a pulsão introduz na necessidade biológica, causa.¹²⁷

¹²⁶ RABINOVICH, P., *op. cit.*, p. 68.

¹²⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 69.

Como este objeto, produto da operação de alienação, torna-se causa? Estando o sujeito na ordem da linguagem e do pulsional, instala-se nele uma falta. Isto define o sujeito como falta e como ausência, o que significa que no campo do Outro do significante não existe nada que possa dizer ao sujeito “tu és isso”. Não há significante que possa representá-lo. Logo, o sujeito não pode assumir um eu. O eu está foracluído. Essa é a falta estrutural do sujeito que marca sua divisão subjetiva. Para Lacan, no momento em que se dá a entrada, a inserção do ser no campo do Outro, ocorre a sua primeira queda sob a forma de objeto. Essa queda é estruturante e funda o objeto. Assim, o sujeito cria um objeto para ocultar a falta a ser que o constitui. Só então ele passa a ser objeto causa de desejo. Portanto, a perda está na origem do objeto e só depois ele se torna causa para, num outro momento - que se espera que ocorra no final da análise - cair do seu lugar de causa.

III.6 – OPERAR COM A PERDA: O LUTO DO ANALISTA

A concepção de Lacan a respeito da perda, assim como a elaboração da noção objeto causa de desejo têm conseqüências clínicas importantes. A forma pela qual o analista vai “operar com a perda”, no manejo da transferência, passa a ser fundamental. Ele deverá apontar para a operação de separação, fazendo-a vigorar.

É justamente com este propósito que Lacan vai se referir a que o luto, no final da análise, se dará do lado do analista, exatamente porque este momento acarretará, para ele, a perda de sua posição de sujeito suposto saber. Deste luto deve emergir o desejo do analista enquanto desejo de diferença absoluta.

A concepção lacaniana da perda que engendra o luto é muito específica, pois não diz respeito à perda do outro como objeto; para ele “só se pode fazer o luto por aquele cujo objeto causa fômos, não por aquele que foi nosso objeto.”¹²⁸

Esta formulação a respeito do luto como sendo do analista, em suas relações com o desejo do analista, é fundamental na medida que modifica o próprio encaminhamento do processo analítico e o que se espera do final do tratamento. Pois, se estamos falando do luto no analista em relação ao lugar que ele ocupou, rompe-se com a ilusão de que o analista possa emprestar-se, ao seu analisando, como um ideal ou modelo identificatório ou ego auxiliar. É imperioso que o analista saiba que não há objeto cujo valor seja maior que outro. Este é o eixo central sobre o qual gira o desejo do analista.

A esse respeito, Lacan insiste na referência a Sócrates, em seu comentário sobre o Banquete de Platão, tomando-o para mostrar que a posição do filósofo indica que ele realizou o luto tanto em relação a ser para o outro um ideal, assim como em relação à sua necessidade de manter-se enquanto objeto amado.

Se alguma coisa é encarnada e significada pelo episódio com Alcebiades, é justamente isso. Por um lado Sócrates afirma nada conhecer das coisas do amor, e tudo o que nos é dito dele é que é um desejante enérgico. Mas, quando se trata de manter-se na posição do desejado diante da confissão pública de Alcebiades, não existe ali, literalmente, mais ninguém.¹²⁹

O destaque para o luto no analista foi reiterado na última aula do Seminário VIII, quando Lacan tratava daquilo que seria necessário para que o analista pudesse ocupar o lugar de semblante de objeto. O próprio termo “semblante” busca alertar para que a posição de causa de desejo, quando ocupada pelo analista, deve fazer trabalhar, advertindo quanto às armadilhas imaginárias da transferência.

¹²⁸ *Id., ibid., p. 137.*

O ato analítico consiste na recusa deste lugar de ideal e de desejável oferecido pelo analisando. Esta é a tomada de posição que, para Lacan, está vinculada à perda deste lugar de ideal que lhe é atribuído pelo analisando e ao luto correlativo. A experiência clínica nos mostra que, no amor de transferência, ocorre um fechamento do inconsciente, exatamente porque a promessa de completude liquida a falta como móvel do desejo.

Sabemos que a relação transferencial se estabelece, num primeiro tempo, sob a face da idealização, à medida que o sujeito se sente acolhido por aquele a quem conferiu a competência de saber sobre o seu desejo. O analista é convocado a todo instante, principalmente no início da relação transferencial, a encarnar o ideal do eu. A incessante advertência de Lacan contra a atender a este apelo, para que o desejo do analista possa operar baseia-se em que:

[...] a mola fundamental da operação analítica é a manutenção da distância entre I e o a. É justamente deste lugar de idealização (I) que o analista tem que cair para ser suporte do a separador, na medida em que seu desejo lhe permite [...].¹³⁰

Concluimos que o desejo do analista em função deve fazer valer a distância entre I (ideal) e o a (objeto causa de desejo), o que significa dizer que o analista não opera na ordem do ideal do Eu, pois, isto significaria levar o analisando ao campo das identificações imaginárias, que obturam a falta.

Os ideais impõem um determinismo *a priori* aos atos do analista que não é pertinente à ética estabelecida para o processo analítico, pois esta está fundada na contingência do encontro para que, *a posteriori*, se torne uma relação particular. Por isto mesmo, cabe ao analista recusar taxativamente, na relação com o outro, assumir a posição de modelo identificatório.

¹²⁹ LACAN, J., *Seminário VIII: A transferência*, p.356

A função do desejo do analista indica a direção contrária ao campo das identificações imaginárias, pois ela irá dar apoio ao objeto a separador. Aqui, encontramos o desejo do analista que, com a função de causa de desejo, promove o processo de separação, conduzindo o sujeito ao mais além da identificação.

Recorremos ao parágrafo que encerra o Seminário XI, que nos fornece algumas indicações sobre a definição do desejo do analista, para nos aprofundarmos na delimitação deste operador da experiência analítica. Lá encontramos que:

O desejo do analista não é um desejo puro. É um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com significante primordial, o sujeito vem, pela primeira vez, à posição de se sujeitar a ele. Só aí pode surgir a significação de um amor sem limite, porque fora dos limites da lei, somente onde ele pode viver.¹³¹

Para Rabinovich, este trecho, aparentemente enigmático, pode ser entendido se for esmiuçado. Devemos começar esclarecendo que a referência à “significação de um amor sem limite” não pode ser entendida como designado um amor transcendente. Lacan continua dizendo que este amor “só pode ser vivido fora dos limites da lei”, referindo-se à lei da metáfora paterna, a qual ele atribuiu, no parágrafo precedente, à convivência pacífica entre os sexos. Logo, concluimos que este amor se distingue do amor que exige reciprocidade, que se baseia na ilusão de que há complementariedade entre sujeito e objeto, regido pela lógica fálica. É desta lei que ele precisa estar fora.

Dessa forma, o desejo do analista tem como referência o cunho impossível do laço sexual com o objeto e, também, se distingue do amor ao próximo propagado pelo cristianismo. Lacan ainda nos traz, nesta aula, uma referência a Kant que não é sem propósito, pois se trata de uma advertência de que não é admissível nada que aproxime

¹³⁰ LACAN, J., *Seminário XI*, p. 258.

o analista de uma posição sádica. O desejo do analista não deve ser confundido com uma aspiração heróica que tem como finalidade a pureza do desejo, e nem ser ocasionado por um desejo purificado. Esta forma de compreendê-lo só reforçaria uma direção do tratamento pela via idealizante em detrimento do caráter absolutamente único do desejo.

Em suma, esse desejo não se alcança através da compaixão, nem da compreensão e amor ao semelhante, não carrega uma intenção educativa, nem apóia uma manipulação sádica e, sobretudo, não se confunde com qualquer traço de maternagem, posto que não se funda nos próprios sentimentos do analista. No dizer de Rabinovich, a definição da noção de desejo do analista não é difícil e complicada; porém nada fácil é a tarefa que se impõe para aqueles que venham a ocupar esta posição.

Reforça-se, com isto, que este desejo do analista não é um desejo puro, pois pretende obter a diferença absoluta, o que implica em voltar a assumir a posição analítica a cada vez que inicia uma análise. Ele se funda na contingência estrutural do encontro com o objeto causa de desejo. Esta indicação só pode se realizar no um a um de cada experiência.

O desejo do analista tem como função conduzir o analisando ao ponto de sujeição primordial ao significante que o subjugou para que, neste momento, a partir de uma outra posição, o sujeito possa estabelecer uma nova relação com aquilo que o determinou.

É o desejo do analista que agencia a possibilidade do sujeito ter uma parcela de liberdade em relação ao desejo do Outro. Caso contrário, o sujeito permanecerá petrificado frente a um destino pré-fixado que a ele cabe cumprir.

¹³¹ LACAN, J., *Seminário XI*, p. 260.

III.7. - O DESEJO DO ANALISTA E O ATO ANALÍTICO

Como o analista sustenta sua posição nas análises, apoiando e promovendo, a cada experiência, um trabalho que tem como finalidade o seu desaparecimento? Como um sujeito que passou pela experiência de destituição do sujeito suposto saber, pode desejar ocupar este lugar destinado a cair?

A resposta a esta questão nos leva ao luto do analista, elemento teórico que traz originalidade à concepção do desejo do analista. Este luto se refere à perda do lugar que se ocupou de causa de desejo. Adscriver ao analista a experiência do luto que se dá ao final da análise, em vez de supor que ela é vivida pelo analisando que perderia o analista como objeto, é uma posição original de Lacan. Dessa maneira, faz-se premente que o analista aceite que seu lugar é irremediavelmente contingente e, portanto, não se julgue necessário.

Por determinação contingente entendemos uma modalidade de acontecimento que leva em conta o real, e que se distingue da determinação necessária, que se assemelha à determinação biológica e não prevê possibilidade de mudança.

A posição do analista se caracteriza por partir da posição necessária do amor ligado à lógica fálica, que visa o todo da satisfação, e se dirige ao encontro contingente com o Outro. Este último é fundado na lógica do não-todo.

A lógica do não-todo se distingue da lógica fálica, justamente por não estar totalmente circunscrita e determinada pela ordem simbólica. O que está sob a regência lógica do não-todo está sempre a indicar que há algo a ultrapassar no gozo fálico, algo do real não simbolizado a denunciar os limites da função fálica, que almeja ultrapassar as fronteiras impostas pela linguagem.

Lacan desenvolve esta conceituação no final de sua obra, nas chamadas modalidades lógicas de sexuação apresentadas nos últimos seminários. Nesta ocasião, ele aprofunda algumas de suas elaborações sobre o amor (incluindo o amor de transferência), indicando que este tenta encobrir o caráter de contingência do não-todo, fazendo-se necessário.

Assim, o analista, ao partir de uma posição necessária do amor de transferência ligada à lógica fálica, tenta alcançar o para além dessa lógica. Sua função é fazer a passagem do amor necessário à escolha contingente de cada percurso de análise. Escolha fundada no *a* que leva em conta o real, como o que não foi possível significar, o que restou à simbolização. Vale ressaltar que, apesar da modalidade lógica da contingência caracterizar o final da análise, acarretando efeitos de maior liberdade subjetiva, há um limite de possibilidades no campo do desejo de cada sujeito. "O analista, ao operar com o seu ato, faz um corte no infundável mundo de significações do sujeito, ressitua-o em sua determinação, estabelecendo o limite de uma análise."¹³²

Constatamos, no percurso da nossa pesquisa, que o desejo do analista é aquele que possibilita o ato analítico. Porém, se focalizarmos esta questão sob outro ângulo, veremos que é a partir de um processo analítico que o desejo do analista pode emergir ao final de uma análise. Concluimos, então, que o desejo do analista produz e é produzido pelo ato analítico.

Depreendemos que o curso de um processo analítico se dá em dois tempos distintos e fundamentais. O primeiro, é o ato analítico que inaugura o processo analítico, instaurando a transferência e a associação livre, autorizado pelo analista ao sustentar o lugar de suposto saber. Assim, para que se instaure o ato analítico, é preciso que haja um analista para instaurá-lo. No entanto, é próprio do ato analítico portar a

destituição do analista, a queda do sujeito-suposto-saber. O ato analítico tem uma dupla vertente aparentemente paradoxal: o analista visa com seu trabalho, no primeiro tempo da transferência, a instauração do sujeito-suposto-saber, apesar de saber, através de seu próprio percurso analítico, que ele está destinado a cair.

No segundo tempo da análise, se dá a dimensão paradoxal do ato: a queda do sujeito-suposto-saber que o próprio ato analítico instaurou. Conseqüentemente, numa torção, o analisando ocupa esse lugar de analista que, no primeiro tempo, foi seu objeto causa de desejo.

Dessa maneira, ao final de uma análise pode ocorrer que o sujeito, já advertido de sua divisão constitutiva, passe a analista, num ato que recebe a denominação de “passagem ao ato esclarecida”. Qual foi o esclarecimento que houve no decurso do processo analítico? Ocorreu que o sujeito viveu sua divisão e sua castração, logo, está advertido que existe algo em seu ato que escapa ao seu domínio. Ele sabe que todo ato porta um não-saber, que só poderá ser avaliado, quem sabe, por seus efeitos *a posteriori*. É por este motivo que o analista, segundo Lacan, tem horror de seu ato: porque ele porta o “não penso” – dimensão inconsciente do sujeito.

Esta passagem ao ato esclarecida se distingue da passagem ao ato em que o sujeito, ao ser confrontado com o que ele é como objeto para o Outro, identifica-se a este objeto, deixando-se cair. Esta é uma interpretação dada ao caso da jovem homossexual de Freud, sendo a tentativa de suicídio paradigmática deste tipo de ato.

No caso da passagem ao ato não esclarecida, há ruptura com o saber e com o dizer, pois o analisando não pretende nada dizer, não quer saber a respeito da castração nem prescindir da ilusão que garante a existência de um Outro não barrado, representado pelo sujeito-suposto-saber que o analista encarna. Enquanto a

¹³² Retirado de palestra proferida por Leticia Balbi no Colóquio sobre o Desejo do Analista pela

ultrapassagem de limite envolvida no ato analítico faz surgir o analista, posição em que o sujeito se encontra na função de objeto, na passagem ao ato é o sujeito que desaparece, como objeto rejeitado.

No ato analítico, o que ocorre é a ruptura com o saber instituído (que é o suposto saber), abrindo a possibilidade para que se institua uma nova configuração na experiência analítica. Dessa maneira, na passagem do analisando a analista engendra-se um novo laço social. “O ato rompe com o saber já existente ferindo de morte o sujeito suposto saber...”¹³³

Para Lacan, a única aproximação possível entre ato analítico e passagem ao ato é que, em ambos, no momento de queda do instituído, quem passa a operar é o objeto. Ao teorizar sobre o que se deve esperar ao final da análise, conclui que um analista é o que pode se produzir como efeito da análise.

A produção do analista pode ser assim formulada: “Essa passagem em ato supõe um sujeito que tenha atravessado as duas voltas da experiência analítica, da alienação à separação e o retorno.”¹³⁴ No retorno, ou seja, da separação à alienação, o sujeito realiza que, onde havia o Outro, há o sujeito dividido, ativamente implicado no ato que inaugurou o Outro. Para esclarecer a implicação do sujeito no movimento em que ele se faz objeto de gozo do Outro, Lacan utiliza uma forma gramatical em francês *se faire*. O equivalente em português seria “fazer-se”. Esse “fazer-se” evoca a torção que implica o sujeito, e que é ilustrada pela configuração da banda de Moebius ou oito interior, onde temos um circuito que não nos leva a uma outra posição, mas comporta um auto-atravesamento do sujeito. Não houve uma mera inversão de posições com o Outro. No “fazer-se”, não há Outro.

Sociedade Letra Freudiana em setembro de 2001.

¹³³ SOUZA, Neuza S., *A propósito do Acting out*. In: A psicanálise e seus destinos – publicação do II Fórum Brasileiro de Psicanálise

¹³⁴ RABINOVICH, D., *O Desejo do Psicanalista*, p. 125-145.

CONCLUSÃO

O lugar do psicanalista e o que se espera dele para que processo analítico possa ocorrer é um tema que foi objeto de estudo de muitos analistas desde Freud. Nesta pesquisa, destacamos a contribuição dos pós-freudianos em suas formulações sobre o papel da contratransferência no processo analítico e trouxemos a contestação lacaniana ao encaminhamento que vinha sendo dado à terapêutica analítica. Esta contestação foi o que motivou a elaboração da concepção do “desejo do analista”, que atendeu à finalidade de delimitar com maior rigor o que se exige da subjetividade do analista para que ele possa ser o operador de um processo analítico.

Para entendermos o percurso que se deu entre a temática da contratransferência e a proposição lacaniana de desejo do analista fez-se necessário irmos às origens da técnica psicanalítica.

Freud sempre esteve muito atento e interessado na eficácia de seu método terapêutico, pois ele sabia que disso dependia o sucesso e a difusão almejada por ele para a psicanálise. Por outro lado, toda construção da teoria tinha sua origem na experiência, mas voltava à prática em termos de efeitos clínicos.

A condução do tratamento é tarefa do psicanalista e, principalmente, de como ele vai sustentar a demanda do paciente. No entanto, constatamos, ao longo da história do movimento psicanalítico, exemplos de relações em que alguns que estavam no lugar de analistas não suportaram a intensidade da demanda que lhe foi endereçada, especialmente quando ela surge na forma de uma demanda amorosa. Podemos exemplificar com Breuer-Ana O., Ferenczi-Elma P., além do próprio Freud com Dora.

Ao perceber a influência dos processos psíquicos do analista na técnica analítica, Freud nos adverte, em 1910, que “nenhum psicanalista vai mais além do quanto lhe permitem seus próprios complexos e resistências, razão pela qual exigimos que todo principiante inicie suas atividades com uma auto-análise”¹³⁵. Neste texto, ele traz a contratransferência como uma interferência do inconsciente do analista a ser superada.

Freud já estava completamente advertido que determinações inconscientes dos analistas deveriam ser acolhidas sob pena de comprometer a transmissão da psicanálise. Assim, foi sob a evidência de que os analistas não saem ilesos do campo transferencial que o impeliu a publicar os artigos sobre a técnica, apesar de ter resistido, até o momento, a elaborar uma descrição mais objetivada do manejo técnico por acreditar que este tipo de codificação da técnica não se adequava muito à psicanálise, por conta da especificidade de seu campo.

Devido à sua preocupação com os desvios que as os analistas inexperientes podiam cometer e comprometer a credibilidade do saber psicanalítico no cenário internacional – razão de seu zelo na transmissão desta nova técnica terapêutica, alguns trechos receberam um tom rigoroso e superegótico. Além disto, Freud tinha plena consciência do quanto era difícil o controle sobre a prática. Um estudo mais pormenorizado de sua prática clínica relatada em seus artigos, além de correspondências e testemunhos de seus contemporâneos nos faz pensar que seu tom um tanto impositivo realmente dizia respeito a uma estratégia frente à difusão internacional da psicanálise. Concluimos que, ao lermos os textos sobre a técnica, devemos ter em mente a proposta freudiana que estes carregavam.

¹³⁵ FREUD, S., *As perspectivas futuras da técnica psicanalítica* (1910), p. 130

A esse respeito, Luiz Claudio Figueiredo¹³⁶ nos diz que, de acordo com Lohser e Newton¹³⁷, o Freud que se lê na tradução inglesa de Strachey tem uma tendência cientificista e um tom ortodoxo que se contrapõe com o que encontramos do Freud em sua prática. Logo, não devemos deixar de considerar que o próprio Freud se recusou a elaborar algo que se aproximasse de um tratado sobre a técnica, ou seja, nada que pudesse oferecer uma banalização ou simplificação pragmática da ação do psicanalista. Numa carta a Ferenczi de 1928, Freud escreve: “Tudo aquilo de positivo que alguém poderia fazer deixei ao “tato”, mas o resultado foi que os analistas obedientes não perceberam a elasticidade das regras que propus e se submeteram a elas como se fossem tabus.”¹³⁸

Nas recomendações aos jovens que exercem a psicanálise, encontra-se uma lista de condutas que não devem fazer parte do processo analítico, pois contrariam os princípios que constituem a psicanálise naquilo que a torna diferenciada das outras terapêuticas. Contudo, apesar destas restrições, havia espaço para o psicanalista considerar aquilo que, de acordo com sua experiência e sua organização psíquica, legitimasse uma forma de conduzir-se na sua prática clínica de modo que não comprometesse os princípios fundamentais da psicanálise. O uso abusivo da sugestão e o furor curativo deveriam ser abandonados, ou seja, o uso do vínculo transferencial para gratificações narcísicas e perversas de qualquer espécie por parte do analista.

Outro aspecto interessante a considerarmos neste fragmento de correspondência de Freud a Ferenczi é a utilização por Freud das palavras: tato e elasticidade, cuja utilização ficou relacionada à clínica ferencziana. Ao longo da nossa pesquisa, percebemos a proximidade desses autores. Ferenczi é, no dizer de Lacan, um

¹³⁶ FIGUEIREDO, L. C. e COELHO Jr., N., *A ética e a técnica em psicanálise*.

¹³⁷ BEATE, LOHSER E PETER, NEWTON (1996). *The unorthodox Freud*.

¹³⁸ FREUD, S. e FERENCZI, S., *Correspondência*, vol. II, apud FIGUEIREDO, L. C., *op. cit.*, p. 25

dos autores da primeira geração que esteve sempre a nos advertir sobre a importância da forma como as análises eram conduzidas, ressaltando a participação do analista na direção do tratamento. Ele advertia que a hipocrisia profissional podia repetir a situação traumática de muitos analisandos. Podemos dizer que, em toda a sua obra, encontramos uma persistência na sua intenção de delimitar o lugar do analista, chegando a propor a metapsicologia dos processos psíquicos do analista durante o seu trabalho. Este psicanalista húngaro fez valer o seu desejo de analista, quando não se rendia mesmo diante de casos clínicos tidos como não analisáveis. Lacan encontrou inspiração nas idéias ferenczianas para destacar que a resistência que dificulta o bom encaminhamento de algumas análises devia ser atribuída aos analistas.

Apesar de sua fecundidade, a obra de Ferenczi recebeu votos de descrédito devido às suas incursões em técnicas um tanto arrojadas, como a análise mútua. Após um silêncio de vinte anos, vemos ressurgir, na produção teórica do início dos anos cinquenta, a preocupação com o que deveria se esperar do psicanalista para o exercício de sua função.

É claro que nestes 20 anos, muitos acontecimentos importantes marcaram o curso da história da psicanálise. Podemos dizer que, primeiramente, Freud escreve os textos do final de sua obra, quais sejam: *Análise terminável e Interminável* e *Construções em análise*, onde, num tom pessimista, ele interroga se há o ponto que deve ser denominado de final da análise e até mesmo se existe a possibilidade de uma análise chegar ao fim. Isto lhe ocorre, porque nesta ocasião já não era mais possível sustentar a meta das análises didáticas que pretendiam esgotar as possibilidades do adoecer. Há um ponto incognoscível na pré-história do sujeito que é impossível de ser resgatado e que resiste à simbolização, ponto que as construções em análise buscam abarcar. O sem-fim de uma análise seria determinado pelo que Freud chamou de “rochedo da castração”.

A esse respeito, nos diz Müller:

Ora, é justamente pela via da interpretação das formações do inconsciente daquilo que se produz no registro do falante, que a análise pode se tornar infinita. Há sempre mais um sonho a ser interpretado. Portanto, há que se pensar o final de análise por outra via, uma via que aborde isso que se encontra para além da ordem da linguagem. E foi isso que fez Lacan, articulando ao final de análise dois elementos importantes: a travessia do fantasma e o ato analítico.¹³⁹

À medida que não se chega com os analisandos aonde a teoria almejava, coloca-se, a partir daí, em questão o que demarcaria o fim das análises didáticas. Conseqüentemente, questiona-se a própria formação dos analistas. Já não se pode crer que o analista, por ter feito sua análise didática bem sucedida, estaria livre de seus pontos residuais. Destaca-se, deste modo, que o questionamento sobre as análises que não andavam, as discussões sobre o que marcaria o seu fim e, principalmente, o que se requer da subjetividade do psicanalista no campo transferencial, enfim, todas essas perguntas põem em xeque a técnica que balizava a formação dos analistas. Acreditamos que questionar os próprios analistas não se constitui numa tarefa fácil, contribuindo para que a temática sobre que ordem de subjetividade o analista deve procurar em si para conseguir exercer sua função e que destino dar à sua contratransferência, fossem pouco abordadas por longos anos.

Observamos que houve um “boom” de artigos no início da década de cinquenta sobre a problemática da contratransferência, focalizando justamente a questão do que fazer com reações inconscientes do analista no transcorrer do processo analítico. Devemos entender estas reações como interferência indevida do inconsciente do analista atribuída aos seus pontos residuais ou tomar tais reações como fruto de uma interação mais profunda com o analisando e utilizá-los como fonte de informação do material

inconsciente deste último? Há divergências mesmo dentro da corrente teórica que utiliza a contratransferência como instrumento. Como já vimos, Margareth Little, por exemplo, defende que as reações contratransferenciais devem ser comunicadas ao analisando, visando, entre outras razões, a manifestação do analista como pessoa real que tem sentimentos espontâneos com a qual o analisando pode e deve se identificar. Já Paula Heimmann não é a favor da comunicação destes sentimentos, pensamentos, ou de tudo o que toca o analista na sua relação com o analisando. Para ela, assim como para Racker, imperioso é que o analista não tema aquilo que lhe ocorre em termos afetivos durante o processo analítico. Pelo contrário, o analista deve considerá-los, pois podem lhe auxiliar no tratamento. Parece que esta temática trouxe um efeito libertador, pois se podemos instrumentalizar o que é proveniente dos afetos do analista, atenua-se o temor de que as reações contratransferenciais invalidem a função analítica.

Vale ressaltar que Racker – autor de origem judia que se fixou na Argentina –, embora não seja muito conhecido, tem uma abordagem mais prudente da contratransferência, tema ao qual dedicou muitos estudos. Ele destaca o que denomina de neurose de contratransferência. Esta pode se instalar quando o analista não é capaz de distinguir o que é próprio de sua subjetividade e atua inconscientemente regido pela força da reação contratransferencial. Isto ocorre quando o analista é tocado em seus conflitos inconscientes, situação que nos adverte quanto a tomar prontamente as reações contratransferenciais como guia de compreensão do analisando.

Concluimos que a produção teórica psicanalítica gira em torno dos diversos modos pelos quais o psicanalista pode proceder uma vez instalada a relação transferencial. Trata-se, mais uma vez, de uma delimitação do lugar do analista, que, de acordo com a posição em que ele se coloca, determina a direção e o final da análise.

¹³⁹ MÜLLER, E., *Final de análise à luz da experiência de Camus*. In: *Cadernos do Tempo Psicanalítico*

Segundo Safouan¹⁴⁰, as concepções da técnica analítica no pós-guerra não contemplavam a distinção entre eu e o sujeito, entre o discurso manifesto e sua dimensão inconsciente. Como resultado, temos a ênfase na transferência como sugestão, onde há o reinado da demanda do amor e, conseqüentemente, uma identificação narcísica e idealizante. O que se perde nesta concepção é a diferença entre objeto da percepção e da troca, ou seja, o objeto na sua face imaginaria e o inatingível do objeto, que é fundamental na distinção entre demanda e desejo.

Lacan critica severamente as teorizações pós-freudianas que subvertiam o cerne da experiência freudiana, qual seja, que na análise se parte da demanda de amor dirigida ao analista pelo que este encarna do falo imaginário na neurose transferencial, com a finalidade de promover uma movimentação desejante através de desconstruções imaginárias do sujeito. Freud nos diz que o fato de não se atender à demanda de amor do analisando não é para frustrá-lo, tampouco educá-lo para a realidade, mas para que se revele que não existe objeto que satisfaça a pulsão. A pulsão permanece, por natureza, insatisfeita, embora demande satisfações.

A principal crítica de Lacan às teorizações acerca da contratransferência e de sua utilização na clínica era que estas poderiam favorecer uma compreensão da situação analítica como uma relação entre duas pessoas, onde uma delas era mais sadia por ter sido analisada e a outra esperava encontrar no analista um modelo identificatório como saída para seus conflitos. Freud jamais quis aproximar a experiência psicanalítica de uma reeducação emocional.

Coube aos analistas uma retomada de posição com a finalidade de não se perder o vigor terapêutico da psicanálise. Lacan propõe a formulação de desejo do analista que encontramos discutido pormenorizadamente nesta pesquisa. O que

queremos ressaltar aqui é que o valor desta formulação não se reduz em colocar o analista no lugar do objeto, mas de delimitar seu lugar como o de objeto causa de desejo para diferenciá-lo do objeto imaginário com seus atributos. O que é sublinhado nesta proposição é, principalmente, a mutação e reorganização na estrutura desejante daquele que venha ocupar o lugar de analista. Parafrazeando Nasio, é uma questão de conseguir, com que se é, situar-se na posição de perceber os derivados inconscientes do analisando. “Será que o que eu sou me permite abandonar o meu Eu por instante e ir ocupar este lugar (de objeto a)?”¹⁴¹

O que pretendemos caracterizar é que este lugar que implica uma destituição subjetiva ou um “fazer silêncio-em-si”¹⁴², embora pareça um lugar despovoado, é um lugar que exige uma enorme atividade psíquica, muito trabalho analítico para ser ocupado. Este é o motivo pelo qual Lacan dedicou vários seminários para tentar destrinchar as nuances desta posição que faz operar uma análise.

Talvez aqui reencontremos a razão de uma pergunta muitas vezes colocada: onde está o ser do analista? Uma leitura apressada dos textos lacanianos far-nos-ia responder prontamente que se o analista situa-se no eixo “sou onde não penso” diríamos que não há ser, há falta-a-ser, há des-ser. Aqui lembramos de Lobov que diz o ato analítico não é sem-sujeito. Há sujeito que sustenta um desprendimento do seu ser. Esta é a implicação necessária do analista, sobre a qual Lacan insiste ao longo de sua obra.

É através das operações de alienação e separação que este deslocamento que se produz na passagem de analisando a analista psíquico tornar-se-á possível. Na medida em que o ser do sujeito foi questionado até as últimas conseqüências, surge um

¹⁴⁰ SAFOUAN, M., *A transferência e o desejo do analista*, p. 165 a 185.

¹⁴¹ NASIO, J. D., *Como trabalha um psicanalista?*, p. 128

¹⁴² Esta denominação é utilizada na obra supracitada e significa fazer calar os ideais e as imagens constitutivas do eu.

testemunho da diferença. É isto que o analista vai tentar transmitir em sua aposta ética na direção de cada nova análise.

É nesta direção que o processo analítico é prova também para o analista que é reenviado ao modo como suportou seu processo de castração. Ele é testemunha, a cada encontro faltoso, que o amor é impotente, já que estamos sob a égide de uma lógica não binária, não complementar, não especular, onde o UM não é total, nem absoluto. Analistas que somos, sustentamos o campo de intensidades onde a experiência analítica na sua face trágica não nos dá a possibilidade de nenhuma negociação, nenhum acordo é possível com o real sexual.

Este permanente questionamento do que fazemos e de como fazemos pode produzir no psicanalista um certo desamparo cada vez que impasses transferenciais ponham em xeque sua bagagem teórica. Há que não temer um entendimento intelectual e afetivo que conduza a um redimensionamento conceitual por vezes indispensável ao tratamento. A esse desamparo, o analista pode responder com resistência. Para o clínico, esta resistência deve ser acolhida e não agida. Ou seja, é exatamente aquilo que faz resistência que o analista deve investigar, aquilo em que foi tocado por estranhamentos. É neste sentido que ele procura escrever sobre as experiências clínicas que surpreendem.

Edson Luiz André, referindo-se à escolha do relato clínico, opina: “O caso atesta o exato lugar em que a fala do analisando faz existência na história ficcional do analista. Este é o nosso ponto de partida.”¹⁴³ Não há como deixarmos nossa assinatura a cada vez que escutamos ou teorizamos. Dito de outra forma, não há análise que nos livre da nossa subordinação à linguagem. Neste sentido, os efeitos contratransferenciais são provocados, e não podiam deixar de ser, em decorrência de

nossa determinação alteritária. O nosso saber não protege desse encontro com o outro e desta alteridade que o outro nos traz e na qual fomos constituídos.

Este estudo aguçou nosso interesse para o quanto a própria condição do fazer psicanalítico exige que o psicanalista esteja sendo tocado, elaborando e re-elaborando continuamente suas construções. Nasio diz que escutar alguém que me fala é “escutar alguém que me diz o que eu já me disse. O que ouço apenas repete, põe em relevo o que eu já me ouvi dizer.”¹⁴⁴

A própria prática clínica expõe o psicanalista a todas as perplexidades inerentes a um processo de descoberta, envolvendo sua subjetividade e suas resistências. Esta característica não destitui o analista de sua função, mas exige do clínico uma capacidade de suportar um estado de permanente elaboração e contínuo movimento de reflexão sobre de que forma cada relação transferencial interpela algo da sua singularidade.

A condução da clínica psicanalítica exige do analista sensibilidade, pois, depois de Freud, não podemos ignorar que somos, por vezes, agidos ao invés de agir. Somos habitados por algo que desconhecemos, sofremos efeitos do isso. É esta a condição inconsciente do ato que nos faz dizer além do que pensamos. A função analítica comporta sustentar os próprios movimentos inconscientes suscitados pelo tratamento, exigindo, assim, uma sensibilidade sofisticada para um além dos fenômenos. Uma sensibilidade para o que toca o próprio analista.

A esse respeito, Claude Dumezil¹⁴⁵ relata a experiência de um dispositivo chamado “traço do caso” que ocorre através do encontro entre um número pequeno de analistas experientes com a proposta de, um por vez, trazer o relato de sua experiência

¹⁴³ Em palestra ministrada no I Simpósio sobre metapsicologia que ocorreu na PUC-RJ em setembro de 2000, de título: (A vida entre parênteses) – o caso clínico como ficção.

¹⁴⁴ NASIO, J. D., *op. cit.*, p. 118

¹⁴⁵ DUMEZIL, C., *O traço do caso*.

clínica. Esta prática pressupõe que o analista, ao expor momentos privilegiados de um processo analítico, ponha em jogo um deslocamento da sua própria posição enunciativa.

O dispositivo visa revelar o laço operatório entre o desejo do analista e o desejo do analisando. No relato do caso, observa-se que é colocado em perspectiva o ponto em que a estrutura de analista em função encontra a sua própria estrutura de analisando. É neste ponto que algo faz sentido para o analista. Assim, neste ato, o clínico se torna analista de sua própria experiência. Há um ponto em que o analista foi tocado, e isto não o levou a atuar expressando seu desejo de sujeito. Ao contrário, ele sustentou seu desejo de analista.

Há questões a serem ainda desbravadas. Em que medida um processo analítico revela não só o sujeito, como também o analista que escuta? Apesar da renúncia narcísica que o lugar de analista impõe, não permanece o fato de que cada analista tem seu próprio estilo de acordo com traços de sua singularidade? Qual o lugar destes traços no processo analítico? Ficam para serem encaminhadas em um futuro.

BIBLIOGRAFIA

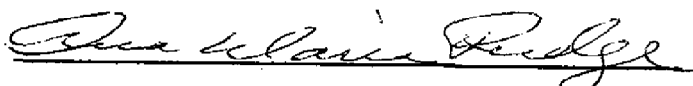
- ANZIEU, A. *A mulher sem qualidade*. São Paulo, Editora Casa do Psicólogo, 1992.
- CHEMAMA, R. (org.). *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995
- COTTET, S. *Freud e o desejo do psicanalista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.
- _____ "A transferência e o desejo do analista". In *Controvérsias em psicanálise* – Revista CEPCOP – USU, 1998.
- Costa, E. O. "De Money-Kyrle a Lacan". In *A ética em psicanálise*, Revista Letra Freudiana.
- FERENCZI, S. *Obras completas*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1991.
- _____ (1909) "Transferência e introjeção". In *Psicanálise I*. S. P., Martins Fontes, 1991.
- _____ (1927) "O problema do fim da análise". In Birman, J. e Nicéas, C.A. (orgs.) *Análise com ou sem fim?* R.J. Editora Campus, 1988.
- _____ (1928) "Elasticidade da técnica psicanalítica". In *Escritos psicanalíticos*. R.J., Timbre – Taurus.
- _____ (1933) "Confusão de línguas entre adultos e crianças". Op.cit
- FIGUEIRA, S. (org.) *A contratransferência – De Freud aos contemporâneos*. São Paulo, Editora Casa do Psicólogo, 1994.
- FIGUEIREDO, L. C. *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. S. P., Escuta, 1999.
- FIGUEIREDO, L. C. e COELHO Jr., N. *A ética e a técnica em psicanálise*. S.P., Escuta, 2000.
- FINK, B. *O sujeito lacaniano entre a linguagem e o gozo*. R.J., Zahar Editor. 1998.
- FORBES, J. *Da palavra ao gesto do psicanalista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- FRANÇA, M. I. *Psicanálise, estética e ética do desejo*. S. Paulo, Perspectiva, 1997.
- _____ (org.) *Ética, psicanálise e sua transmissão*. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- FREUD, S. "Recordar, repetir, elaborar" (1914), In *Edição standard das obras completas de Freud*. Rio de Janeiro, Imago, Vol. XII.

- _____ (1915) "Observações sobre o amor transferencial", In ESB, Vol. XII. Rio de Janeiro, Imago.
- _____ (1912) "A dinâmica da transferência", In ESB, Vol. XII. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1925) "A negativa", In ESB, Vol. XIX. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1912) "Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise", In ESB. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1913) "Sobre o início do tratamento", In ESB. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1920) "Mais além do princípio do prazer", In ESB. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1919) "O estranho", In ESB. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1932-33) "Novas conferências introdutórias à psicanálise", In ESB. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1937) "Análise terminável e interminável", In ESB. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1938) "Construções em análise", In ESB. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1905) "Fragmentos de análise de um caso de histeria", In ESB. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1910) "Perspectivas futuras da técnica psicanalítica", In ESB. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- GARCIA-ROZA, L. A. *Acaso e repetição em psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1986.
- _____ *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1990.
- KUPPERMANN, D. *Transferências cruzadas*. R. J., Revan, 1996.
- LACAN, J. *O Seminário. Livro I: Os escritos técnicos*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1979.
- _____ *O Seminário. Livro VIII: A transferência*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1992.
- _____ *O Seminário. Livro XI: Os quatro conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1985.
- _____ *Os Escritos*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1998.

- _____ *O seminário. Livro VII A ética em psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1991.
- _____ *Le séminaire, livro X, L'Angoisse (1962-63)*, inédito.
- _____ *Le séminaire, livro XV, L'Acte psychanalytique (1967-68)*, inédito.
- _____ "Variantes do tratamento padrão" (1955). In *Escritos*. R.J. Zahar Editor, 1998.
- _____ "O estádio do espelho como formador da função do eu" (1949). In *Escritos*. R.J., Zahar Editor, 1998.
- _____ "Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956". In *Escritos*. R.J., Zahar Editor, 1998.
- _____ "A direção do tratamento e os princípios de seu poder" (1958). In *Escritos*. R. J., Zahar Editor, 1998.
- _____ "Posição do inconsciente" (1960). In *Escritos*. R. J., Zahar Editor, 1998.
- _____ "Intervenções sobre a transferência" (1951). In *Escritos*. R. J., Zahar Editor, 1998.
- LAGACHE, D. *A transferência*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1990.
- MAJOR, R. (org.) *Como a interpretação vem ao psicanalista*. São Paulo, Editora Escuta, 1995.
- MASSON, S. M. (org.) *A correspondência de Freud para Fliess*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1986.
- MILLER, J. A. *O percurso de Lacan*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1987.
- MEZAN, R. "O psicanalista como sujeito moral", In *França, M. I. (org.) Ética, psicanálise e sua transmissão*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- NASIO, J. D. *A criança magnífica em psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1988.
- _____ *Os sete conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editor.
- _____ *As cinco lições sobre Lacan*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1993.
- _____ *Como trabalha um psicanalista*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1999.
- _____ *Nos limites da transferência*. São Paulo, Editora Papiros, 1987.
- _____ *Os olhos de Laura, o conceito de objeto a na teoria de Jacques Lacan*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- _____ *Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Dolto, Klein, Groddeck, Lacan*. R. J., Zahar Editor, 1995.

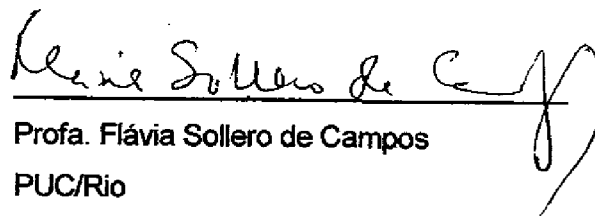
- PAIVA, A. L. "Pontuações sobre a psicologia do ego". In *A ética na psicanálise*, revista da Letra Freudiana nº 7/8.
- PONTALIS, J. B. *A força de atração*. R. J., Zahar Editor, 1990.
- RABINOVICH, D. S. *O desejo do psicanalista – determinação e liberdade em psicanálise*. Rio de Janeiro, Editora Companhia de Freud, 2000.
- _____ *Modos lógicos del amor de transferencia*. Buenos Aires, Editora Manantial, 1992.
- RACKER, H. *Estudos sobre a técnica psicanalítica*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.
- RUDGE, A. M. *Pulsão e linguagem – esboço de uma concepção psicanalítica do ato*. R.J., Zahar Editor, 1998.
- _____ "O ato psicanalítico e o mênon". In *Tempo psicanalítico Nº 26*. Revista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. Rio de Janeiro, 1992.
- SAFOUAN, M. *A transferência e o desejo do psicanalista*. São Paulo, Editora Papyrus, 1991.
- _____ *Jacques Lacan e a formação dos analistas*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- SOLER, C. "O sujeito e o outro". In Feldstein, R. E outros (orgs.) *Para ler o Seminário XI de Lacan*. R. J., Zahar Editor, 1997.
- SOUZA, N. S. "Ética e clínica psicanalítica", In *França M. I. (org.) Ética, psicanálise e sua transmissão*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- _____ "A propósito do acting-out". In *A psicanálise e seus destinos*, publicação do II Fórum Brasileiro de Psicanálise.
- VIDAL, E. e outros. "*Die Verneinung*", Revista da Letra Freudiana, Ano IX, Nº 7, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1990.
- VIDAL, E. e ERICSON, N. "A transmissão de um estilo". In *A ética na psicanálise*, revista da Letra Freudiana nº 7/8.
- VIDERMAN, S. *A construção do espaço analítico*. São Paulo, Editora Escuta, 1990.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna, Cátia Cristina Almeida Martins, intitulada "Da contratransferência ao desejo do analista", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



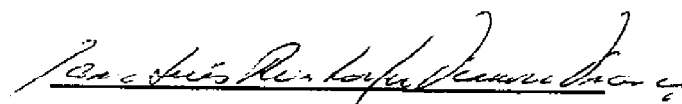
Profa. Ana Maria Rudge(Orientadora)

PUC-Rio



Profa. Flávia Sollero de Campos

PUC/Rio

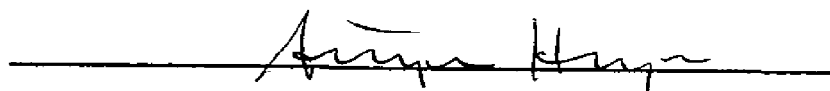


Profa. Maria Inês H. F. França

SPID

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 30.07.2002.



Prof. Jurgen Heye

Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Teologia e Ciências Humanas